



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 172 - SÁBADO, 22 DE OUTUBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Shhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PSDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando (Vago)</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB (Vago) (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata (Vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (Vago)</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 18</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p>	<p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (Vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (Vago) Flexa Ribeiro</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (Vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2005-CN

Restringe os efeitos decorrentes da inclusão do subtítulo 26.782.0230.1E66.0002 – CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-393 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TRECHO BOM JESUS – CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 39.252, de modo que fique suspensa, cautelarmente, a execução do Contrato TT-0015/2001, apenas no que se refere aos serviços de implantação (km 26,17 ao km 75,77).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam limitados os efeitos decorrentes da inclusão do subtítulo 26.782.0230.1E66.0002 – CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-393 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TRECHO BOM JESUS – CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 39.252, de modo que fique suspensa, cautelarmente, a execução física, financeira e orçamentária do Contrato TT-0015/2001, apenas no que se refere aos serviços de implantação (km 26,17 ao km 75,77).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 21 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2005-CN

Mantém no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o Contrato AT-N 30/87, vinculado ao programa de trabalho “EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE TERESINA – PI – NO ESTADO DO PIAUÍ”, sob responsabilidade da UO 56202, sem a restrição que permitia a concessão de recursos orçamentário e financeiro para as obras de conclusão do Ramal Bandeira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o Contrato AT-N 30/87, vinculado ao programa de trabalho “EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE TERESINA – PI – NO ESTADO DO PIAUÍ”, sob responsabilidade da UO 56202, sem a restrição que permitia a concessão de recursos orçamentário e financeiro para as obras de conclusão do Ramal Bandeira.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 21 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2005-CN

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o empreendimento “OBRAS COMPLEMENTARES NO CAIS DE CAPUABA (ES) – NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”, sob responsabilidade da UO 39211 (Companhia Docas do Espírito Santo).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o empreendimento “OBRAS COMPLEMENTARES NO CAIS DE CAPUABA (ES) – NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”, sob responsabilidade da UO 39211 (Companhia Docas do Espírito Santo).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 21 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 185ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 44, de 2005-CN (nº 1.790-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.569, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins na BR-060 no Estado de Goiás, divisa DF/GO – entroncamento BR-153/GO – Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5730.0001 (TC nº 003.584/2001-0).... 35869

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.173, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona. 35869

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recursos no sentido da apreciação, pelo Plenário do Congresso Nacional, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 9, 10 e 11, de 2005-CN. À promulgação.. 35870

1.2.4 – Ofícios

Nº 339/2005, de 20 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 35870

Nº 397/2005, de 14 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, referente à composição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 35870

Nº 398/2005, de 21 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar o direito de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior..... 35870

1.2.5 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 521/2005, de 18 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de rejeição, do Proje-

to de Lei do Senado nº 7, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências..... 35870

Nº 522/2005, de 18 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1993-Complementar, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que altera o § 4º do artigo 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964..... 35871

Nº 528/2005, de 17 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2000, de autoria do Senador Hugo Napoleão, que autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí, o imóvel que especifica. 35871

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Desequilíbrios econômicos e sociais entre o Distrito Federal e a região do Entorno. 35871

SENADORA IDELI SALVATTI – Manifestação favorável ao voto “Sim” no referendo do próximo domingo. 35873

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Aprovação, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, de projeto de sua autoria que veda a cessão ou a transferência, para entidade desportiva estrangeira, de atleta profissional que esteja inscrito em qualquer campeonato em andamento reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Contribuição previdenciária dos inativos portadores de doença incapacitante..... 35874

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro dos entendimentos para incluir no texto da Medida Provisória nº 255, de 2005, dispositivos previstos na Medida Provisória nº 252, de 2005..... 35876

SENADORA HELOÍSA HELENA – Debate a respeito do referendo sobre o desarmamento. Comentários à denúncia publicada hoje na imprensa envolvendo o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Protesto pela exploração de mulheres. 35877

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Preocupação com o meio ambiente no Amazonas..... 35879

SENADOR *TIÃO VIANA* – Homenagem ao Partido Comunista do Brasil. 35880

SENADOR *ALBERTO SILVA* – Benefícios da soja na alimentação das crianças na idade pré-escolar. 35880

SENADOR *PEDRO SIMON* – Análise do sistema educacional brasileiro. Defesa do reconhecimento social do educador. 35883

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Necessidade de regulamentação sanitária do combate às pragas urbanas. Regulamentação da Lei de Biossegurança. Importância da presença do Ministro das Relações Exteriores do Irã no Brasil. 35888

SENADOR *PAULO OCTÁVIO* – Indicadores sociais e econômicos do Distrito Federal. Rejeição do rótulo de cidade corrupta para Brasília. 35889

1.2.7 – Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal

Nº 1.236/2005, de 21 do corrente, comunicando decisão referente ao acórdão do Tribunal Superior Eleitoral que confirmou a cassação dos registros e diplomas expedidos em favor de João Rodrigues Capiberibe e outros. 35892

1.2.8 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *LUIZ OTÁVIO* – A seca no Pará. Estimativa do IBGE de redução na produção agrícola do Brasil. Preocupação com a taxa de câmbio. Comentários a respeito da Medida Provisória nº 255, de 2005. 35893

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Defesa do povo brasileiro frente ao rótulo de cidade corrupta para Brasília. 35897

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Defesa do voto “sim” no referendo do próximo domingo. 35899

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Esforços do governo de Mato Grosso do Sul para reverter o quadro de febre aftosa naquele Estado. 35902

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ALVARO DIAS* – As viagens do Presidente Lula ao exterior e a política externa. Comentários à matéria intitulada “Land Rover também é caixa 2?”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 14 do corrente. 35904

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Considerações a respeito do estudo “BRASIL – o estado de uma nação: uma análise ampla e objetiva dos principais problemas e desafios do País”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 35905

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro do artigo intitulado “Oportunidade perdida”, de autoria do ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, Rubens Barbosa, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 27 de setembro último. 35906

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Desaparecimento, na Polícia Federal, de cerca de R\$ 2 milhões de reais apreendidos na chamada “Operação Caravelas”. 35908

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Transcrição do artigo intitulado “O grande expurgo”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista *Veja*, edição de 12 do corrente. 35909

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro de matéria intitulada “A fronteira do sucesso”, publicada na revista *IstoÉ*, edição de 12 do corrente. Responsabilidade do governo Lula pelo surto da aftosa no Brasil, conforme define o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de hoje. 35910

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Comentários sobre a matéria intitulada “Saga dos alvos mutantes”, de autoria do jornalista Otávio Cabral, publicada na revista *Veja*, edição de 12 do corrente. 35915

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Transcrição da matéria intitulada “Presidente da Biblioteca Nacional pede demissão”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 8 do corrente. 35918

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Considerações acerca da matéria intitulada “Relator do processo decide pedir a cassação de Dirceu”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 6 do corrente. 35919

SENADOR *GERSON CAMATA* – Trabalho desenvolvido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). 35920

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 21.10.2005

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 3.728, de 2005. (Republicação) 35921

Nºs 3.794 a 3.806, de 2005. 35921

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 185ª Sessão não Deliberativa em 21 de outubro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Augusto Botelho, da Srª Íris de Araújo
e dos Srs. Romero Jucá, Luiz Otávio, Paulo Octávio e Sibá Machado.*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

É lido o seguinte:

AVISO Nº 44, DE 2005-CN

(Nº 1.790-SGS-TCU/2005, na origem)

Do Tribunal de Contas da União, que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.569, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins na BR-060 no Estado de Goiás, divisa DF/GO – entroncamento BR-153/GO – Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5730.0001 (TC nº 003.584/2001-0)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.173, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado à Ministra do Meio Ambiente, Exmª Srª Marina Silva, o seguinte pedido de informações.

Com o intuito de esclarecer o Senado Federal em relação à publicação em vários meios de comunicação de matérias sobre as exigências feitas pelo Ibama, mais especificamente por um de seus principais

projetos, o Projeto Tamar, para continuidade de um empreendimento turístico de 200 hectares localizado no Município de Mata de São João no litoral norte da Bahia, solicito as seguintes informações:

1) As notícias publicadas listam vários itens exigidos pelo Projeto Tamar para continuidade da obra que somam cerca de R\$2,7 milhões, dentre eles dois veículos 4X4 tipo Mitsubishi Pajero, um Palio Adventure, um Fiat Strada, três quadriciclos, duas carretas para quadriciclos, dois televisores 34 polegadas, aparelho de DVD, dois **notebooks**, estação meteorológica, máquina fotográfica com lentes grande ocular e teleobjetiva, além de alojamentos com louças, talheres, cama, mesa e sofá. Indaga-se, inicialmente, se este Ministério e o Ibama têm conhecimento das exigências feitas pelo Projeto Tamar?

2) O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama respaldam as exigências feitas pelo Projeto Tamar?

3) Como o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama avaliam a necessidade de equipamentos que não possuem, aparentemente, qualquer relação com o Projeto Tamar, tais como aparelho de DVD, jipes com tração nas quatro rodas, importados e de alto luxo — que não deveriam sequer circular próximos aos animais - televisores de 34 polegadas, entre outros, com tamanha especificidade?

4) Qual é a avaliação deste Ministério e do Ibama sobre as afirmações da Diretora do Centro de Recursos Ambientais, CRA, demonstrando estranheza em relação às exigências citadas, na medida em que no seu entendimento o licenciamento da obra contou com a participação de todos os atores envolvidos — Ibama, Projeto Tamar, Ministério Público e CRA - e tem sido cumprido?

5) O empreendimento citado é composto por quatro hotéis cinco estrelas, lotes residenciais, centro de convenções, entre outros, com orçamento de R\$350 milhões e geração atual de 2.500 empregos diretos, no entanto, diante das exigências do Projeto Tamar e da negativa por parte do grupo proprietário, o empreendimento foi embargado. Este Ministério e o Ibama têm conhecimento do embargo a que foi submetido o empreendimento turístico em questão?

6) Segundo a imprensa nacional, além do embargo sofrido, o empreendimento também foi multado

pelo órgão competente em R\$2 milhões. O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama têm conhecimento desta multa?

7) Qual o posicionamento deste Ministério e do Ibama em relação ao embargo e à multa aplicados ao empreendimento turístico mencionado?

8) O Ministério do Meio Ambiente tem conhecimento de alguma ação junto ao Ministério Público ao contrário às exigências do Projeto Tamar feitas junto ao grupo proprietário do empreendimento citado?

9) Quais providências serão tomadas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama em relação a todos os fatos relacionados?

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que terminou ontem, quinta-feira, dia 20 do corrente, o prazo, sem interposição de recursos, para que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 9, 10 e 11, de 2005–CN**, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2003–CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

Os projetos vão à promulgação e será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 339/PT

Brasília, 20 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar que seja o Deputado José Pimentel (PT/CE) indicado como membro suplente da Comissão de Orçamento na vaga do Deputado Zarattini (PT/SP).

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 397/2005

Brasília, 14 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o meu remanejamento, para a titularidade, em vaga existente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ e informar a nova composição dos membros suplentes da referida Comissão.

1º Suplente — Senador Luiz Otávio

2º Suplente — Senador Wellington Salgado

3º Suplente — Senador Sérgio Cabral

4º Suplente — Senador Almeida Lima

5º Suplente — Senador Leomar Quintanilha (vaga cedida ao PCdoB)

6º Suplente — Senador Garibaldi Alves Filho

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 398/2005

Brasília, 21 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Almeida Lima, como membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Cabral, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “criada para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar o direito de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes

Of. nº 521/05/PS-GSE

Brasília, 18 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta
Assunto: arquivamento de projeto de lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presi-

dência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 4.590/04, do Senado Federal (PLS nº 7104, na origem), que “Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que ‘dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.’”

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

Of. nº 522/05/PS-GSE

Brasília, 18 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Assunto: arquivamento de projeto de lei complementar

Senhor Secretário,

Comunico a vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º, do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, à Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 159/93, do Senado Federal (PLS nº 40/93, na origem), que “Altera o § 4º do artigo 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964”.

2. Comunico ainda que o PLP nº 82/96, do Senado Federal, (PLS nº 5/95, na origem), apensado ao projeto mencionado acima, também foi arquivado.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

PS-GSE nº 528/05

Brasília, 17 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Assunto: Comunica aprovação de proposição e envio à sanção.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 3.983, de 2000, do Senado Federal (PLS nº 138/00, na Casa de origem), que “Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí o imóvel que especifica”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os ofícios que acabam de ser lidos serão publicados e anexados aos processados dos respectivos projetos de lei do Senado.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo por até 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se for possível, gostaria de falar, por cinco minutos, pela Liderança após a Senadora Iris de Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª falará logo após a Senadora Iris de Araújo, que tem a palavra.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a população do Entorno de Brasília já se aproxima dos três milhões de habitantes, mas, em 2004, a receita do ICMS somou apenas R\$102,53 milhões – 2,5% do total.

Após a inauguração de Brasília, em 1960, iniciou-se um rápido processo de ocupação na região, motivado pela política governamental incentivadora da migração de mão-de-obra para a construção de Brasília.

A alta concentração urbana decorrente dessa corrente migratória criou sérios desequilíbrios econômicos e sociais entre o Distrito Federal e os municípios vizinhos. Diante das imensas carências da região, o então senador Íris Rezende propôs, e foi criada através da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno: um mecanismo que, por meio de uma ação integrada entre a União, o Distrito Federal, os Estados e Municípios que integram a região, se torna capaz de implantar soluções imediatas e de médio prazo para os problemas ali existentes.

Mas o que está no papel, Sr. Presidente, é quase letra morta.

Sabe-se, inclusive, por meio da imprensa, que as medidas recentemente adotadas pela União permitiram que o país aumentasse seu superávit primário, honrasse os compromissos com o Fundo Monetário Internacional e derrubasse o risco-país. Mas é às custas do sacrifício de todos os seus municípios que o Brasil vive este atual momento de pré-crescimento sustentado da economia.

Na vida real, milhões de pessoas têm um cotidiano muito diferente do ar condicionado dos gabinetes,

em especial nas pequenas cidades. Por mais que o cinto aperte, os dirigentes municipais não podem deixar de fornecer remédio, dar atenção básica à saúde, garantir o transporte escolar, recolher o lixo e viabilizar o funcionamento das creches.

Pois bem, Sr. Presidente, uma das regiões mais pobres do Brasil está nas barbas do Palácio do Planalto e deste Congresso Nacional: trata-se aqui de nosso Entorno de Brasília, formado por dezenove cidades goianas e três mineiras, que continua sendo um tremendo desafio para as autoridades brasileiras, pois exhibe a face da pobreza em contraste com o esplendor e a opulência da Capital da República.

Um exemplo clamoroso dessa desordem urbana é Águas Lindas de Goiás, a cerca de apenas 50 km de Brasília e emancipado em 1997. Fruto da proliferação de loteamentos irregulares, o município teve sua população aumentada em cinco mil pessoas no início dos anos de 1990, para 147 mil em 2000, segundo o IBGE.

Outro exemplo emblemático, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é até surreal: em Santo Antônio do Descoberto não existe cemitério, então seus mortos são enterrados em cidades vizinhas.

A falta de segurança é outro dilema: semeia medo, pânico, dor e sofrimento nos municípios do Entorno. Sem contar o desemprego que não pára de crescer e acaba arrastando jovens, pais e mães para o desespero.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar esta belíssima platéia de jovens que hoje chega aqui ao Senado Federal – creio que com sua professora, não é? (Pausa.)

Então, é um grande prazer cumprimentá-la por seu trabalho e cumprimentar a platéia que aqui hoje nos honra com sua presença.

Meus cumprimentos a todos!

Os poucos que conseguem trabalho – estou falando para uma platéia composta quase somente de jovens – são obrigados, diariamente, a enfrentar os péssimos serviços de transporte público – chance de emprego só mesmo em Brasília... Então, usam ônibus que, além de verdadeiras latas de sardinha, quebram a cada percurso.

Certa vez, um usuário, que é meu conhecido, teve o trabalho de contar os passageiros de um ônibus: constatou nada menos de duzentas pessoas em apenas um único veículo sujo, deficitário, sem condições de tráfego e com preço de tarifa absolutamente inaceitável – cerca de dois reais e sessenta centavos!

Ontem mesmo, a manicure que trabalha aqui na barbearia do Senado Federal, a Marisa, me fazia uma observação – ela fazia as minhas unhas num horário

extraordinário, à noite –, dizendo o seguinte: “Senadora, para vir trabalhar, tenho que gastar nove reais por dia” – ela deve estar até me ouvindo por aí. Achei um absurdo para uma pessoa que vive de seu pequeno salário como manicure.

Os serviços de saúde nos Municípios do Entorno são igualmente os mais precários possíveis – o que provoca uma superlotação das estruturas existentes em Brasília. A estrutura educacional é frágil e carente de investimentos, com a agravante da violência constante que acomete as escolas, por meio da ação de vândalos e marginais.

Não há como, Sr. Presidente, cruzar os braços e ficar impassível diante dessa verdadeira panela de pressão em que se transformou o Entorno de Brasília – uma ameaça não apenas à integridade física de seus sofridos e valorosos moradores, mas também à própria estrutura da planejada e suntuosa Capital da República – um oásis cercado de fome e de miséria.

Será possível – eu pergunto – que as mulheres e os homens de bem que hoje são responsáveis pelos destinos do Brasil não têm a sensibilidade mínima para suprir a RIDE dos recursos de que a região necessita?

Não há mais tempo a perder!

Espanta e causa profunda apreensão essa apatia latente no Palácio do Planalto para as questões concretas, cruciais, emergenciais do Brasil! Será que não existe uma única consciência sensata nos umbrais do Poder para avisar ao Presidente Lula que o Governo deve ser, sobretudo, praticidade, ação e resultados?!

Vejam que absurdo: famílias estão sitiadas no alto do Amazonas porque os afluentes secaram, sendo obrigadas a consumir água contaminada! Será que existiria sequer um helicóptero do Governo para lançar àqueles nossos irmãos brasileiros o alimento que falta na panela e a água limpa de forma que suas crianças não morram à míngua?!

E logo aqui, na face do Poder?!... Bastaria uma vitória mínima de qualquer organismo ligado à defesa dos direitos humanos para se constatar que, no Entorno, assim como na Amazônia e no Nordeste, brasileiros estão sendo massacrados pela omissão e irresponsabilidade dos agentes públicos que não enxergam nada além do que as danosas exigências do FMI na ânsia pelo superávit primário.

Aí está o Brasil superavitário, de cofres cheios. Enquanto isso, os brasileiros morrem à míngua, os criminosos continuam com a sua cruel epopéia de sangue, e nossas crianças assistem a tudo isso como a lição da triste realidade de uma Nação que não quer aprender a ser justa, responsável, fraterna, humana e solidária.

Nego-me, Sr. Presidente, a concluir os poucos dias que tenho deste mandato sem antes dizer com todas as letras o que penso sobre esta Nação. Sinto-me cada dia mais revoltada e entristecida, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, nas andanças constantes que faço pelas cidades do Entorno que conheço, praticamente, rua por rua, porque há anos o percorro. Corta-me a alma o olhar de carência de nossos meninos e meninas, e o apelo de mães machucadas pela rotina de perdas e danos provocados por uma realidade pesada, violenta, cruel.

É preciso dar um basta à atuação política baseada nesse chamado jogo de cintura, em que as realidades são camufladas em face dos acordos partidários!! É preciso por terra essa máscara e, claramente, reconhecer que o Governo atual, assim como o anterior, se revela incapaz na resposta às necessidades de um Brasil que chora, de um Brasil corroído pela miséria, de um Brasil que precisa de um alento para redescobrir a esperança.

Não temo afirmar, Sr. Presidente: esta economia forçada para fazer caixa destinado ao superávit primário gerou a atual tragédia do Mato Grosso do Sul, com o ressurgimento da febre aftosa. Faltaram recursos sim! É esta mesma “economia de guerra” que impede os recursos constitucionais da Ride de serem aplicados no Entorno de Brasília, que não tem mais como esperar, assim como a Amazônia e o Nordeste.

Que sejamos capazes, Sr. Presidente, de provocar uma reviravolta neste País, para, pelo menos, socorrer os brasileiros que estão com fome e que convivem com a dor e a tragédia à sua volta. Sem isso, nós, agentes políticos, que estamos aqui por delegação da população, do seu Estado, do meu Estado, não teremos como caminhar de cabeça erguida, menos ainda, Senadora Heloísa Helena, dormir com a consciência tranquila.

Recursos emergenciais são inadiáveis. É imprescindível o socorro às áreas críticas, a começar por aqui mesmo, pelo Planalto Central. Se já não mais existe a razão solidária, que ao menos o coração possa direcionar as autoridades brasileiras, neste momento, em nome dos irmãos nortistas ou nordestinos que ficaram na seca das suas cidades ou migraram para formar o Entorno de Brasília.

Era o que eu tinha a dizer nesta manhã, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela oportunidade.

Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigada, Senadora.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos. Em seguida, o Senador Rodolpho Tourinho.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo de toda esta semana, inúmeros Parlamentares – Senadoras e Senadores – tiveram oportunidade de vir a esta tribuna para tratar do assunto que levará brasileiras e brasileiros às urnas neste domingo para a participação do referendo, que trata da proibição ou não da comercialização das armas no nosso País.

E, em relação a esse referendo, que causa muita polêmica, temos tido inúmeros debates colocados cotidianamente e de forma crescente no último período, provocado exatamente pelo entendimento do que se irá ou não deliberar, do que se irá ou não manifestar por meio do voto neste domingo.

Como não poderia deixar de fazê-lo, também quero deixar expressa, aqui na tribuna, a minha profunda convicção da importância do que o Brasil vai manifestar neste domingo, em primeiro lugar, porque a questão da violência é de muita complexidade, de causas profundas que vão desde questões econômicas e sociais a questões culturais, na maneira como as pessoas se posicionam, como vêem a resolução dos conflitos, como buscam, por meio do seu comportamento e da sua ação, encarar, enfrentar e superar conflitos.

Sabemos que a situação da violência sob o aspecto cultural vem, inúmeras vezes, permeada daqueles tradicionais preconceitos que estão na nossa sociedade, que vão desde a violência contra a mulher – as famosas brigas entre marido e mulher, nas quais não metemos a colher, mas cuja decorrência termina, muitas vezes, em violência e, quando há arma até resulta em morte –, até o preconceito de raça e de gênero, que vem de uma lógica cultural de considerar-se superior a alguém ou a determinados setores e grupos da sociedade.

Também temos, de forma muito concreta e mostrada em inúmeras oportunidades, a manifestação violenta desse preconceito e dessa forma de ver e de se colocar nas relações interpessoais e intersociais. Ter a arma à disposição é um forte elemento para provocar violência, morte e acidentes que geram grande prejuízo físico para a vítima.

Sou uma pessoa absolutamente convencida de que devemos eliminar toda e qualquer possibilidade de acesso às armas. A utilização de armas tem de ser reduzida a casos extremos de defesa organizada e não à emergência de um pequeno conflito ou a qualquer outra situação.

Portanto, seguindo a lógica de diminuir, de proibir ou de eliminar o fluxo de armas em situações não autorizadas pela sociedade para a defesa, neste domingo, vou-me manifestar com profunda convicção votando “sim”.

Tenho procurado conversar com as pessoas e influenciá-las, pelo mandato, mostrando a lógica que me move a votar “sim” no domingo.

Tenho a convicção de que a pergunta está pessimamente formulada, porque se tem de dizer “sim” para algo que é “não”, a proibição da comercialização de armas. Isso tem criado muita confusão, muita dúvida na cabeça das pessoas. Cidadãos que não querem que a comercialização se amplie, seja mantida, seja feita de forma mais explícita, que querem que não se venda arma é que têm de votar “sim”. Então, é um “sim” à proibição, é um “sim” ao não. A formulação da pergunta dificultou o entendimento daqueles que não estão no cotidiano desse debate.

Senador Rodolpho Tourinho, com relação aos argumentos sobre o custo do referendo, de que ele poderia ter sido feito em outro momento, acoplado à eleição do próximo ano, gostaria de terminar o meu posicionamento falando de forma muito clara: democracia custa dinheiro. Democracia envolve gasto vultoso. Não é pequeno o gasto que se tem com a democracia. Portanto, tudo aquilo que permite que as pessoas manifestem sua opinião, por meio do voto, sobre questões fundamentais e importantes como essa gera um gasto que, do meu ponto de vista, é bem aplicado. O aprimoramento da democracia exige gastos, sim, e todos os recursos direcionados à ampliação do direito democrático de decidir pela maioria dos brasileiros e das brasileiras são bem aplicados.

Se o debate fosse acoplado à outra eleição, esse assunto não teria a dimensão que acabou tendo. Hoje, não existe um único lugar aonde a gente chegue em que o assunto do desarmamento e da violência não esteja sendo debatido. Mesmo que a deliberação no domingo seja algo pontual – como é a comercialização ou não das armas de fogo –, o assunto “violência” tomou a cena e está sendo discutido em todas as ruas, em todos os cantos, em mercados, em farmácias, em bares, em rodas de amigos e de familiares. Isso é extremamente salutar. Mesmo que a deliberação feita no domingo refira-se apenas a um aspecto desse contexto maior da violência, trazer o assunto à baila é muito importante.

Por isso, gostaria de registrar a importância do referendo e conclamar todos os que estão acompanhando a sessão do Senado a comparecerem às urnas no domingo e a votarem com sua consciência, de forma clara.

Espero que o “sim” vença, porque estou convencida de que, quanto menos armas, menos tiros, menos mortes, menos violência, melhor será para todos. A solução negociada e conversada, apesar de ser muitas vezes a mais difícil, é indiscutivelmente a que mais se coaduna com a nossa condição de seres humanos racionais, com capacidade de encontrar saídas que não a da eliminação de outra pessoa.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Íris de Araújo, inicialmente agradeço muito a V. Ex^a pela aprovação ontem de um projeto de minha autoria na Comissão de Assuntos Sociais, noticiada hoje, no **Jornal do Senado**:

CAS veda cessão de jogadores durante torneio.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deu parecer favorável ao projeto de lei (PLS 218/04) que veda a cessão ou a transferência, para entidade desportiva estrangeira, de jogador profissional inscrito em qualquer campeonato em andamento reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

O projeto, de minha autoria, foi relatado de forma muito competente pela Senadora Íris de Araújo, do PMDB de Goiás. Gostaria muito de agradecer a V. Ex^a, Sr^a Presidente, pelo interesse.

O futebol tem para nós, brasileiros, uma importância muito grande. Somos hoje a melhor seleção do mundo, a que conquistou o pentacampeonato, a que se mantém no *ranking* como a número um das seleções do mundo inteiro. Ganhamos a Copa América, somos campeões da Copa das Confederações, conquistamos o primeiro lugar no grupo sul-americano para ir à próxima Copa do Mundo. No entanto, apesar desse imenso sucesso, o futebol doméstico vive uma grande crise, também uma crise moral, muito parecida com a que vivemos do mensalão, do caixa dois. Parece que isso, lamentavelmente, contaminou também o futebol. Além dessas denúncias de corrupção envolvendo árbitros brasileiros em campeonatos nacionais e até continentais, presenciamos o esfacelamento financeiro também da grande maioria dos clubes brasileiros.

Apresentei duas proposições, Senadora, a esta Casa. Numa delas, V. Ex^a me deu a honra de ser a Relatora; foi aprovada ontem na CAS.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Se V. Ex^a me permite, Senador, gostaria de apartear-lo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É claro.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Senador Rodolpho Tourinho, honrou-me muito ter sido a Relatora do seu projeto, que, como V. Ex^a está dizendo, é da maior importância. Como V. Ex^a acaba de mencionar, trata-se de um desrespeito o fato de um jogador ter seu passe negociado quando os torcedores estão empenhados no sucesso do seu time e aguardam que esse jogador faça aquilo que eles esperam. Concordo com V. Ex^a, pois não há uma diferença muito grande entre isso e essa categoria de mensalões e de mensalinhos a que estamos assistindo pelo País afora.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Não há não. Muito obrigado, Senadora.

Esse projeto, que foi o primeiro deles, é de 2004 e tem exatamente o objetivo de vedar a cessão ou a transferência para o exterior de atletas profissionais que estejam inscritos em campeonatos, em andamento, reconhecidos pela CBF.

Repito: o projeto em questão pretende coibir o êxodo absolutamente sem controle dos jogadores brasileiros para outros países, no momento em que evoluímos o formato do campeonato nacional, por meio da disputa em pontos corridos. Ainda assim, observamos o desmantelamento completo de equipes no meio de uma competição.

Ao final, pode-se afirmar que o campeonato brasileiro é dividido em duas partes, antes e depois do início da temporada internacional de futebol, o que, na minha opinião, configura um desrespeito ao nosso campeonato, ao nosso País e aos nossos torcedores.

Esse chamado craque brasileiro, há algum tempo, é produto de exportação. Basta analisarmos hoje que, a rigor, há duas seleções brasileiras: uma feita só com os jogadores que jogam no exterior, e outra, a chamada equipe B, com os que jogam no País, o que já é uma divisão também muito ruim. Quer dizer, os bons são só aqueles que estão lá fora. Isso permite uma renovação do futebol brasileiro, que é grande, não há dúvida, mas que, de alguma forma, é distorcida.

Isso agrava a situação de alguns clubes, que vêem seus times desmantelados e atendendo, às vezes, a interesses que não são os da coletividade e, sim, interesses pessoais dos dirigentes de futebol.

Outra proposição que fiz é o Projeto de Lei nº 286, de 2005, que tem o objetivo de conferir ao Ministério Público a função institucional de resguardar o futebol como patrimônio cultural brasileiro. Apresentado em 16

de agosto do corrente, possui uma enorme correlação, uma enorme relação com a atual situação vivida pelo esporte no País.

Inicialmente apresentado na forma de uma emenda à Medida Provisória que criava o Timemania, que depois foi cancelada pelo Governo, acabei transformando essa emenda num projeto de lei. Esse projeto de lei dá o poder ao Ministério Público de interferir nos clubes, no sentido de cobrar responsabilidade, de cobrar transparência, de cobrar seriedade dos dirigentes de futebol.

Acho que, diante desta crise que se instalou no País, em paralelo à crise do Caixa 2, em paralelo à crise do mensalão, em paralelo a toda a crise moral que atinge alguns Partidos brasileiros, essa proposição de permitir, de deixar claro que o Ministério Público pode agir também no futebol, nos clubes de futebol é muito importante para a situação atual do futebol brasileiro, que passa por um problema sério. Assistimos a uma confusão muito grande na primeira divisão do futebol brasileiro. E pergunta-se: por que não está sendo levada essa mesma análise para a segunda divisão?

Enfim, são questões que têm que ser respondidas não com o tempo, mas, também, com muito bom senso e com a atuação que deve ter a CBF e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

Sr^a Presidente, um outro assunto que quero trazer hoje aqui, e para o qual peço a colaboração do Senador Romero Jucá, ex-Ministro da Previdência, é a questão da contribuição prevista na reforma da Previdência sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para o regime geral da Previdência, no caso de quem é portador de doença incapacitante.

Ficou claro, na nossa aprovação aqui, que, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, ele só recolheria por aquela diferença. Na verdade, em relação ao que os aposentados pagam hoje – os 11% da Previdência –, supunha-se que a lei em vigor serviria para tratar desse assunto, mas a lei não serve, e o Governo, mais uma vez, atrasa o envio de uma lei, que é da maior importância para essas pessoas portadoras de doenças incapacitantes.

Eu não apresento o projeto de lei, que é simplíssimo de ser feito, porque há dúvida se o Parlamentar poderia ou não apresentá-lo. Então, na dúvida, prefiro subir à tribuna e pedir ao Governo que trabalhe um pouco nesse sentido. Esse projeto de lei é muito simples. Ou não há vontade política em relação àquele portador de doença incapacitante ou o Governo é absolutamente irresponsável ao não tratar desse tema que é da maior importância para essas pessoas.

Não é conveniente sempre, mas talvez fosse o caso de o Governo editar uma medida provisória ou, então, na MP nº 255 – que deverá, em princípio, ser votada aqui na próxima semana – incluir um artigo em que defina claramente essa questão. E, se quiser não ter muito trabalho e homenagear o Senador Paulo Paim, basta que encaixe o Projeto de Lei nº 251, de autoria de S. Ex^a, que possui apenas um artigo, na MP nº 255. Além da homenagem que estaria sendo prestada a quem tanto lutou pelas questões da Previdência, também estaríamos resolvendo um problema muito grande para os portadores de doenças incapacitantes, pessoas que, no fundo, têm alguma limitação, que pode atingir também seus ganhos e, portanto, eles precisam ser protegidos. Esse foi o espírito da lei a razão por que a lei foi feita.

O Projeto de Lei nº 251, do Senador Paulo Paim, dispõe o seguinte:

Art. 1º. O artigo 3º da Lei nº 9.717, de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único.

Parágrafo único. Consideram-se doenças incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária sobre proventos da aposentadoria dos servidores públicos e sobre pensões de seus dependentes, aqueles que concedem a seus portadores isenção de Imposto de Renda, na forma da legislação própria.

Vejam como é simples resolver esse problema. Só não é resolvido, porque o Governo não quer. Essa é a verdade.

Esse é mais um ponto em que o Governo mostra sua total inaptidão para questões gerenciais ou, o que é pior, uma falta de atenção muito grande ao portador de doença incapacitante, que, como todos sabemos, tem problemas que muitas vezes são difíceis de serem superados. Trata-se muito mais de uma questão de insensibilidade deste Governo.

Lamento tratar o assunto dessa forma, mas entendo que chegou a hora de se resolver esse problema, se não por meio da Medida Provisória nº 255, que será votada na próxima semana, com uma simples emenda, conforme aprovada e comentada aqui, aproveitando o projeto de lei do Senador Paulo Paim, para que o Governo não tenha o trabalho de pensar. É só aproveitar aquele projeto de lei e estaremos resolvendo um problema sério para milhares de pessoas portadoras de doenças incapacitantes neste País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, falará a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra apenas para fazer um registro da importância dos entendimentos que estão sendo construídos pela relatoria do Senador Amir Lando na Medida Provisória nº 255, a fim de que se retomem dispositivos aprovados neste Senado, na Medida Provisória nº 252, conhecida como Medida Provisória do Bem, aprovada, mas que perdeu a sua eficácia por conta do prazo de validade.

Fui o relator da Medida Provisória nº 252 e ali conseguimos inserir uma série de mecanismos importantes para o País, importantes para o desenvolvimento econômico, para a melhoria das exportações; mecanismos com melhoria das condições sociais da população, enfim, uma série de aspectos que agora voltam à tona, voltam à baila na discussão, por meio dessa nova medida provisória, inclusive medidas de desoneração fiscal, ou seja, medidas que diminuem impostos.

Registro a importância desse entendimento e ressalto que é fundamental para Casa, para todos os Senadores e Senadoras, que possamos votar essa matéria na próxima terça-feira, exatamente porque essa matéria, assim como a Medida Provisória nº 252, precisa ser votada rapidamente na Câmara dos Deputados com as modificações que nós iremos fazer aqui no Senado. A Medida Provisória nº 255 perde a sua validade no próximo dia 31 de outubro e, portanto, se não for votada, provavelmente quinta-feira na Câmara dos Deputados, não haverá tempo útil até segunda-feira para que ela seja votada e sancionada.

Então, faço este apelo a todas as lideranças partidárias e a todos os Senadores e Senadoras que estão participando desse debate.

Ontem, reunimo-nos com o Presidente do Congresso, Renan Calheiros, ampliando a discussão com Deputados e Lideranças da Câmara dos Deputados para que seja construído um pré-consenso e se antecipe o debate que ocorrerá naquela Casa. Com isso, ganharemos tempo.

As posições foram construtivas. É claro que existem segmentos com colocações específicas que precisam ser analisadas, mas, sem dúvida alguma, Sr^a Presidente, entendo que, com o passo que foi dado ontem, caminhou-se bastante.

Faço o registro do brilhante e competente trabalho que está sendo realizado pelo Senador Amir Lando, no sentido de procurar construir esse consenso e absorver os dispositivos que coloquei na Medida Provisória nº 252, por meio de emendas de Relator, que beneficiam os taxistas, que terão estendido até 2009 o prazo para não-pagamento de determinados

impostos na compra de carros, assim como a diminuição do prazo de interstício da sua compra de três para dois anos, criando, portanto, um benefício para toda a classe e dando-lhe condição de prestar um melhor serviço à população.

Ficam aqui o meu apelo, a minha esperança e a minha confiança de que iremos votar essa matéria na próxima terça-feira. De minha parte, estarei empenhado no debate para que possamos agregar o máximo possível de dispositivos que beneficiem a população, porque esse deve ser o trabalho principal do Congresso.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos sendo visitados por uma comissão de jovens surdos-mudos.

(A Sr^a Senadora faz uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras).

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sejam muito bem-vindos. Aqui, no Senado, no dia de hoje, há alguns que trabalham, há alguns que passeiam...

Sr^a Presidente e Srs. Senadores, vou tratar, rapidamente, no tempo que me cabe, de três assuntos.

Um deles é o debate que está vinculado ao “sim” ou “não” no referendo. No P-SOL, do qual sou Presidente, adotamos a resolução de respeitar os nossos militantes e Parlamentares, que farão as duas opções. Como já tive oportunidade de dizer na Casa, há mulheres e homens de bem e de paz que votam “não” e mulheres e homens de bem e de paz que votam “sim”, do mesmo jeito que existem demagogos, corruptos, cínicos, fascistóides que votam “sim” e demagogos, cínicos, corruptos, fascistóides que votam “não”. Então, estabelecer um maniqueísmo em relação ao “sim” ou “não”, efetivamente, não é algo sério.

Senadora Iris, teremos a oportunidade de, já na outra semana, identificar quem está-se posicionando nesse referendo de forma demagógica ou fascistóide, ou de ambas as formas, durante a visita do Presidente Bush ao Brasil – o neofascista, assassino em série, que dinamiza a economia local dos Estados Unidos produzindo armas e guerras. Todos sabem exatamente o que são as guerras patrocinadas pelos Estados Unidos, disputando petróleo e destruindo nações inteiras, estuprando mulheres com fuzil e estourando cabeças de crianças com as mais diversas formas de armas, cuja produção é incentivada pelo governo americano. Não é à toa que o Presidente Bush e o governo ame-

ricano disponibilizam mais de 60% do seu orçamento para a produção de armas.

Nessa ocasião, teremos a oportunidade de identificar quem está votando “sim” ou “não” por concepção, por honestidade, pelo argumento responsável, e quem é cínico, demagogo ou fascistóide, porque é evidente que quem votar “sim” não poderá receber o Presidente Bush. É até uma demagogia explícita, pois vão comer carne. Pena que a aftosa não seja transmitida aos seres humanos, senão eu até desejaria que comessem carne contaminada. Se não bastassem todas as guerras que tem patrocinado, o Presidente Bush virá comer um churrasco em companhia do Presidente Lula e de outras lideranças políticas. Isso é, no mínimo, um cinismo gigantesco, porque se deveria fazer um protesto e mostrar ao Presidente Bush que ele é **persona non grata** no Brasil, solicitando-lhe que não produzisse mais armas e guerras e que não matasse nações inteiras como está fazendo.

Do mesmo jeito, quem tem um bom coração e, por motivos nobres, está votando “não” também não poderá apoiar a vinda do Sr. Bush, porque o que está por trás da indústria de armas é uma coisa absolutamente abominável, especialmente no caso das que são produzidas nos Estados Unidos, que são diferentes daquelas compradas pelo cidadão comum: são fuzis, granadas, AR-15 e outras coisas mais.

Assim, teremos oportunidade de, na visita do Bush, identificar quem vota “sim” ou quem vota “não” por princípio, concepção e argumento honesto, ou quem o faz por cinismo, dissimulação e uma concepção fascistóide qualquer.

Portanto, volto a afirmar que os militantes do P-SOL, bem como os seus dirigentes e Parlamentares, estão liberados para votar no referendo. Continuo acreditando que existem mulheres e homens de bem e de paz que votarão “sim” e mulheres e homens de bem e de paz que votarão “não”, do mesmo jeito que existem corruptos, cínicos e demagogos nas duas posições também.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou tratar de mais dois outros temas.

Hoje, um importante jornal do Brasil apresentou, em manchete, um problema envolvendo o Senador Geraldo Mesquita, dizendo que S. Ex^a cobra “mensalinho” de funcionários do seu gabinete.

Evidentemente, como todos os Parlamentares e militantes de Partido sabem, todas as pessoas são obrigadas a dar uma contribuição para o Partido. Todas as pessoas fazem isso, ou por obrigação, ou por vontade de fazê-lo. Todo mundo faz isso, que é completamente diferente de extorsão. Obrigar-se uma pessoa a disponibilizar o dinheiro é algo completamente diferente.

Falei com o Senador Geraldo Mesquita, que me disse estar com a consciência tranqüila, pois não tem absolutamente nada a ver com qualquer mecanismo de corrupção.

Doar dinheiro a uma estrutura partidária é uma coisa completamente diferente e não tem relação com mensalão. Eu estou dando mais de 70% para a construção do meu Partido, que será um instrumento de luta para a classe trabalhadora. Ninguém está-me extorquindo, ninguém está exigindo que eu dê 70% do meu salário para contribuir com o P-SOL. Da mesma forma, há militantes do P-SOL que dão zero, zero do salário, porque não podem dar. É completamente diferente. Inclusive, como nosso estatuto é provisório, não estabelece qual o percentual que vai ser dado. Assim, há quem não dê absolutamente real algum, há os que dão e aqueles que, como nós, Parlamentares, damos muito mais – e não são os nossos assessores.

Discuti com o Senador Geraldo Mesquita, que diz que isso é perseguição, inclusive dos adversários do PT que tem no Estado. Ele continua insistindo que foi uma grande armação feita contra ele e terá oportunidade de se defender, tanto na Executiva do P-SOL, como no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa. Ainda hoje, estarei protocolando um requerimento para que o Senador Geraldo Mesquita, nosso companheiro, dê as suas explicações no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Ao contrário de outros que, quando aparecem denúncias, fazem o abafão e jogam lama nos outros para, de alguma forma, tentar espalhar a podridão e esconder o seu próprio odor fétido, vamos esclarecer a verdade, porque eu não tenho dúvida de que isso ocorrerá.

O Senador Geraldo Mesquita Júnior disse que está absolutamente tranqüilo. Também queremos ficar tranqüilos e esperamos que S. Ex^a, que hoje está no Acre, se reúna com a Executiva do P-SOL. Ainda hoje, protocolaremos, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, requerimento para que ali S. Ex^a preste os seus esclarecimentos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero abordar outro tema. Hoje não vou tratar da pocilga de corrupção do Governo Lula, mas da exploração de mulheres pelos militantes os mais diversos. É algo realmente impressionante. Não vou falar no nome de ninguém, nem de Ministro, nem de Senador, nem de Deputado, embora eu tenha a má-sorte de ter conhecimento de alguns Senadores e Deputados que eram fregueses da cafetina, aqui em Brasília, quando iam comemorar o dinheiro público roubado que recebiam da promiscuidade Palácio do Planalto-Congresso Nacional. Não vou dizer os nomes porque quem quiser preservar os seus casamentos de mentira e de fachada

que o faça e que as suas consciências um dia serão capazes de falar ou não alguma coisa. Também não vou falar o nome do Ministro até porque não sei ao certo se S. Ex^a estava envolvido, embora a própria direção da Volkswagen esteja dando declarações sobre isso. Não vou falar o nome de Ministro.

Quero apenas deixar aqui registrado – já tive oportunidade de fazê-lo outras vezes – o quanto de infâmia existe na exploração de mulheres. É absolutamente abominável. Agora, um jornal alemão... Uma das maiores indústrias automobilísticas do mundo, a Volkswagen, está abrindo várias auditorias, vários procedimentos porque se descobriu que os altos executivos dessa grande empresa pagavam viagens de turismo sexual, portanto alugavam meninas espalhadas pelo mundo, para convencer – imaginem que safadeza! –, para, de alguma forma, tentar minimizar as relações tensas entre a liderança sindical e o altos executivos da empresa automobilística. E eles usavam dinheiro dessas empresas automobilísticas para promover turismo sexual, contratando garotas de programa. Os altos executivos diziam que faziam isso com o dinheiro da empresa, promoviam turismo sexual para, de alguma forma, “convencer” as lideranças sindicais para que estas agissem com mais tolerância diante dos executivos.

Do mesmo jeito, para mais uma vez deixar aqui registrado, lembro a forma absolutamente promíscua, desavergonhada como se comemorava o recebimento do dinheiro público roubado aqui, no Congresso Nacional, em Brasília. Como é de conhecimento de todos, o atual Governo montou um balcão de negócios sujos aqui, no Congresso Nacional, onde, além de liberar cargos, prestígio, emendas, poder. Além do “propinódromo”, metodologia que outros Governos também faziam para comprar Parlamentares, o atual Governo parece que acabou inovando, porque muitos Senadores e Deputados da base de bajulação do Governo, quando iam receber o dinheiro público roubado, comemoravam alugando andares nos hotéis de luxo daqui de Brasília, contratando meninas – certamente, meninas pobres – de programa, para promoverem orgias sexuais às custas do dinheiro público roubado. Isso, sem dúvida, merece o nosso protesto veemente. E eles agiam de maneira tão desavergonhada que não possibilitavam sequer que as meninas comessem, para que elas não pudessem ter sono. Eles faziam isto: colocavam as pobres meninas de programa para pegarem dólar ou os reais roubados que eles recebiam da promiscuidade Palácio do Planalto-Congresso Nacional e mandavam que elas pegassem o dinheiro com a boca.

Então, fica realmente muito difícil: além de agüentar a pocilga da corrupção, implementada na relação

promíscua Palácio do Planalto-Congresso Nacional, ainda identificar orgias sexuais e exploração de mulheres para comemorarem o recebimento do dinheiro público roubado, do mensalão ou qualquer denominação que essa podridão tenha, merece o veemente protesto de qualquer pessoa de bem e de paz.

Portanto, aqui fica também o meu protesto.

Durante o discurso da Sr^a Heloísa Helena, a Sr^a Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

Em seguida, pela ordem de inscrição, falará o Senador Tião Viana.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna para abordar um tema que, eu insisto, não é jamais paroquial, não é meramente regional; ao contrário, é de enorme interesse do País, até porque é de interesse visivelmente planetário. Refiro-me à vazante, que é cíclica, mas desta vez, no meu Estado, com conseqüências, em vários Municípios, desastrosas, conseqüências que me fazem pensar se estamos ou não à beira de um desastre ecológico.

Há desmatamentos nas cabeceiras dos rios. Isso é grave. Há atividades, como a soja, rentáveis, boas para exportação, geradoras – sobretudo do ponto de vista indireto – de empregos, que têm de ser avaliadas do ponto de vista do peso que podem ter sobre esses eventos.

Há, de fora para dentro, a responsabilidade de países desenvolvidos e a poluição desenfreada que produzem, gerando o aquecimento das águas dos oceanos e, sem dúvida alguma, talvez exercendo influência sobre o regime de chuvas na região Amazônica.

Eu tenho a crença de que não se precisa desmatar toda a floresta Amazônica para se transformar esse tesouro num deserto.

Eu tenho a crença de que basta se chegar a um determinado nível, a um determinado percentual de desmatamento e, a partir daí, se terá uma alteração radical no regime de chuvas e, a partir daí, se terá o chamado *point of no return*, o ponto de não retorno, que, na aviação, é muito bem conhecido como aquele avião que sofre pane: ele tem três horas de viagem e já cruzou mais da metade do caminho; com pane ou sem pane, ele tem de seguir para algum lugar. É melhor ir para a frente do que retornar, porque é mais perto ir

para o próximo aeroporto, que está a menos da metade do percurso total. Então, temo muito isso.

Aqui digo que um Senador do meu Estado, o Senador Evandro Carreira, nem sempre tratado com a seriedade que o seu discurso merecia, foi o primeiro parlamentar a abordar a questão da Amazônia, tentando dar a essa abordagem foro de cientificidade. Não foi muito ouvido, mas gostaria de começar a resgatá-lo. Gostaria, mais ainda, de dizer que é preciso se juntar a experiência empírica dos habitantes da minha região ao acúmulo de cultura científica de entidades como o Museu Goeldi, como a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal do Amazonas, as Universidades Federais dos Estados da região, todos, o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia(*)), para nós, fazendo um grande *brainstorm*, uma grande tempestade cerebral, podermos chegar a diagnósticos precisos sobre o que se passa na Região Amazônica.

É extremamente grave, a meu ver, não o fato de a vazante ter ocorrido, mas o fato de a vazante ter ocorrido com as conseqüências que nós vimos e que, a meu ver, diferem de outras de décadas passadas.

Quando cheguei, Sr. Presidente, de volta ao meu Estado - eu estudava no Rio de Janeiro, cheguei em 1978 de volta ao Amazonas - eu estava reiniciando uma vida que tinha deixado de ser minha. Cheguei lá e vi alguém se referir, no interior do Estado, ao período da “seca”. Eu dizia: período da “séca”? Será que ele não está pronunciando direito a palavra seca? E fiquei pensando naquilo; fui para casa pensando naquilo com muito cuidado: período da “séca”? Eu sabia que período da cheia era água. Todo mundo sabe que cheia é igual a água. E “séca” eu ligava à seca que vemos comumente no Nordeste.

O homem do interior da Amazônia é tão sábio que inventou uma palavra. Ele dizia: seca é para o Nordeste, é um fenômeno do Nordeste. “Séca” é um fenômeno de uma região que tem tanta água, que não se pode dizer que nela há seca. Então, inventou a palavra “séca”. Isso mereceria um verbete no dicionário Houaiss, no dicionário Aurélio. E até uma idéia, escrever a sugestão aos dicionaristas para que incluam esse verbete.

Recomendo que além desse rame-rame, de todo esse feijão com arroz, toda essa história de ministro sobrevoa e governador visita – e eu estou solidário com o Governador para estar solidário com o meu povo – mais cesta básica. E o governo promete, o governo cumpre, o governo não cumpre. Isso tudo faz parte de um certo rame-rame, de um certo feijão com arroz, que não é o que estou propondo. Estou propondo, primeiro, um governador com inserção no mundo, com interlocução com o mundo.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) - Proponho, Sr. Presidente, um governador do Amazonas com capacidade de falar para o mundo, de estabelecer uma interlocução com o mundo. Ser recebido numa ONU, não trivialmente, mas, pelo menos, com o **status** que cabia, digamos, a um Yasser Arafat*, falecido líder da OLP.

Final de contas, o Amazonas é a pátria da água; com a Amazônia, é a pátria da biodiversidade, da cobertura florestal. É a pátria do futuro mais brilhante desta Nação.

Proponho, portanto, que, além das providências de praxe e que dão a impressão de uma falsa normalidade, ou seja, tão assim as águas voltarem – elas já estão voltando – tudo passa, e temos que aguardar algumas décadas para termos nova enchente, nova vazante, com proporções que ainda não podemos definir quais seriam – e temo que sejam mais desastrosas ainda. Quero pensar numa Amazônia para milênios, quero pensar na Amazônia como “galinha dos ovos de ouro”; não quero pensar na Amazônia para ganhos de curto prazo, para ganhos egoísticos, privilegiando uma racionalidade que não seja a racionalidade do futuro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, proponho uma grande reflexão do Congresso Nacional, da comunidade científica brasileira, da comunidade científica da minha região, levando em conta a experiência empírica dos habitantes da Amazônia e, sem dúvida alguma, nós todos nos alçando à compreensão de que não tem nada mais importante neste País do que diagnosticar a Amazônia com inteligência e precisão, porque, para mim, a vazante não foi meramente uma repetição do que houve de outras vezes – as conseqüências foram funestas – e não hesitarei em me colocar contra qualquer ganho econômico de curto prazo se eu perceber que está em jogo o futuro do meu povo, o futuro dos nossos netos, dos nossos filhos, dos nossos bisnetos, dos nossos pósteros, o futuro de uma região sem a qual o Brasil será um país medíocre.

Com a Amazônia, o Brasil será, necessariamente, um país brilhante. Sem a Amazônia, o Brasil será, forçosamente, um país medíocre, e não pretendo a mediocridade nem a insanidade para este País. E deixar a Amazônia ao Deus dará significa contemplar a idéia da insanidade em nome de ganhos econômicos imediatos. Recomendo que o Governo brasileiro seja duro cobrando dos países desenvolvidos a parte que lhes cabe nesse processo que pode estar sendo iniciado de irreversível destruição da floresta amazônica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Apenas, meu caro Presidente, como tenho um compromisso que é inadiável, não tenho como ficar e fazer o pronunciamento que gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – V. Ex^a é o próximo orador; já ia chamá-lo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR TIÃO VIANA NA SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – O pleito de V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Alberto Silva, seguindo a ordem de inscrição.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna, hoje, por estar inscrito, para falar ao Governo sobre o problema das crianças da pré-escola. Tem-se discutido muito o assunto, pois a pré-escola não está regulamentada no País. O Ministério da Educação, naturalmente, cuida do ensino a partir dos sete anos, por essa razão, os que têm sete anos vão para a escola. E agora o Programa Bolsa-Escola garante ajudar as famílias, contanto que as crianças vão para a escola. Mas isso apenas a partir dos sete anos.

Parece-me que houve uma decisão de reduzir a idade para seis anos. Grande coisa! E os meninos de um a sete anos, cujas famílias estão em dificuldades financeiras – como todos sabemos –, como alimentam essas crianças?

Como tive uma experiência absolutamente vitoriosa quando era Governador do Piauí, gostaria de passá-la aos brasileiros, prefeitos, governadores e ao próprio Ministério da Educação.

Será muito caro atender às crianças de dois a seis anos?

Nós não construímos prédios. Nós não criamos escolas para as crianças de dois a seis anos, mas fizemos um acordo com as associações de bairro da capital do Piauí e depois estendemos a várias outras cidades. Cada uma das famílias cedeu sua casa, às vezes até um barraco, para que ali colocássemos uma

mesinha e seis cadeiras. Adotamos um sistema de ensino trazido por uma psicóloga e usado no Canadá, em alguns lugares dos Estados Unidos e na Europa para desenvolver as faculdades psicomotoras das crianças. Podem crer, senhoras e senhores brasileiros que estão me ouvindo, que isso é uma revolução.

Aquelas crianças de dois a seis anos ocupavam uma mesinha numa casa de bairro que adaptamos, naturalmente, com a higiene necessária que ali, às vezes, não tinha. E o que era essa adaptação? Às vezes um sanitário, às vezes uma salinha melhorada. Na verdade, não gastamos dinheiro em prédios.

Convocamos estudantes do instituto de educação – na minha capital mais ou menos 1.500 se formavam por ano –, que aprenderam aquela nova maneira de ensinar. Eu lhes dizia: “Vocês estão recebendo o dinheiro do anel de formatura, mas, na verdade, estão trabalhando pelo Brasil, porque essas crianças são os futuros brasileiros.”

Se não ensinarmos ou, mais do que isso, se não alimentarmos essas crianças como elas merecem e precisam, os seus neurônios enfraquecerão. Não sou especialista nesse assunto, mas todos sabemos que quem não se alimenta, principalmente nessa idade, aos sete anos terá bastante dificuldade em aprender.

No Brasil, as crianças de sete anos entram na rede pública muitas vezes sem saber ler nem escrever. Em alguns lugares, corrige-se ou se tenta corrigir isso por meio das creches. Mas o que são creches? Às vezes, ficam nas creches crianças de várias idades, porque não há possibilidade de se criar escolas para elas.

O que fizemos é econômico, é didático, operacionalmente viável; sobretudo, estabelecemos a merenda escolar. E usamos a soja, senhores! A civilização ocidental não tem a cultura da soja, mas a Embrapa está aí, ensinando a todos nós, e, àquela época, já aprendi com ela o que fazer da soja. Por exemplo, com meio quilo de soja, que custa R\$0,50 centavos, obtêm-se quatro litros de leite, podem-se fazer 20 bifés. Assim, uma família de cinco ou seis pessoas tem o alimento que não teria nunca por R\$0,50 centavos! Anotem bem: por R\$0,50 centavos. E, agora, que a soja está caindo de preço, por que o Governo não determina que isso seja feito?

Vejo ali nosso eminente companheiro e grande Governador, que foi Ministro, Senador Pedro Simon. Com todo o prazer, ouço o aparte de S. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Sr. Senador, considero da maior importância o pronunciamento de V. Ex^a. Trago apenas uma experiência pessoal. Em minha passagem pelo Ministério da Agricultura,...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Lembro bem.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...criamos a chamada “vaca mecânica”.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Isso mesmo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Em todos os Municípios que o desejassem, o Ministério da Agricultura instalava a “vaca mecânica”. Foi impressionante, principalmente no Nordeste, o número de Municípios que se apresentavam, especialmente porque era quase gratuito, já que a soja fazia parte dos estoques reguladores do Governo. Assim, a soja era praticamente gratuita, e ali as pessoas tinham leite à vontade, de graça – meio litro, um litro, o quanto bem entendessem. À época, a aceitação foi total, absoluta. Conseguimos verbas para que o Ministério instalasse a “vaca mecânica” em todos os colégios, públicos ou não, principalmente no Nordeste. O êxito foi total. Não consigo entender por que isso parou. Por que isso não continuou? Não consigo entender.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Fico muito agradecido, Senador Pedro Simon, pela oportuna intervenção de V. Ex^a. Lembro bem: eu era Governador, e V. Ex^a, Ministro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso é possível, é viável. Agora, meu caro Senador Simon, aprendemos com a Embrapa que podemos fazer tudo isso em casa. Nessa escola a que me estou referindo, ensinamos as donas-de-casa a fazerem o leite e o bife. É muito simples! Naturalmente, num curto espaço como esse, não vamos aqui dar uma receita, mas tenho certeza de que poderíamos reeditar a idéia. V. Ex^a falou na “vaca mecânica”. Poderíamos adaptar aquele instrumento de produção de leite, criado à sua época, mas agora há mecanismo mais avançado, mais moderno.

A Embrapa descobriu – e temos informações precisas sobre isso – que o gosto ruim da soja é proveniente de duas enzimas. No entanto, se dermos um choque térmico na soja, com uma fervura de cinco minutos, é possível tirar aquele gosto. Daí para frente, os grãos podem ser transformados em leite, em carne etc., e tudo isso pode ser feito em casa.

Mas eu me referia ao ensino propriamente dito dado às crianças de dois a seis anos naquela escola, digamos assim, original, nas casas. Acontecia algo fantástico, porque as famílias se entrosavam nos subúrbios da Capital. Por exemplo, os filhos de uma família não estudavam na mesma casa; estudavam na outra casa. O serviço social e as professoras, ou monitoras, que adotavam essa metodologia faziam uma seleção prévia. Sentíamos a presença do Governo dentro das casas, ajudando as famílias, com assistência médica e odontológica – muitas vezes, descobríamos doenças

nos olhos. Tínhamos um ônibus que andava pela cidade. Aquelas professoras, no contato com as famílias, descobriam que o marido, às vezes, estava bebendo, e lá íamos nós ajudá-los a entrar nos Alcoólicos Anônimos. Salvamos quanta gente e quantas famílias! Lembro que elas perguntavam: “Como vai o meu filho aí na sua casa?” “Ele vai muito bem. E o seu?” “Também.” Esse conagraçamento evitou violência, era algo que unia as famílias e mostrava que o Governo estava atento ao ensino do pré-escolar e, principalmente, à alimentação das crianças. Depois, foi-se avolumando, e chegamos a atender a 50 mil crianças na Capital e a outras tantas no interior. Aí fizemos uma fábrica de alimentos, usando a soja como elemento principal.

Quanto ao Bolsa-Escola, como sou engenheiro e gosto dos números, apresento uma pequena regrinha aritmética. O valor do Bolsa-Escola está em torno de R\$90,00, se não me engano. Vamos avaliar: um litro de leite, que é essencial para a família, não dá cinco copos e custa mais de R\$1,00 – são R\$30,00 por mês; um bujão de gás, R\$35,00 – lá se vão R\$65,00; o pão, R\$0,20 – lá se vão mais R\$30,00. E acabaram-se os R\$90,00. E o feijão? E o arroz? E a carne? E o sal? E o óleo? E o café? O Bolsa-Escola não dá para isso, mas, se adotássemos o sistema pré-escolar, estaríamos com os próprios R\$90,00.

Senador Pedro Simon, é fácil entender. V. Ex^a acabou de dizer: o leite é praticamente de graça. Mesmo comprando a soja a R\$1,00, meio quilo de soja rende quatro litros de leite e 20 a 25 bifés. Isso fica barato. E o que sobra? O pão, naturalmente. E, agora, deveríamos pensar um pouco.

Ontem, trouxe essa idéia e vou ajudar a desenvolvê-la como engenheiro. Um colega meu, engenheiro, descobriu um fogão a álcool. O Brasil, hoje, fabrica mais de 16 bilhões de litros de álcool. É claro que tem mercado franco, mas poderíamos dobrar ou triplicar a produção de álcool para esse uso também. O botijão de gás de cozinha custa R\$35,00. Fiquei tonto com os números relativos ao fogão a álcool desse meu colega, meu caro Senador Simon. Um litro de álcool custa R\$1,80. Põe-se meio litro de água, porque o álcool é a 90º, e o álcool do fogão é a 42º. Então, ele me mostrou que, com um litro de álcool, se pode cozinhar por dois dias, por três dias. Devemos ajudar as famílias a terem também um combustível. Às vezes, nós, políticos – V. Ex^a sabe muito bem disso –, chegamos às casas das pessoas quando estão cozinhando o feijão, e, de repente, o gás acaba. Aí não tem jeito, a pessoa precisa comprar outro bujão, e não há bujão de um quilo ou de meio quilo. O bujão custa R\$35,00, e ele não tem esse dinheiro.

Assim, temos de ajudar a criar calor de cozimento. Com o carvão vegetal, estou desenvolvendo uma idéia sobre isso. Meu colega já tem um fogão a álcool. Não vamos acabar com o fogão a gás. Que o gás seja para quem pode pagá-lo! Os mais pobres – isto é o que nos interessa –, principalmente para fazer a merenda escolar em casa, precisam ter um combustível barato.

Com todo o prazer, meu nobre Senador, ouço V. Ex^a. Penso que o assunto é interessante para o Brasil, e V. Ex^a é um dos grandes defensores...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Desculpe-me por importunar o seu pronunciamento.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – V. Ex^a não me importuna, porque é sempre uma voz a favor do Brasil nesta Casa.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quando fui Governador, havia um serviço especial de escuta da Assembléia Legislativa. Eu ouvia os pronunciamentos, principalmente da Oposição, para verificar pelas críticas o que estava acontecendo e para procurar consertar ou dar uma resposta. Com relação às sugestões, eu procurava acatá-las e ver o que era possível fazer. Quando estive no Ministério da Agricultura, fiz o mesmo com meus dois assessores. Coloquei um deles no Senado e outro na Câmara dos Deputados. Várias vezes eu convidava o parlamentar a vir ao meu gabinete ou ia ao gabinete do Senador ou do Deputado pedir que ele me orientasse sobre o seu pronunciamento, sobre a experiência que ele tinha. Eu estou falando isso porque várias vezes, lá no Rio Grande do Sul, as pessoas têm se referido a V. Ex^a, perguntando: “Quem é aquele Senador, se vê que ele entende, que vale a pena ouvir ele coisa nova que eu fico com pena, porque o Governo não responde, não tenta fazer. Eu falo com toda sinceridade: com os pronunciamentos de V. Ex^a dá para fazer um livro. Acho que o Governo poderia copiar e executar, pôr à prova, muitas e muitas de suas idéias. Não são só essas – importantíssimas – que V. Ex^a agora expõe. V. Ex^a já fez referência à água, ao uso da água, ao equacionamento do problema do Nordeste, principalmente no que se refere ao seu município...

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – *Biodiesel*.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ... ao seu Estado do Piauí e ao próprio Nordeste e quando V. Ex^a se pronuncia sempre traz um exemplo concreto. V. Ex^a não é um homem que vem e faz críticas dizendo que é uma barbaridade, que lá está faltando isso ou aquilo e não se faz nada. Não. V. Ex^a analisa, apresenta propostas, dá sugestões, idéias, enfim, apresenta uma saída e, geralmente, essa saída tem uma grande profundidade.

Por isso, eu não consigo entender por que o Governo não o chama para que muitas dessas idéias possam ser postas em prática. V. Ex^a é um representante do Nordeste que honra aquela região, porque V. Ex^a não é apenas mais um dos nordestinos na Câmara e no Senado que dizem que falta água, falta luz, que abandonaram o Nordeste, que esqueceram o Nordeste. V. Ex^a apresenta propostas concretas e objetivas, fatos que podem ser respondidos, que podem ser atendidos, mas que, lamentavelmente, não o são. Meus cumprimentos do fundo do coração por seu estilo de trabalho. Um jovem ainda, mas um jovem na terceira idade, V. Ex^a não perdeu a fé, o gosto, a vontade de que as coisas mudem. Desde o nosso primeiro mandato, em 1979, até hoje, V. Ex^a tem a mesma garra, a mesma disposição e as mesmas propostas...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Nobre Senador Pedro Simon, fico muito grato pela intervenção de V. Ex^a e quero retribuir, porque V. Ex^a também é assim – como ministro o foi, como governador por duas vezes, e nesta Casa. Poderíamos fazer aqui uma espécie de comissão para apresentar idéias, porque V. Ex^a as tem, é uma voz brilhante neste plenário e para o País, é conhecido e reconhecido. Agradeço pela referência e, ao mesmo tempo, convoco V. Ex^a para formarmos aqui um grupo de trabalho capaz de influenciar o Governo. Vamos dar ao Governo uma oportunidade. Façamos as nossas propostas, apresentemos experiências, suas, minhas e de outros companheiros nossos, ao Governo.

Que nos mandem agora uma MP, mas uma MP robusta, cheia de idéias – das nossas ou das de outros – que atendam o povo brasileiro, o povo sofrido, principalmente as crianças, que são os futuros brasileiros.

Muito obrigado pela intervenção. Façamos essa comissão e não paremos aqui. Vamos fazer alguma coisa. Algo deve ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade que me deu.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB – RR) – Com a palavra o Senador Pedro Simon pela ordem de inscrição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu prezado amigo Presidente, Senador Jucá, senhoras e senhores, o que raramente faço farei agora: lerei meu pronunciamento de hoje, e assim farei pela importância que a ele dou, pela análise que apresenta de um dos

assuntos que considero da maior importância neste País, que é o problema da educação.

Difícil e complexo é o processo de construção de uma Nação. Trata-se de algo que se estende no tempo, sujeito a idas e vindas, em cujo desenrolar êxitos e fracassos se alternam. Não por outra razão, acredito que uma das mais significativas lições oferecidas pela civilização contemporânea é que, com determinação, força de vontade e clareza de objetivos, o projeto nacional se materializa a despeito das inúmeras dificuldades.

Nada mais fácil e simples, no entanto, do que promover a destruição de uma Nação ou impedir que ela se concretize como tal. Em meio a tantas formas possíveis de se chegar a esse trágico resultado, uma se sobressai: nas condições históricas do mundo de hoje, basta impedir o acesso da população ao conhecimento, mediante a ausência de um adequado sistema educacional, para que a essência do que se entende por Nação deixe de existir.

Afinal, Nação não se confunde com Estado. Tampouco se resume a território, com fronteiras definidas e asseguradas. Ainda que se identifique também com esses conceitos, a Nação os supera em termos de amplitude, alicerçada que está nos sentimentos coletivos de quem se julga pertencente à mesma comunidade. São homens e mulheres que se aproximam pela língua, pelo passado, pelas crenças e pelos valores comuns. É dessa aproximação que brota e se fortalece o sentimento da nacionalidade.

Onde impera a extrema desigualdade e a exclusão se torna ostensiva e permanente, as possibilidades de existência de uma Nação acabam por se restringir aos aspectos formais, não mais do que aos aspectos formais. Nesse caso, parcelas expressivas da sociedade ficam à margem dos processos decisórios e, quando muito, neles são admitidos na condição de meros coadjuvantes, facilmente manipulados.

Essa tem sido, desgraçadamente, a marca registrada da História do Brasil.

Mesmo que se leve na devida conta que o País não ficou parado no tempo, ainda que se admita a ocorrência de inegáveis transformações ao longo de sua trajetória histórica, o Brasil luta com absurdas dificuldades para se tornar uma autêntica Nação. Na base e no fundo desse drama, avulta a inacreditável, incompreensível e inaceitável incapacidade de oferecer aos seus filhos a educação de qualidade, sem a qual a plenitude da cidadania jamais será conquistada.

Essa realidade imoral e aética, que nasce como modelo da exploração colonial imposto pela metrópole portuguesa, substantivamente não se altera com a conquista da independência política. Justamente

por assim ser, chegamos ao século XXI ostentando altas taxas de analfabetismo absoluto e outras ainda mais agressivas de analfabetismo funcional – que é a situação de milhões de brasileiros, os quais, mesmo conhecendo as letras e conseguindo assinar o nome, não se sentem aptos a redigir um mísero bilhete ou a entender o sentido de uma frase por mais simples que ela seja.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Posso continuar?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Por favor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Jogar a responsabilidade desse drama no passado colonial é cômodo e fácil, aparentemente correto, mas tangencia o foco principal. Com isso, acalenta-se a desculpa salvadora para quem, tendo a oportunidade de solucionar o problema, outra coisa não fez senão fugir dele ou, na melhor das hipóteses, enfrentou-o de maneira acovardada e mesquinha.

Longe de mim, Sr. Presidente, desconhecer o peso da estrutura colonial que, por mais de três séculos, marcou a inserção do Brasil na chamada civilização ocidental. Nesse particular, sabe-se que nossa experiência foi ainda mais traumática que a das nossas vizinhas, as colônias espanholas. Diferentemente delas, que chegaram a possuir universidades, a vigilância extremada do regime absolutista português impediu-nos de conhecer esse tipo de instituição durante a colonização. Pior ainda: com a expulsão dos jesuítas, determinada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, desestruturou-se o precário sistema de educação então existente, praticamente toda ele de caráter confessional, sem que nada fosse colocado em seu lugar.

Ora, fez-se a independência política em 1822, mas mantiveram-se intactas as estruturas básicas que sustentavam o esquema da colonização. Assim, ao lado de uma economia basicamente agroexportadora de relações sociais de produção majoritariamente assentadas na mão-de-obra escrava e na descomunal concentração fundiária, o nascente Estado Nacional brasileiro independente permaneceu insensível à melhoria das condições de vida da maioria da população, que continua marginalizada em termos educacionais.

A substituição do regime monárquico pelo republicano, que coincide, grosso modo, com a chegada do Século XX, não foi suficiente para alterar esse quadro de agrura e exclusão. Em termos relativos, os estratosféricos índices de analfabetismo permaneceram de pé, o que se comprova, facilmente, pela diminuta

porcentagem de eleitores – já que o direito ao voto estava condicionado ao saber ler e escrever – e pela existência de escolas voltadas quase que exclusivamente para os filhos da elite.

Esse é o cenário, Sr^{as} e Srs. Senadores, no qual transcorre o drama social brasileiro em boa parte do Século XX. É a partir de 1930, com o projeto nacional modernizador da Era Vargas, a despeito do seu viés altamente centralizador, quando não claramente ditatorial, como se viu de maneira inequívoca durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, que o quadro começa a ser alterado. Foi preciso que acontecesse um movimento armado, da dimensão daquele que permitiu a chegada de Vargas ao poder, para que se criasse, no âmbito do Estado, um ministério voltado para a educação. Afinal, o que prevalecia no País era a velha tese sintetizada na célebre expressão atribuída ao Presidente Washington Luís, segundo a qual a “questão social era caso de polícia!”

O movimento conhecido como “Escola Nova”, surgido nesse contexto histórico, agregou pessoas desejosas de ver o Brasil passado a limpo e dar as costas ao arcaísmo de um passado antinacional e socialmente excludente. Gestava-se, pois, um outro tipo de educação, bem mais comprometida com as demandas da contemporaneidade e voltada para os mais amplos setores da sociedade. Pena que em nosso País, tradicionalmente, a velocidade das transformações seja quase sem exceção inversamente proporcional às necessidades sociais que as suscitam.

Não obstante isso, o Brasil se move. Impressiona observar o que aconteceu conosco a partir da segunda metade dos anos 40. Coincidentemente, era o fim da Segunda Grande Guerra, que mudara radicalmente o mapa do poder, e da Era Vargas, que lançara os fundamentos da modernização econômica do País. Ao mesmo tempo em que a economia iniciava um novo processo de desenvolvimento crescentemente assentado em tecnologias inovadoras, o Brasil começava a avançar em termos industriais, processo que teve na construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda seu mais eloquente símbolo.

Punha-se em marcha, naquele momento, no Brasil, um dos mais espantosos processos de urbanização que o mundo contemporâneo já assistiu. Para ter idéia do significado do fenômeno, basta atentar para os dados produzidos por dois censos gerais realizados pelo IBGE. Atentem, Sr^{as} e Srs. Senadores: em 1950, algo em torno de 70% da população brasileira estava localizada no campo. Em 1950, 70% da população brasileira estava localizada no campo. Em apenas cinco décadas, atesta o censo de 2000, o quadro mais que se inverteu, e a população urbana atinge a impressio-

nante marca de 82% do total dos habitantes – 1950, 70% no campo; 2000, 18% no campo.

Creio que a melhor imagem de que se pode fazer uso para definir o que estava acontecendo com o Brasil nesse período é a frase consagrada pela historiografia nacional: “Um País em movimento”. Movimento incessante, ininterrupto, que modifica radical e celeremente a fisionomia do Brasil. Num curto espaço de tempo, milhões e milhões de brasileiros afastam-se dos campos e abandonam os “grotões” – como assim os chamava o saudoso Presidente Tancredo Neves – e chegam aos centros urbanos em busca de uma vida melhor.

São milhões e milhões de brasileiros que agora ganham visibilidade. Nas cidades, esse enorme contingente de homens e mulheres passa a apresentar suas demandas, a princípio intuitiva e desorganizadamente, a seguir, com crescente densidade política. São demandas que se expressam na luta por moradia, emprego, habitação, transporte, assistência à saúde e, coroando a tudo, por acesso à educação.

Havia uma certeza entre aqueles brasileiros que, afastando-se das seculares más condições encontradas no campo, buscavam na cidade a possibilidade de encontrar uma vida melhor: a escola, identificada como templo sagrado do saber, haveria de abrir as portas de um futuro mais promissor para seus filhos. Por meio dela, seus descendentes haveriam de escapar à condenação de uma vida pequena, sem perspectiva, com a qual seus antepassados e eles próprios estiveram enredados desde sempre.

Impossível entender, em toda sua extensão, a riqueza de conteúdo, o clima de efervescência vivido pelo Brasil entre meados de 1950 e, principalmente, em princípios da década de 60, se não atentarmos para esse pano de fundo no qual pontificava o magnífico cenário do movimento social, demográfico, econômico, político e cultural. O País vivia, então, a inédita e bendita experiência de ser agente da sua própria história. Momento glorioso no qual o silêncio, que parecia eterno, dava lugar a um debate apaixonado. Nas grandes e nas pequenas cidades, nos campos, em todos os lugares, enfim, sentia-se o gosto de uma incipiente cidadania. Nas palavras de um atento estudioso de nossa História, “o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente...”

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Fico embevecido com os discursos de V. Ex^a. Precisávamos ter mais memórias no Senado. V. Ex^a tem sido a memória política do Senado. Sempre que estamos em algum dilema ou em alguma situação embaralhada, V. Ex^a

lembra os exemplos do passado e rememora os casos vividos. Isso nos dá uma orientação. Tenho muita pena de um país com memória pequena. V. Ex^a tem sido a memória do nosso Senado. Parabéns!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, nobre Líder. Nesse sentido, Sr. Presidente, entendo o que aconteceu em 1964 como algo bem mais profundo do que simples golpe militar. Na interrupção da normalidade institucional, com a deposição do Presidente João Goulart, sacramentava-se a vitória de um entre os dois projetos de Brasil postos em discussão naquele contexto da acentuada polarização ideológica. Vencia o projeto da modernização conservadora do País, em razão do qual se admitiria, sem maiores escrúpulos, a adoção do autoritarismo político. Da “ditadura envergonhada” à “ditadura escancarada”, na já consagrada conceituação de Elio Gaspari, tênue seria a fronteira entre ambos os estágios.

Resulta desse regime autoritário, de seu próprio projeto de modernização do Brasil, a decisão política que atinge em cheio a educação brasileira, de cujos efeitos socialmente perversos somos vítimas até hoje. De fato, ao se ver impelido a optar entre o financiamento da infra-estrutura essencial à consecução do sonho dourado – ou de pura megalomania, diria alguém – de um Brasil grande potência e o da expansão de um sistema educacional digno de nome, em condição de responder aos desafios da realidade contemporânea, o regime militar não titubeou: jogou todas as suas fichas na primeira alternativa, de que seriam exemplos notáveis as inúmeras empresas estatais que vieram à luz.

Tinha início, naquele momento, um processo de conseqüências funestas para a Nação, das quais ainda não nos libertamos e que, pelo visto, estamos longe de superar. Refiro-me ao fato de que se buscou nos ombros largos do professorado o esteio para sustentar a inadiável expansão do sistema educacional brasileiro.

O Estado decidiu-se pelo que considerava mais fácil, optando por subtrair do salário dos professores os recursos necessários à construção e ao equipamento dos prédios escolares. Começava, então, o absurdo processo de desvalorização social do professor, ao atingir violentamente sua remuneração. A ditadura foi finalmente derrotada, o País redemocratizou-se plenamente em termos políticos, mas, passados tantos anos do fim daquela longa noite de arbítrio, pouco ou quase nada se conseguiu avançar na direção do efetivo reconhecimento do professor.

Derrotado pelos salários aviltantes, o professor dos diversos níveis da educação básica se viu compelido a duplicar, quiçá triplicar, sua jornada de trabalho. Não é necessário ser especialista para imaginar

o que isso representa para a diminuição de sua auto-estima e pela perda de qualidade de seu trabalho. À grande quantidade de horas em sala de aula, soma-se o tempo despendido com preparação, correção de trabalhos, cadernos e provas, reuniões pedagógicas e administrativas e as mais diversas tarefas. Desse conjunto, compreende-se, com mais nitidez, o estado lastimável em que se encontra o profissional da educação em nosso País.

Deploro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as oportunidades perdidas para a real solução do grave problema educacional brasileiro. No passado recente, a despeito de todas as condições políticas favoráveis e de uma inédita reeleição, o Governo Fernando Henrique pouco avançou nessa direção. Em oito anos, restou, naquilo que é verdadeiramente essencial, a adoção do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o conhecido Fundef.

Claro que foi um avanço, mas muito aquém do necessário. Ainda que a adoção desse mecanismo financeiro tenha propiciado aumento salarial de professores, isso se deu apenas naquelas regiões nas quais a remuneração docente atingia as raias do ridículo ou da inconstitucionalidade, muitas vezes inferior ao próprio salário mínimo. Acima de tudo, não se pode esquecer que o Fundef é um fundo contábil, cuja função – meritória, por certo, mas insuficiente – sempre foi a de organizar com mais racionalidade os recursos financeiros já existentes – e não novos recursos.

Em outras palavras, o Fundef, tão diligentemente alardeado pela publicidade oficial – esta, sim, regada com a abundância de recursos sonegados à educação propriamente dita –, não significou, jamais, um centavo a mais do Governo Federal para o financiamento do ensino fundamental, que dirá da educação básica! Parece que estamos condenados a robustecer a educação apenas pela via da retórica, caminho que os governos tendem a percorrer com mínimas variações de trajeto.

Agora mesmo, Sr. Presidente, acompanhamos os esforços do Ministério da Educação para a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb. A princípio, um óbvio avanço em relação ao que foi instituído à época dos tucanos, quando nada por duas razões fundamentais: a ampliação de sua abrangência, não mais se fixando apenas no nível da escolaridade obrigatória, o fundamental, mas voltando-se para os três níveis da educação básica – a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio –; além disso, outra novidade digna de louvor, que é a introdução de dinheiro novo da União para o financiamento do sistema educacional.

Todavia, duas observações iniciais, ambas de enorme significado, merecem ser feitas. A primeira refere-se à insensibilidade, já tantas vezes provada e comprovada, da tal “área econômica” do Governo Federal, absolutamente refratária a qualquer proposta de ampliação dos investimentos federais na área da social, como é o caso da educação. Na lógica implacável desses “donos” do dinheiro público, é preferível garantir o superávit para o pagamento de uma dívida colossal, jamais auditada e provavelmente cheia de impropriedades, a capacitar minimamente o sistema educacional para oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens brasileiros os instrumentos necessários ao exercício digno da vida pessoal, do desempenho profissional e da cidadania consciente.

Quanto tempo se gastou nos embates entre a equipe do MEC e os “doutos” representantes da “área econômica”? Ao final, chega-se à proposta, em condições de ser encaminhada ao exame do Congresso Nacional, cautelosa e prudente, o que é atestado pela decisão de escalonar o montante de recursos adicionais a serem repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Ainda assim, quando tudo parecia sacramentado entre os próprios agentes do Governo Federal, ensaia-se, uma vez mais, a possibilidade do retrocesso, ante o temor do setor econômico com o desequilíbrio das contas públicas. Francamente, não há “realismo mágico” que possa concorrer com o realismo concreto do Poder Público financeiro em nosso País!

O segundo aspecto problemático presente na proposta do MEC para a nova forma de financiamento da educação brasileira consiste no fato de que algo como 75% dos recursos orçamentários do Tesouro para o Ministério seriam reservados para a manutenção e o desenvolvimento da educação superior, fundamentalmente voltados para as instituições federais.

Longe de mim questionar o apoio federal ao ensino superior público. Indago-me, no entanto, se tal decisão, ainda que correta e respaldada pelo texto constitucional, é intrinsecamente justa ante o universo coberto – ou que deveria ser coberto – pela educação básica. Temo que, uma vez mais, nos esforcemos para tapar o sol com a peneira e, neste caso, repetirmos o equívoco monstruoso de não jogar todas as fichas na educação básica. Afinal, na situação de penúria em que se encontram, Estados e Municípios, sobre os quais recaem as responsabilidades de oferta da educação básica, em relação à qual a União atua apenas de modo suplementar, previsivelmente não terão recursos em volume suficiente para dar cabo da missão.

Que estranha maldição é essa que impede nossos governantes de enxergar a realidade? Que estranhos

desígnios são esses que insistem em fazer do Poder Executivo uma entidade alheia à realidade, incapaz de aprender algo com as lições do passado?

Não fosse assim, saberiam perfeitamente bem que um vizinho nosso, a Argentina, fez sua revolução educacional na década de 1880, em razão da qual se consolidou como Nação educada, culta e próspera, mantendo por décadas a condição de um dos dez países mais ricos do mundo. A Argentina, com a sua reforma educacional, de 1880, é até hoje um país culto.

Não fosse assim, lembrariam que o Japão fez de sua Era Meiji, a partir dos anos 1860, o rito de passagem para a modernidade, realçada, entre outras medidas, pela universalização de um sistema educacional de qualidade. Foi tomando decisões dessa natureza que o velho Japão feudal deu lugar ao país que assombrou o mundo no Século XX.

Não fosse assim, teriam em mente a experiência protagonizada pela Coreia do Sul no pós-Segunda Guerra Mundial. Ao optar pelo investimento maciço na educação básica, os sul-coreanos deixaram definitivamente para trás um passado acanhado e sem maiores perspectivas e encantaram o mundo com sua prodigiosa capacidade de produzir e inovar.

Não fosse assim, procuraríamos entender a trajetória de um outro país bem próximos do nosso, o Chile, que se refez da longa e traumática experiência da sanguinária ditadura de Pinochet, recobrou a plenitude democrática e incorporou, fazendo-a avançar, uma política educacional racional e de bons resultados.

Enfim, a História contemporânea está cheia de exemplos a esse respeito. Não se conhece, a rigor, nos dias de hoje, caso algum de nação próspera e socialmente mais equilibrada que não tenha resolvido, na base e como premissa, a estratégica questão educacional. Por tudo isso e pelo que apresentamos ainda hoje, podemos afirmar que, no campo da educação, infelizmente, ainda não ultrapassamos o século XIX. Cronologicamente no alvorecer do século XXI, carecemos de uma revolução educacional que nos faça contemporâneos de nosso próprio tempo!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recuso-me a acreditar não haver saída para a tragédia da educação brasileira. Em primeiro lugar, que se compreenda ser impossível dotar um país de um sistema educacional inclusivo e de qualidade sem o aporte de recursos compatíveis com a dimensão da empreitada. Não, não estou inovando. O grande Tavares Bastos, em **A Província**, obra clássica que a excelente Comissão Editorial do Senado teve a sensibilidade de reeditar, em seu libelo contra o caráter unitário do Império brasileiro, teve a inspiração de cobrar do Poder Público a atenção para com a educação pública, não sem antes reiterar

que a montagem, a manutenção e o desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade custa caro, muito caro, mas nada pode substituí-lo. Pelo visto, a advertência mais que centenária do bravo Tavares Bastos ainda está à procura de ouvidos que possam escutá-la e compreendê-la...

Não há, pois, chance alguma de êxito para um correto projeto nacional de educação que não disponha de recursos suficientes. Insistir no contrário é enganar a sociedade, é postergar para sempre um futuro que não chega nunca. O dinheiro existe. A questão central, que faz de todas as outras peças acessórias, é tomar a decisão política de encaminhá-lo para a educação, único meio historicamente comprovado de construir, nas condições ditadas pelo mundo contemporâneo, uma autêntica Nação.

A esse respeito, ousar fazer uma proposta, que pode assustar à primeira vista. Federalista que sempre fui, adversário contumaz das práticas político-administrativas centralizadoras, as quais identifico quase sempre como sinônimo de abjeto autoritarismo, pergunto-me se algo não está errado com o federalismo republicano brasileiro, sobretudo este com o qual convivemos nas últimas décadas. Enquanto as unidades da Federação andam à míngua, de pires na mão, em face da voracidade arrecadadora da União, inversamente proporcional à sua disposição para repartir o bolo, sobre elas recaem as responsabilidades inerentes à oferta da Educação Básica.

Penso, sinceramente, que talvez fosse oportuna uma espécie de “moratória federativa” na área educacional. Assim, por um tempo consensualmente acertado entre as partes, a União substituiria seu papel coadjutor em relação à Educação Básica por uma ação mais consistente, direta e supostamente eficaz. Desse modo, para além de políticas, programas e projetos, o Governo Federal, sempre em parceria e de forma pactuada com Estados e Municípios, teria a missão de agir mais diretamente nos sistemas estaduais e municipais de educação.

Imagino, Sr. Presidente, que a ação federal, neste momento, é de fundamental importância, a começar pela implantação de uma política nacional de valorização do magistério, em que necessariamente fossem atendidos aos aspectos cruciais, como o da remuneração e o da formação – hoje, abaixo da crítica! – inicial e continuada dos professores. Não vejo como Estados e, principalmente, Municípios possam, isolada e solitariamente, dar conta dessa tarefa inadiável. Vislumbro, inclusive, a chancela da República na certificação desses e dos demais profissionais da educação, passo decisivo para a valorização e o reconhecimento social dos educadores.

Relativamente à remuneração, não vejo outra forma para superar, de imediato, o inaceitável cenário atual. Planilha elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a aguerrida CNTE, mostra como é grande a parcela de docentes cujo salário mensal oscila entre R\$300,00, R\$400,00,00 e R\$500,00. Confirmei esses dados ao ter acesso ao portentoso trabalho produzido pelo escritório local da Unesco, **O Perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**, recentemente publicado, que informa a existência de expressivo contingente de educadores em nosso País que ganham até dois salários mínimos mensais.

De igual modo, essa presença incisiva da União será vital para que a rede física das escolas seja recuperada e, quando e onde necessário, ampliada. Não é crível imaginar bom desempenho escolar com prédios caindo aos pedaços, sem os equipamentos necessários em bom estado, com bibliotecas inexistentes ou insuficientes, sem a disponibilidade e a plena utilização de modernos recursos didáticos e, acima de tudo, sem profissionais motivados, respeitados em sua dignidade, e adequadamente remunerados e bem formados, tanto para iniciarem a carreira como para nela permanecerem serem atualizados.

Em educação, como em tudo na vida, as inovações são sempre bem-vindas. Contudo, não carece a reinvenção da roda. Assusta-me, por exemplo, saber que o MEC se prepara para gastar uma fábula com a realização da avaliação dos estudos brasileiros um a um, escola por escola. Meu Deus! A concretização desse desatino é a prova cabal de que, para o atual Governo, são inúteis as técnicas de pesquisa que tanto se desenvolveram nos últimos anos, são inconfiáveis as amostragens estatísticas!

Ora, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o conhecido e respeitado SAEB, nos oferece seguras informações acerca das mazelas de nosso sistema educacional, indicando seus pontos mais críticos...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... a exemplo da enorme dificuldade que nossos estudantes têm no manejo das operações matemáticas básicas e na compreensão da Língua Portuguesa. Ainda é tempo, imagino, de o Governo recuar diante dessa idéia e dar destinação mais razoável aos recursos de que dispõe para a educação.

Encerro este pronunciamento, Sr. Presidente, pedindo escusas pela extensão que o texto acabou por assumir. Moveu-me, tão-somente, a indignação frente

a um quadro histórico desabonador, e que, no limite, põe em risco nossa sobrevivência como Nação.

Apóio-me em verdades cruéis, dolorosas, que precisam ser enfrentadas. Não há mais como se conformar com a existência de cerca de 24 milhões de brasileiros analfabetos, fora os analfabetos funcionais. Não dá para admitir que menos de um quarto da população brasileira estude. É de estarrecer que cerca de 44% de nossa população tenham concluído apenas a terceira série do ensino fundamental. Que um quarto dos brasileiros que vive nos campos não tenha escolaridade alguma e, quando a tem, não passa de um ano de estudo. Que pouco mais de 3% da população tenham concluído curso superior. Que acintosa é a defasagem entre idade e a série escolar! Que vergonhosos são os índices da evasão e da repetência nessas escolas!

Chega! Que assumamos coletivamente a missão de dotar o Brasil de um sistema educacional a altura das nossas necessidades, dos nossos melhores sonhos, da esperança mais bela que sempre nos impulsionou. Repetindo Tancredo no discurso da posse frustrada, vale lembrar Tiradentes: “Se todos quisermos, podemos fazer deste País uma grande Nação!”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, peço desculpe pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ao contrário, Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, V. Ex^a permite que não apenas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, como também todos os telespectadores e o povo brasileiro tenham a oportunidade de ouvi-lo e vê-lo da forma mais correta, mais didática, inclusive para o conhecimento da nossa população.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Romero Jucá, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB do Estado da Paraíba.

O SR. NEY SUASSUNA (PDDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, agradeço ao Senador Paulo Octávio a permissão para que eu falasse na sua vez. Muito obrigado, Senador.

Esta foi uma semana muito movimentada, aqui, no Senado da República. Nós recebemos muitas visitas importantes, pleiteando assuntos também importantes. Nós recebemos a representação de seis mil empresas que lutam por uma área que praticamente

ninguém toma conhecimento, mas que é importância vital para o nosso País, que é o combate às pragas urbanas. Essas empresas combatem ratos, baratas, insetos. Todo mundo acha que essa é uma coisa de menor importância, mas isso não é verdade, Senador Alberto Silva. Apenas para que V. Ex^a tenha uma idéia, cerca de 30% da nossa safra são desperdiçados por essas pragas. Num País que produz 130 milhões de toneladas de grãos, cerca de 37 milhões são jogadas fora devido a pragas como o gorgulho, ratos etc. Também devido a isso, abarrotam-se os hospitais de pacientes com doenças gástricas, principalmente, oriundas da proximidade e do contato desses agentes com os seres humanos.

Eles aqui vieram pedir a regulamentação sanitária, a fim de que possam ser também vetores no combate aos insetos e a outros animais que criam tantos problemas para o ser humano. A exemplo do que ocorre no SUS, eles também pretendem fazer a terceirização.

Para se ter uma idéia, o volume dessa área, nos Estados Unidos, é de US\$14 bilhões; no Brasil, US\$400 milhões. Nós, como país tropical, deveríamos ter um combate maior que o de um país temperado, mas, infelizmente, aqui ninguém presta muita atenção no assunto.

Muitas vezes, pela falta de regulamentação, são usados venenos excessivamente tóxicos, como o chumbinho e as massas para matar baratas, que as crianças podem levar à boca, quando podiam estar sendo usados produtos de ponta e, com certeza, de menor risco para a nossa população.

Eles fizeram mais ainda, pois trouxeram uma exposição de todas essas pragas, com animais e insetos vivos e mortos, a qual se encontra ao lado do Senado no que chamam de eco-móvel. O eco-móvel, uma vitrine das pragas e de suas conseqüências, está aqui desde anteontem, no outro lado do anexo do Senado, à disposição para visita. Muitas escolas já a estão fazendo, e o eco-móvel, que está passando por todos os Estados, deve ir para várias áreas do Distrito Federal.

Assim, quero louvar a ação dessas pessoas, que tentam organizar o seu setor e, mais do que isso, procuram ser importantes no combate a essas distorções. Lamentavelmente, a nossa saúde pública não tem prestigiado esse segmento, e tampouco nós, do Congresso, temos feito legislações a respeito. Por isso, eles trouxeram, depois da realização de um fórum de bastante tempo, algumas solicitações de melhoria de legislação, para que possam ser úteis à nossa República.

A segunda visita que recebemos foi de cientistas que vieram falar sobre a regulamentação da Lei de

Biossegurança. Hoje, não falarei desse assunto com profundidade, porque eles ainda estão conversando com alguns Ministros, e, ao se completar esse fim de semana, haverá mais respostas. Na próxima semana, falarei sobre essa regulamentação. Desde março, a lei foi promulgada, mas a regulamentação completa não foi feita, e há muitas bancas de universidades com teses paralisadas, o que atinge a Embrapa, laboratórios e toda a área científica e agropecuária.

A outra visita de importância vital para o nosso País foi a do Ministro das Relações Exteriores do Irã, o Sr. Saeed Jalili. O Irã é um país em crescimento, que tem 80 milhões de habitantes e que produz cerca de oito milhões de barris de petróleo/dia, o que o transforma numa nação rica. Trata-se de uma potência em sua região e, a cada dia, estreita mais a sua relação com o Brasil.

Para os senhores terem uma idéia, estamos comprando deles US\$250 milhões, e eles, de nós, US\$2 bilhões, mas, a cada ano, esse valor quase dobra. Eles vieram exatamente para dizer como vêem o Brasil: como uma nação irmã. Eles evitam comprar dos países colonialistas, hegemônicos, e estão querendo prestigiar o Brasil, pois o têm como exemplo de democracia e progresso. Por isso, vieram estreitar essa aproximação. Hoje, serão recebidos – e até verei acompanhá-los – pelo Presidente Lula, para que lhe seja entregue uma carta do Presidente do Irã, eleito recentemente, tentando algumas aproximações maiores do Brasil com aquele país.

Será um mercado importante para nós. O Irã tem uma cultura milenar, e é bom que quem não conhece seus filmes deles tome conhecimento, para ver que coisa encantadora.

Então, esses foram os três itens principais. Já houve outras visitas importantes à Liderança do PMDB, mas essas foram as três principais, que eu queria registrar.

Agradeço ao Senador Paulo Octávio. Conforme prometi, fiz uma curta intervenção, apenas para frisar a importância desses três eventos para a vida do nosso País, seja comercialmente, seja do ponto de vista de saúde ou de qualquer outro que estejamos olhando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero cumprimentar o Senador Ney

Suassuna por ter a capacidade de fazer um pronunciamento conciso, em tão curto espaço de tempo.

O que me traz à tribuna é Brasília, esta cidade construída em mil dias. Brasília marca uma epopéia de brasileiros de todos os quadrantes, sob a liderança forte e determinada de Juscelino Kubitschek. Esta cidade está impregnada de misticismo e de espiritualismo, pois nasceu sob o signo da religiosidade, a partir do sonho de Dom Bosco e do idealismo dos inconfidentes, de Tiradentes e do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Ocorre que a nossa Capital, que hoje abriga 2,3 milhões de habitantes, tem uma iniciativa privada pujante, com indústrias não poluentes, com pequenas fábricas, como indústrias de mobiliário e de vestuário, com um comércio forte, com segmentos importantes, e torna-se, a cada dia que passa, uma referência no comércio de toda a Região Centro-Oeste, um grande pólo atacadista. Trata-se de uma cidade que trabalha, que produz e que não vive somente dos salários governamentais. Brasília não se circunscreve unicamente à Praça dos Três Poderes.

Brasília possui os melhores indicadores sociais e econômicos do País. Aqui, temos uma das mais altas rendas **per capita**, uma quantidade enorme de telefones celulares – a maior média da América do Sul –, de automóveis, enfim, a cidade tem buscado o desenvolvimento econômico e o tem conseguido com muito sucesso. No entanto, não é só dos indicadores econômicos que nos orgulhamos.

Queremos falar alto e bom som sobre os indicadores sociais, como o mais alto índice de pessoas com nível superior – temos nada menos do que 64 faculdades –, a menor evasão escolar, o maior índice de escolaridade, de serviços de eletricidade e de água por habitante, e muitos indicadores de saneamento e de saúde e outros sociais, educacionais e culturais.

O Distrito Federal tem a sua maior concentração fora da área da Capital, onde se instauram os bolsões de carência social, cuja assistência por parte do Governo dá-se por conta dos 64 programas sociais por ele empreendidos, atendendo às mais diversas áreas e instâncias das necessidades da população mais pobre. Mais de 500 mil pessoas no DF foram atendidas, no ano passado, por alguns dos projetos sociais empreendidos pelo Governo.

Esta cidade tem outra característica: é uma cidade sem favelas, graças ao trabalho do Governador Roriz, que, pacificamente, de forma ordeira e organizada, extinguiu mais de 60 favelas no Plano Piloto, criando os chamados assentamentos populacionais, no início e, hoje cidades, com regiões administrativas, e dispondo

dos serviços básicos de água, eletricidade, escolas, hospitais, asfalto, comércio e indústrias.

São cidades que surgiram do dia para a noite e, com as dimensões gigantescas da nossa capital, em menos de dez anos, transformaram-se em verdadeiras metrópoles, maiores do que milhares de cidades centenárias brasileiras. Falo de Ceilândia, Samambaia, cidades que têm mais de 300 mil habitantes, um fenômeno que, no Brasil, só acontece em Brasília.

Além de tudo isso, a cidade propiciou, facilitou e ajudou a desenvolver todo o Centro-Oeste: o nosso querido Estado de Goiás – que cedeu uma parte de seu território para a construção da capital –, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, ampliando nossas fronteiras agrícolas, que se tornaram campeãs de produtividade no campo, superando, em soja, milho e outros produtos, os índices de produtores tradicionais, como o Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, essa pujança econômica e social de Brasília que acabo de relatar rejeita o rótulo de cidade corrupta que lhe vem sendo imputado pela imprensa e por grande parte da opinião pública brasileira, em função do escândalo político atual que abala o PT e o Governo.

No último dia 18, terça-feira, foi a vez de a modelo Daniela Cicarelli – que, recentemente, obteve destaque pelo seu casamento, desfeito de forma muito rápida, com o nosso craque Ronaldinho – fazer um pronunciamento extremamente infeliz no programa do Jô Soares, da Rede Globo, afirmando, em alto e bom som, para todo o Brasil, referindo-se ao jogo de buraco, em que rouba profissionalmente: “Parece que nasci em Brasília”. Ela demonstrou profundo desconhecimento da sociedade candanga, pautada nos melhores valores éticos. Indignou a nossa sociedade ao associar os filhos de Brasília a atos de corrupção no meio político.

Existe aqui uma confraria, dentre as muitas existentes na cidade, à qual me orgulho de pertencer: a Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, fundada pelo jornalista de Taguatinga, Wilon Wander Lopes.

O título de cidadão honorário é a maior honraria que me orgulho de ter recebido e é conferido pela Câmara Legislativa de Brasília.

Em função das declarações da apresentadora Hebe Camargo, em que disse ter medo de vir a Brasília, e de outras publicações na imprensa, referindo-se equivocadamente a Brasília como foco da corrupção, a Confraria divulgou um manifesto à Nação sob o título: “O Povo de Brasília Merece Respeito”. Repito: O Povo de Brasília Merece Respeito. Nele, a Confraria se manifesta a favor da cidade e de seus valores contra a ironia e o sarcasmo com que setores da imprensa, especialmente comentaristas e humoristas, têm tratado

a nossa cidade, confundindo sua comunidade com políticos que, vindos de todo o Brasil, usam a Praça dos Três Poderes como palco para as suas atividades.

Esses comentários maldosos afetam a boa imagem de Brasília, envergonhando as pessoas mais humildes e jovens que, não tendo condições de rebatê-los de pronto ou por não terem idéia de que tais comentaristas tomam a parte pelo todo, aderem à infeliz “brincadeira”, ou fogem do assunto, sempre se envergonhando ante outras pessoas, especialmente parentes de outras cidades. Isso ocorre muito no período das férias escolares, quando os brasilienses vão às praias e são objeto de escárnio e de comentários maldosos, quando não de desprezo por parte dos brasileiros. E são cidadãos honestos, trabalhadores, que nada têm a ver com os erros dos Parlamentares que vêm a Brasília eleitos por todos os Estados brasileiros.

Por isso, a apresentadora Hebe Camargo, diante da reação da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, divulgou nota publicada na íntegra pelo jornal **Correio Braziliense**, em que pede desculpas aos brasilienses do Plano Piloto e cidades satélites. E diz que muita gente dos mais variados pontos do País incorre no mesmo erro: Brasília assume o ônus de abrigar políticos de todos os Estados brasileiros, políticos do País.

No Manifesto, a Confraria proclama a todo o Brasil que:

1. Brasília não é apenas a Praça dos Três Poderes; é uma cidade humana e vibrante, admirada em todo o mundo, vivida por mais de dois milhões de habitantes, os quais têm orgulho e satisfação de abrigar e de servir a todos os nacionais e estrangeiros que a procuram como capital de todos os brasileiros.

2. Responsável por realizar a maior obra da história do Brasil em apenas três anos, o povo de Brasília não concorda com os fatos negativos praticados por políticos que aqui aportam, eleitos por todas as demais unidades da federação e que usam Brasília na sua condição de capital federal.

3. Refuta, por isso, com vigor e indignação cidadã, a infeliz confusão que setores da mídia fazem, com sarcasmo e ironia, entre a capital federal e a comunidade de Brasília, cidade construída e habitada por gente honesta e trabalhadora, orgulhosa de ter realizado, também, em apenas 45 anos, o sonho de integração nacional que foi proposta pelo saudoso Presidente Juscelino Kubitschek.

Esse é o teor da nota da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília.

Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, V. Ex^a que vive em Brasília, que ama Brasília; Senadora Iris Araújo, nossa Senadora de Goiás, que representa tão bem

o povo goiano, tão bem integrado a esta cidade, todos sabemos da epopéia da construção desta cidade. Foi difícil construir Brasília – um gesto corajoso daqueles brasileiros, há 50 anos, num manifesto iniciado em Jataí, cidade goiana onde começou a construção desta cidade. Foi muita coragem de todo o País.

Por isso, temos de preservar esta cidade. Brasília tem de ser motivo de orgulho nacional. A capital de um país é o símbolo dele. Brasília é o símbolo da cidadania brasileira. Realmente, temos muita responsabilidade por esta cidade. Então, é importante que brasileiros, que muitas vezes assistem, nos noticiários de televisão, a problemas da política, não venham a culpar e a punir Brasília e seu povo, trabalhador, ordeiro, honesto, que nada tem a ver com as mazelas políticas. Brasília merece respeito.

Por isso, Sr. Presidente, vim aqui hoje, fiz questão de fazer este pronunciamento, pedindo ao Senado, aos Senadores, ao Congresso Nacional o devido apoio, a todos os Deputados e Senadores que vivem em Brasília, que sabem como a cidade é importante, como ela tem um papel importante para o desenvolvimento do nosso País. Esta cidade merece respeito. Não podemos mais aceitar brincadeiras desse tipo, feita por comentaristas, jornalistas, atletas. Não podemos aceitar.

É importante que o Brasil todo tenha a visão do que é a cidade que abrigou brasileiros de todos os cantos do País, e os abrigou bem. Quem veio para Brasília ama esta cidade, e vieram para cá pessoas de todos os Estados brasileiros. E o que é mais importante: estamos aqui construindo uma sociedade melhor, pausada, talvez pela miscigenação, em valores éticos, em valores de responsabilidade social. É por isso que, em Brasília, muitas vezes, campanhas de cidadania dão certo. Brasília iniciou aqui, há algum tempo, a campanha de apoio à faixa de pedestre. E foi um sucesso. É uma das poucas cidades no Brasil onde os automóveis param para as pessoas atravessarem as ruas. Foi lançada recentemente no Senado uma campanha de valorização às pessoas portadoras de necessidades especiais, de atendimentos especiais. E Brasília tem mostrado a cara nesse sentido. São vários e vários setores que estão abrigando as pessoas, que estão abrindo as portas para as pessoas portadoras de deficiência, o que realmente é um marco da cidade.

Aqui, em Brasília, temos um governo comprometido com o social, tanto é que há 64 projetos atendendo ao social, projetos que realmente têm dado às comunidades mais carentes possibilidade de viver melhor.

Então, Brasília é uma cidade marcada pelo social. Aqui foi feito um programa urbanístico, uma revolução urbanística onde conseguimos acabar com as favelas. Brasília é uma cidade que construiu, em quinze anos,

várias cidades, mais de dez cidades, que hoje abrigam pessoas que moravam em favelas.

Estamos dando um bom exemplo. Brasília tem passado ao Brasil esse sentimento de participação, de solidariedade. A cidade é solidária. Uma cidade solidária como esta, que recebe brasileiros vindos de todos os cantos do País, que aqui vêm e são recebidos com calor humano; todos os dias chegam brasileiros, muitas vezes desamparados em seus Estados, e são bem recebidos. Uma cidade que não têm porta fechada para ninguém. Bem sabem os Senadores que vêm de outros Estados brasileiros como são bem recebidos aqui em Brasília, com carinho. E, de repente, a Cidade passa a ser estigmatizada por questões políticas.

Não é justo. Não é justo, e quero aqui deixar muito claro o meu manifesto contrário a esse tipo de insinuações, de brincadeiras. É o momento de parar. Os jornais e as televisões brasileiras devem ter essa responsabilidade de parar de brincar com uma Cidade que tem de ser o símbolo do País, motivo de orgulho nacional.

Por isso, trago essa manifestação, em nome da comunidade brasiliense, que está revoltada, indignada. Ontem, os jornais da cidade fizeram seus manifestos. O **Jornal de Brasília** foi muito claro, trouxe o Manifesto do Povo, várias pessoas dando as suas opiniões; o **Correio Braziliense** fez o mesmo – os jornais que têm peso na cidade.

Agora, é importante que todos os Senadores façam isso em seus Estados, resgatem a moral, a dignidade desta cidade em que vivem. Mostrem ao Brasil que não é a Cidade culpada pelas dificuldades políticas de partidos, de Deputados ou de Senadores; pelo contrário, abriga e recebe a todos com carinho, com dignidade, com humanidade. Realmente, eu diria, é um exemplo a ser seguido por tantas outras cidades brasileiras. Brasília é um símbolo do nosso País.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a dizer, resgatar para todos os brasilienses, para essa comunidade candanga os melhores valores, que conheço bem porque sou representante desta cidade, amo esta cidade e, conseqüentemente, sei, na minha caminhada por todos os cantos de Brasília, como esse tipo de maldade prejudica a vida das famílias, principalmente dos jovens, que ficam desarmados e não sabem que respostas podem dar às pessoas de outros Estados que, em brincadeiras maldosas, acabam prejudicando a imagem da sociedade e a imagem da nossa cidade.

Fica, portanto, registrada a minha indignação e o meu pedido para que manifestos como esses, declarações como essas não venham jamais a serem incentivadas ou publicadas nos jornais brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Antes de dar continuidade à lista de oradores inscritos, dou conhecimento a esta Casa e à Nação de expediente do Supremo Tribunal Federal, **Ofício nº 1.236, de 21 de outubro de 2005**, questão de ordem em Recurso Extraordinário nº 446907.

Recorrentes: João Alberto Rodrigues Capiberibe e outro (a/s).

Recorridos: Diretório Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, e outro (a/s).

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária, realizada em 20 de outubro de 2005, por maioria, resolveu a questão de ordem no sentido de comunicar a decisão tomada por esta Corte, em 22/09/2005, a qual, também por maioria de votos, não conheceu do RE nº 446907, interposto contra acórdão do Tribunal Superior Eleitoral, que confirmou a cassação dos registros e diplomas expedidos em favor de JOÃO RODRIGUES CAPIBERIBE E OUTROS. Determinou-se, ainda, que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, confirmada por esta Corte no julgamento do Recurso nº 446907 (22/09/2005), produza os efeitos de direito, independentemente da publicação do respectivo acórdão.

Atenciosamente,

Nelson Jobim

Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O expediente encaminhado ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, foi recebido na Secretaria e agora vai à publicação e providências.

O expediente lido vai à publicação e providências.

É o seguinte o ofício lido:

Of. nº 1.236/P

Brasília, 21 de outubro de 2005

Questão de Ordem em Recurso Extraordinário nº 446937

RECORRENTES: João Alberto Rodrigues Capiberibe e outro(a/s)

RECORRIDOS: Diretório Regional do Partido do Movimento

Democrático Brasileiro — PMDB e outro (a/s)

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 20 de outubro de 2005, por maioria, resolveu a questão de ordem no sentido de comunicar a decisão tomada por esta Corte em 22-9-2005, a qual, também por

maioria de votos, não conheceu do RE nº 446907, interposto contra acórdão do Tribunal Superior Eleitoral que confirmou a cassação dos registros e diplomas expedidos em favor de João Rodrigues Capiberibe e outros. Determinou-se, ainda, que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, confirmada por esta Corte no julgamento do RE nº 446907 (22-9-2005), produza os efeitos de direito, independentemente da publicação do respectivo acórdão.

Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Eu gostaria de usar da palavra e passarei a Presidência a V. Ex^a Senador Paulo Octávio. (Pausa.)

O Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Com a palavra o eminente Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, na sessão plenária do Senado Federal, usei da tribuna para fazer um apelo ao Presidente Lula e ao Ministro da Integração. Agora, com relação às questões desse momento em que a Amazônia, o Estado do Amazonas e o meu Estado, o Pará, encontram-se com relação à seca que já atinge vários Municípios. Inclusive, o Governador Eduardo Braga, do PMDB do Amazonas, decretou estado de calamidade pública. No Pará, o Governador Simão Jatene, do PSDB, em parceria com o Governo Federal, também tem dado seqüência às questões de atendimento emergencial para esses Municípios. Tenho convicção de que essa decisão de enfrentarmos essa realidade, com certeza, dará resultado imediato para atendimento desse estado de calamidade.

Em face desse problema da seca no oeste do Pará, que já está atingindo centenas e milhares de paraenses que vivem naquela região, quero registrar e elogiar a ação rápida e imediata do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, dirigida pelo Coronel Jorge do Carmo Pimentel, que acionou o Diretor de Minimização de Desastres, o Sr. Sérgio Bezerra, e o Diretor de Respostas a Desastres, Sr. José Luis D'Ávila, os quais se encontram em Belém, prontos para viajar, ainda hoje, para Santarém, com o objetivo de montar o posto de comando da defesa civil na região afetada pela seca no oeste paraense.

Já fui informado de que amanhã será realizado um voo de reconhecimento para identificação das localidades atingidas, e o Governo do Pará, por meio do Governador Simão Jatene, está fazendo o levantamento do número de pessoas que possa necessitar para que seja efetuada a distribuição de cestas básicas de

alimentos e de medicamentos. A ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia) também está apoiando a operação e deverá receber recursos da Secretaria de Defesa Civil para agilizar as compras de gêneros alimentícios para ser atendida principalmente a população dessa região.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem mesmo, o IBGE anunciou, e a mídia nacional toda utilizou grande espaço para falar a respeito de uma previsão relativa à nossa produção agrícola do próximo ano. O IBGE estima uma redução de 5% na nossa produção que vinha subindo sistematicamente nos últimos anos. É a primeira vez que o sinal amarelo de alerta para o Ministério da Agricultura é acionado para que os produtores agrícolas do País possam realmente tomar decisões e iniciativas no processo de mudança nesse paradigma, nesse objetivo. Da forma como está, não podemos deixar de reconhecer o estado em que nos encontramos, inclusive com a estiagem do Rio Grande do Sul que também foi muito forte e que reduziu praticamente à metade a produção de determinadas culturas. Agora também a Região Norte sofrendo com essa estiagem. Isso, como mostrado ontem na mídia, isso diminui a capacidade de transporte de grãos de produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro, bem como da nossa capacidade de exportar os produtos eletrônicos da Zona Franca de Manaus. Com a diminuição do nível das águas, reduz-se a capacidade das embarcações e dos navios em que são levados os componentes e os produtos eletrônicos exportados para os países asiáticos e americanos. Com isso, a nossa região e o Brasil inteiro realmente sentiram esse impacto pela redução na produção de grãos no próximo ano, além, logicamente, de também afetar, de atingir a equipe econômica – o Ministro Antonio Palocci, o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Joaquim Levy, e o próprio Banco Central, do Ministro Henrique Meirelles.

Isso nos leva a repensar a variação da taxa cambial, pois esta também influenciou muito nesse resultado. Precisamos nos cuidar e nos prevenir, porque isso pode alastrar-se e aumentar. Já pensando na produção do próximo ano, devemos tomar decisões para voltarmos, pelo menos, à produção anterior. O certo seria continuar crescendo, o que vinha ajudando muito a manutenção da taxa de inflação. A taxa de juros já começa a declinar e, nos últimos dias, o Copom tomou a decisão de baixar a taxa de juros nacional. No entanto, faz-se necessário viabilizar a taxa cambial para incentivar cada vez mais as exportações.

Com certeza, vivemos da capacidade de gerar produtos e vender a outros mercados. É uma decisão que temos de tomar. O Congresso Nacional está próximo da votação do Orçamento da União, do Governo

Federal. A Comissão Mista de Orçamento já começou a funcionar, e precisamos estabelecer prioridades, principalmente no que se refere à produção agrícola nacional, na liberação de financiamentos. Temos certeza de que, por meio da produção agrícola, do setor agropecuário, do setor de agronegócios, poderemos não só expandir nossas fronteiras, como gerar emprego e renda. Assim, dentro da nossa balança comercial, será possível um resultado mais positivo, para realmente gerar emprego e renda.

Sr. Presidente, nesta manhã, já início de tarde desta sexta-feira, faço esse alerta à população brasileira e, principalmente, ao Governo Federal, aos governos estaduais e municipais, no que se refere a esse estado de calamidade em que nos encontramos na região amazônica, com essa seca. A última seca parecida com essa ocorreu ainda na década de 60, há praticamente 45 anos. Com certeza, causam-nos muita expectativa os desdobramentos desses acontecimentos.

Nos próximos dias, teremos a votação do projeto das nossas florestas da Amazônia, das florestas naturais. Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, está aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aguarda votação no plenário do Senado Federal.

Na próxima semana, haverá aqui também uma discussão bastante dura com relação à Medida Provisória nº 255, que, na verdade, trata apenas de aspectos previdenciários. No entanto, ela será consolidada com todas as emendas apresentadas à Medida Provisória nº 252, que a Câmara Federal não votou. Assim sendo, a Medida Provisória nº 252, a famosa “MP do bem”, foi extinta pelo prazo. A Medida Provisória nº 255, cujo Relator é o Senador Amir Lando, terá seu período de votação iniciado na próxima terça-feira. Nós temos até o dia 27 para votá-la, pois ela se extingue no dia 31 de outubro.

Então, com certeza, a próxima semana será bastante movimentada, bastante agitada, porque essa medida provisória trará novamente aquelas emendas que tratam de questões na área previdenciária, da produção pecuária, bem como, na “MP do bem”, a questão do aumento do limite do Simples, que atinge não só o Governo Federal, mas todos os governos estaduais. E, com o aumento do limite das isenções, há possibilidade de diminuirmos a participação nos Fundos de Participação dos Estados e o recolhimento dos impostos. Essas matérias serão muito discutidas nesta Casa.

Então, a Medida Provisória nº 255, com certeza, trará a agilização desse projeto, necessária para restabelecer a “MP do bem”, que permite à economia brasileira, pelo menos, um período de satisfação, não

diria plena, mas parcial. Na verdade, trata-se de uma renúncia de receitas. É aí que o Governo Federal e a equipe econômica medem o limite possível de redução na arrecadação.

Nossa discussão, aqui, foi muito bem feita, e chegamos a aprovar a “MP do bem”. Na Câmara, contudo, surgiu uma emenda com relação aos juizados de pequenas causas, de limites de casos que estão sendo resolvidos, se não me engano, até R\$6 mil. Parece pouco, mas há milhares de ações no Brasil inteiro. Fala-se em R\$2 a 3 bilhões de renúncia fiscal. Percebam a importância disso.

Na verdade, todas as causas nos juizados de pequenas causas são decididas rapidamente. Logicamente, a Ordem dos Advogados do Brasil, defendendo a sua categoria, está também pressionando o Congresso Nacional para que mantenha essa emenda, essa cláusula, a ser absorvida pela medida provisória.

Defendemos e aprovamos isso aqui no Senado Federal, porque se trata de uma proteção às pessoas com menor poder aquisitivo, que aí podem recorrer. Recentemente, tivemos uma discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a respeito da Defensoria Pública. Sinceramente, fiquei estupefato e fui surpreendido por uma manifestação do Senador Juvêncio da Fonseca, porque vários Estados não têm as suas defensorias públicas. Não é o caso do meu Estado do Pará, onde já existe há 40 anos. Mas, com certeza, trata-se de um benefício para as pessoas que têm dificuldades para pagar um advogado, recorrer de uma sentença, ou buscar um resultado positivo, principalmente nas ações de pequenos valores. Assim, poderão receber seus direitos de imediato. Essa é a grande vantagem do juizado de pequenas causas.

Portanto, como aprovamos aqui – e na Câmara foi mantido –, o Governo realmente trabalhou para que a medida provisória anterior, a Medida Provisória nº 252 fosse extinta por decurso de prazo, mas a Medida Provisória nº 255, que votaremos na próxima semana, será tema de muita discussão nesta Casa por vários motivos, inclusive por causa da inclusão da Área de Livre Comércio da Zona Franca de Macapá. Com certeza, esses temas suscitarão muitas discussões nesta Casa, porque afetam a economia regional, a Amazônia é atingida. Hoje, temos a questão da Zona Franca de Manaus, mas, com certeza, essa questão de Macapá, do Amapá, vai levantar polêmica.

O Pará tem uma posição definida. Ontem chegamos a apresentar uma proposta ao Senador José Sarney, idéia encabeçada pelo Governador Simão Jatene e apoiada pela Bancada Federal – a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Flexa Ribeiro. Nosso objetivo é encontrarmos uma solução que, sem prejuízo

dicar ninguém, atenda a todos os Estados, o Estado do Amazonas, o Estado do Amapá e, agora, incluir o Estado do Pará.

Se não pudermos incluir o Estado do Pará nesse projeto, o Governador Simão Jatene se propõe a vir aqui na próxima semana para ter uma conversa com o Senador José Sarney para tentarmos fazer um acordo, nos moldes do que foi apresentado ontem no gabinete do Senador José Sarney, um acordo que possa realmente viabilizar a votação, porque, da forma que está, pode e deverá acontecer o que já aconteceu anteriormente: a emenda ser rejeitada.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – É sobre o processo de financiamento do Maranhão?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não. A Senadora Heloísa Helena me pergunta se estou me referindo ao projeto do Maranhão, ao financiamento dos US\$30 milhões. Não estou. Com relação ao projeto que trata do financiamento do Estado do Maranhão, dos US\$30 milhões para investimento aprovados pelo Bird: está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tem como Relator agora o Senador João Batista Motta, que pediu vista do projeto. O Relator era o Senador Edison Lobão, que deu parecer favorável e trabalhou por sua aprovação. O Senador João Alberto e o Senador José Sarney também fizeram acordo para a agilização da tramitação, mas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador João Batista Motta pediu vista do projeto. O projeto será votado na próxima quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, e, de lá, o projeto retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, onde o Relator era o Senador Ney Suassuna.

Concedo aparte à Senadora Heloísa Helena do P-SOL do Estado de Alagoas.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Luiz Otávio, desculpe-me por ter interrompido V. Exª. Em função do pronunciamento feito pelo Senador Paulo Octávio, ainda vou me pronunciar, mas, enquanto V. Exª falava, acabei, por estar resolvendo muitas coisas ao mesmo tempo, de alguma forma, atrapalhando...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – De jeito nenhum.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ... e introduzindo outro tema: a autorização de crédito externo para o Maranhão. Na semana passada, tive oportunidade de dar uma entrevista – se não me engano, à Rádio Educativa do Maranhão. O radialista, de pronto, me perguntou sobre esse assunto. É evidente que ele fez colocações sobre as disputas políticas locais. Aqui, todos sabemos exatamente dessas coisas; o próprio Governador do Maranhão esteve aqui presente. Tive

oportunidade de falar sobre isso com o Senador Edison Lobão, que disse que estava empenhado em garantir a aprovação dessa autorização de crédito externo. Não sou da Comissão de Assuntos Econômicos. Depois do processo de expulsão, o PT me tirou de todas as comissões – aliás, isso aconteceu já na época em que eu não queria votar no Sr. Henrique Meirelles. Fiquei muito preocupada e disse ao radialista que me entrevistou, da Rádio Educativa do Maranhão, que estava à disposição. Inclusive, falei com o Senador Edison Lobão sobre isso, e S. Exª disse que estava se empenhando no sentido de garantir a aprovação. Espero realmente que não haja nenhuma circunstância política por trás dessa operação. Muitas operações de crédito externo já foram aprovadas aqui, inclusive algumas para a então Prefeita Marta Suplicy, contra todas as resoluções do Senado que davam conta até da falta de capacidade de endividamento dos Municípios. Seria muito ruim, muito feio para esta Casa que ela acabasse se movimentando à luz das disputas políticas em qualquer Estado. Como Presidente da Comissão, V. Exª acabou prestando esclarecimentos a mim e ao povo do Maranhão. Desculpe-me V. Exª por ter introduzido outro tema, mas é que fiquei muito preocupada com a colocação feita. Anteontem encontrei vários cidadãos e cidadãs do Maranhão. Não faço disputa política no Maranhão, não sei se existem problemas de um lado ou de outro – espero realmente que isso não exista –, mas espero que o projeto seja aprovado o mais rápido possível. V. Exª e vários Parlamentares desta Casa sabem exatamente até o que penso em relação a essas autorizações de crédito externo: essa coisa vergonhosa de pedir empréstimo internacional às instituições de financiamento multilaterais para financiar programas sociais é uma desmoralização até para o Estado brasileiro, é como se o Estado brasileiro não tivesse sequer capacidade de investir em programas de renda mínima, em programas para os pobres, e precisasse se endividar externamente em função disso. No entanto, neste caso específico, parece-me essencial a aprovação da matéria, porque vai ficar muito feio para o Senado Federal não fazê-lo: é como se esta Casa estivesse sendo parte de um jogo, de uma disputa política que realmente não leva a absolutamente nada. Agradeço V. Exª pelos esclarecimentos e espero que, o mais rápido possível, possamos garantir a aprovação dessa autorização de crédito externo. Quem é da Oposição que controle e veja como é que o Governador está gastando; se ele está fazendo de forma errada, que se proceda às denúncias aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, ou no Ministério Público, onde quer que seja, mas não podemos é ser parte de uma briga política local, prejudicar o Estado

do Maranhão em função de disputas políticas. Preocupada por causa da entrevista que dei, Senadora Iris de Araújo – as pessoas cobram que o projeto seja aprovado –, falei com o Senador Edison Lobão, que disse que estava empenhado em aprovar a matéria. O que espero é que o Senado Federal não se deixe usar em razão de disputas políticas e se coloque de um lado ou de outro. Sei que isso já aconteceu outras vezes aqui, mas é algo inadmissível, é prejudicial para o Senado Federal, que tem a obrigação de defender a Federação, não de se posicionar do lado de um ou de outro grupo político. Quem está na Oposição que faça o controle, que exerça pressão política, veja se estão usando o dinheiro de forma legal; o que não pode é obstaculizar esse tipo de votação. Peço desculpas novamente, Senador Luiz Otávio, por mudar o tema de seu pronunciamento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Acato o aparte de V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

Para encerrar, Sr^a Presidente, com relação ainda à questão da super Zona Franca do Amapá, quero dizer que tenho certeza de que temos como encontrar uma solução incluindo o Pará – por exemplo: Almeirim, que está bem próximo de Santana, que tem, inclusive, ligações comerciais diretas com o Estado do Amapá já que somos estados vizinhos. Na verdade, o Pará e o Amapá são muito próximos, inclusive a população nossa está sempre lá no Amapá, como a do Amapá está no Pará. Há uma ligação, inclusive histórica, muito grande entre os dois Estados.

Para encerrar mesmo, Sr^a Presidente, gostaria de deixar aqui o meu agradecimento, o meu reconhecimento ao Prefeito do Município de Belém, o Prefeito Duciomar Costa, ex-Senador da República, nosso colega de plenário desta Casa, pelo ofício que encaminhou ao meu gabinete em que faz referência ao grande sucesso da seleção brasileira no Estado do Pará, em Belém do Pará. Foi uma grande festa no nosso estádio olímpico, o Mangueirão – rendeu, só num treino da seleção, um registro para o Guinness Book: a maior platéia, a maior assistência a um treino da seleção brasileira, foram mais de setenta mil pessoas assistindo o treino da seleção.

Agradeço o ofício enviado pelo Prefeito Duciomar Costa e registro o grande sucesso: não só a vitória da seleção brasileira por 3 a 0 sobre a Venezuela como também pela classificação em primeiro lugar da Seleção Brasileira.

Meus cumprimentos à Confederação Brasileira pela grande festa que proporcionou à Amazônia inteira. Para lá foram visitantes de todos os Estados, de Estados vizinhos. Foi um conagraçamento muito grande,

porque o jogo da Seleção foi realizado logo depois do Círio de Nazaré, que se deu no domingo.

Contamos com a presença marcante da Senadora Heloísa Helena, convidada por todos os paraenses que se encontravam com ela na rua – eram milhares; são dois milhões de paraenses acompanhando o Círio – para comer um pato em suas casas. E ela, magrinha, dizia: “Mas não posso ir a todas as casas”. Davam até o endereço e diziam: “Senadora, vá lá! Vou-lhe esperar!”. Esse é o modo de o paraense receber as pessoas. Realmente, o paraense é muito carinhoso. O povo paraense tem uma capacidade muito grande de se relacionar, de receber as pessoas.

Foi um momento realmente muito bonito. Também contamos com a presença do Senador Renan Calheiros e do Senador Wellington Salgado no grande jogo da Seleção Brasileira.

E o Senador Eduardo Suplicy disse apenas para a Senadora Heloísa Helena tomar cuidado com a corda, porque ele, atleta como é, não conseguiu vencer toda a procissão. Mas a Senadora Heloísa Helena está-se preparando fisicamente para enfrentar a corda no próximo ano.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, nosso companheiro, nosso amigo do Partido dos Trabalhadores do Estado do Acre.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Luiz Otávio, apenas quero dizer que, embora tenha morado no Pará durante quase oito anos, nunca tive oportunidade de assistir à festa do Círio de Nazaré. Mas a acompanho muito pela TV. Também estou pedindo o aparte para falar sobre futebol, que V. Ex^a lembrou, porque tomei conhecimento de que um dos estádios que têm maior presença de público por partida tem sido o Estádio de Futebol de Belém. É incomum se ver em Estados do Nordeste e da Amazônia torcidas tão definidas por times locais. Só vejo isso no Pará. As pessoas têm uma ligação muito forte com o futebol do Sudeste. Geralmente se torce por um time de Minas, do Rio, de São Paulo ou, em alguns casos, dos Estados do Sul. Mas suar a camisa e fazer qualquer sacrifício para estar presente em jogos de futebol de times locais, só se vê isso no Pará. Estou dizendo isso, porque fico feliz por V. Ex^a ser daquela terra tão maravilhosa, de população tão hospitaleira, como já disse, e também muito festiva e amante do futebol local. Parabéns! Transmita minhas satisfações ao pessoal do Paissandú Futebol Clube.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – É verdade. Tanto o Paissandú quanto o Clube do Remo são recordistas em renda e em número de expectadores em todo o campeonato nacional. O Remo e o Paissandú têm uma capacidade enorme de levar aos estádios

seus torcedores e de manter essa disputa, essa rixa, que é muito grande. Diz um amigo meu, o Deputado Carmona, que um fica cercado o outro. Quando um está bem, a torcida fica dividida. O estádio fica sempre cheio, com 40 mil, 50 mil, 60 mil pessoas num dia de treino, como foi o caso da Seleção Brasileira. O time adversário que lá vai jogar tem torcida. Se ou o Remo ou o Paissandu está disputando uma partida, a torcida pelo time contrário está lá – é uma rixa. Tal qual a comida do Pará, como o pati e a maniçoba, também são conhecidos o Remo e o Paissandu. O Pará tem essa característica de disputa muito grande.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Não vou entrar em debate sobre time de futebol, até porque meu coração já está dividido entre o Papão e o Leão. Então, está tudo bem! Há militantes do Paissandu e do Remo no P-SOL. É uma danação tão grande lá! Não se pode nem falar nisso lá.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – É verdade.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Um dia desses, quando cheguei lá, o Remo estava numa situação muito difícil. Era enterro do Leão para cima e para baixo. Fiquei até com pena e disse: “Estou com pena desse time”. O Babá, então, falou: “Você não pode ter pena, porque eu sou homem do Paissandu”. Outro torcedor do Remo, por sua vez, disse: “É preciso ter pena, sim!”. Portanto, meu coração já está igualmente dividido entre os dois. Mas não poderia deixar de fazer um aparte, Senador Luiz Otávio, porque estive lá e fiquei muito emocionada. Já participei de outras romarias no Brasil. Todos os anos, vou para Juazeiro com os padres da minha infância, o Padre João Manoel Henrique, o Padre Guimarães, o Padre Heraldo. Fiquei realmente muito emocionada com a fé do povo. Sei que V. Ex^a e o Senador Flexa Ribeiro já falaram sobre o Círio de Nazaré, mas quero dizer que fiquei muito emocionada com todo aquele movimento, com toda a romaria e a procissão, com a manifestação de fé das pessoas. Havia muitos jovens. No dia anterior, foram os jovens na corda, pedindo para passar no vestibular, com uma carteirinha profissional na missa de 5h30 a que compareci. Embora sejam muito humildes, as pessoas juntam seu dinheirinho para comprar a réplica de uma casa ou de uma parte do corpo pela qual estão fazendo a prece ou agradecendo a graça conquistada. É algo muito emocionante, porque, além da celebração da fé, do amor por Nossa Senhora de Nazaré, é um momento de partilha – algo muito bonito – e do encontro. As famílias vêm do interior, Senadora Iris de Araújo, e trazem o pato, a maniçoba e outras coisas para a partilha. Tive a oportunidade de ficar

na casa da família do nosso Deputado Babá. Como o Senador Luiz Otávio disse – o Jô disse que estou muito magrinha –, todo mundo me chamava para comer alguma coisa. Foi muito lindo! Realmente fiquei muito emocionada com a celebração da fé e com esse momento de compartilhamento, de partilha. Aonde eu chegava, já diziam logo: “Bom Círio! Feliz Círio!”. Assim, novamente, por meio do aparte a V. Ex^a, atrapalhando-o novamente...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não, pelo contrário.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ...quero, mais uma vez, dizer que fiquei muito feliz e muito emocionada com o carinho das pessoas. Fiquei muito feliz de ser humildemente parte – bem pequenina – daquele momento de celebração da fé, da partilha e da generosidade, como vi lá no Círio de Nazaré. Então, desculpe-me por atrapalhar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Insiro também no meu pronunciamento a manifestação da Senadora Heloísa Helena, do P-SOL do Estado de Alagoas, e do Senador Sibá Machado, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer neste início de tarde.

Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Iris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Senadora Iris de Araújo, de fato, eu faria um aparte ao pronunciamento do Senador Paulo Octávio, mas acabei não tendo a oportunidade de fazê-lo.

O Senador Paulo Octávio tem todo o direito de fazer considerações positivas acerca do Governador Roriz, da mesma forma que, quando eu era militante e Líder do PT, tive oportunidade de fazer as críticas que entendia necessárias. Não me manifestei naquele momento, Senador Paulo Octávio – respeito o pronunciamento de V. Ex^a –, até para evitar fazer outras considerações.

A fala do Senador Paulo Octávio é uma fala que também já fiz na Casa, e sei que todos aqui temos a oportunidade de fazê-lo. Tive a oportunidade de dizer, até na presença de sua esposa, que eu não queria me meter na confusão que foi instalada aqui, muito

clara, entre os apaixonados pelo Governador Roriz e os apaixonados pelo Senador Cristovam Buarque. Eu não ia ficar nesse debate aqui, mas me sinto na obrigação de dizer o quanto Brasília sempre nos acolheu com generosidade. A mim, de forma muito especial, sempre me acolheu como uma filha querida, como uma mãe generosa que abraça uma filha querida, e foi assim em vários momentos da minha vida. Desde que cheguei aqui, pela primeira vez, em momentos difíceis que passei nesta Casa, em momentos difíceis que passei com meu filho, em que foram feitas correntes de orações por católicos e evangélicos de Brasília, pessoas mandaram orações para mim quando o meu filho foi atropelado na cidade e ficou em coma no Hospital de Base.

Então, Brasília sempre me acolheu e acolhe a todos, não só a mim. Tenho a oportunidade de ver isso em todos os espaços, porque é como se fosse – o Senador Paulo Octávio também falou sobre esse aspecto – uma cidade de todos, é como se Brasília soubesse reconhecer que é uma cidade feita por todos, embora tenha sido idéia de Juscelino, pois todos participaram da construção das suas belezas arquitetônicas ou dos seus jardins.

É claro que tem banditismo político. Claro que o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, com esse maldito balcão de negócios sujos, acabam fazendo com que as consequências sobrem para o povo de Brasília, que não tem nada a ver com isso, como já aconteceu em relação a Alagoas, à época da República das Alagoas, e a Rondônia. No entanto, ocorre mais em relação à Brasília, em função de todas essas malditas denúncias de corrupção.

E não tenho dúvida de que o povo de Brasília não ficou magoado com a Hebe, que só foi muito explícita, é o jeito dela. Ela disse aquilo que muitos brasileiros acabam dizendo, mas depois teve a grandeza de se desculpar perante o povo de Brasília. São as malditas forças de expressão que, às vezes, usamos de forma errada, depois nos arrependemos e temos de ter a grandeza de nos desculpar.

Tenho certeza de que o povo de Brasília não fica com raiva de uma ou outra pessoa que faz uma consideração. Fica com raiva mesmo – e tem razão – dos maus políticos, das pessoas que acabam criando problemas para a imagem de Brasília. Às vezes, até eu fico com raiva, não do povo de Brasília nem do Congresso Nacional. Sempre achei o Congresso Nacional tão bonito arquitetonicamente e hoje não consigo achar. Vejam só, uma obra tão maravilhosa de Oscar Niemeyer! São tantas coisas terríveis que vivenciamos aqui e que marcam o nosso corpo, a nossa alma, o nosso coração que, às vezes, nós olhamos os monumentos

de forma diferente. Continuo a achar linda a Catedral, mas não acho mais lindo o Congresso Nacional, que nada tem a ver com isso, porque foi uma conquista da democracia. Tantas pessoas entregaram o seu sangue, as suas lágrimas para que estivéssemos aqui hoje. O Congresso não tem nada a ver com isso, mas às vezes, olho-o e não o acho tão bonito, porque fico lembrando da outra imagem que, de fato, representa.

Não sou Senadora de Brasília, mas me sinto Senadora daqui também. É a segunda casa de todos nós. De fato, é a segunda casa de todos os Deputados, de todos os Senadores e de todos que para cá vieram de lugares tão diferentes. Hoje, somos todos brasilienses também.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Octávio, mas não poderia deixar de dar a minha solidariedade e o meu carinho ao povo de Brasília, que é maravilhoso, trabalhador e generoso, como as pessoas dos outros Estados.

Então, tem-se que se arranjar um jeito de dizer as coisas para não machucar o coração e a dignidade das mulheres e dos homens de bem e de paz de Brasília, em função dos políticos, ou de Brasília ou que estão em Brasília, que de fato desrespeitam, com a corrupção, esse povo tão bom e tão generoso que acolhe a todos nós.

Ouçó V. Ex^a, Senador.

O Sr. Luiz Octávio (PFL – DF) – Senadora He-loisa Helena, o seu pronunciamento me toca profundamente, porque não sou nascido em Brasília, mas cheguei aqui muito cedo, em 1962, e com 43 anos de Brasília, sinto-me brasiliense, sou da geração antiga. Hoje os brasilienses são maioria. Não é a primeira vez que V. Ex^a se manifesta defendendo esta cidade, como, recentemente, no aniversário de JK, no aniversário de Brasília. Seu pronunciamento é muito importante, porque morando em Brasília há tanto tempo, com seus filhos, com a sua família, vivendo a vida da cidade, sabe como ela é humana e recebe bem as pessoas. O que foi aqui colocado é isto: Brasília é uma cidade aberta, recebe muito bem todos os brasileiros, de todos os Estados. É diferente de outras cidades que muitas vezes fecham suas portas, onde a sociedade é fechada. Não. Aqui vivemos várias sociedades abertas, existem várias cidades se consolidando. Têm brasileiros de todos os lados e muitos alagoanos, muitos alagoanos. Quero dizer da minha alegria em ouvir o seu pronunciamento. Transmitirei sua mensagem a todo o povo candango, acho muito importante. Nós, que vivemos aqui, temos esse compromisso. E também os Senadores de outros Estados têm o compromisso de defender esta cidade, porque vivem aqui, sabem o que se passa e sabem que o povo que está trabalhando nesta Casa, servi-

dores do Senado e da Câmara, que mora em Brasília, não tem nada a ver com as mazelas políticas do nosso País, com as dificuldades enfrentadas pelos partidos. Não têm nada a ver, são apenas trabalhadores. E são essas pessoas que pagam um preço, que sairão de férias em dezembro, chegarão aos Estados onde nasceram e lá serão vítimas de brincadeiras. É isso que temos de evitar, porque essas brincadeiras machucam principalmente os jovens, que não têm como se defender. Pensam que Brasília é o que muitas vezes um ou outro programa ou um ou outro humorista diz na televisão. Então, temos de tomar muito cuidado. Volto a repetir: esta cidade é símbolo de um país. Uma capital é motivo de orgulho. Toda capital, em todos os países, é motivo de orgulho. Temos de mudar esse simbolismo de Brasília, que tem de passar a ser o orgulho do povo brasileiro. Por isso, entendo que a sua mensagem é importante e conclamo todos os Senadores a fazerem o mesmo: defendam Brasília, que recebe bem os Senadores de todos os Estados, que diariamente trabalham no Senado e são muito bem tratados pelo povo da cidade.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – São mesmo. Tenho dito várias vezes que, quando eu for embora daqui – pode ser que eu tenha de ir –, vou guardar muitas recordações boas da cidade. Além dos funcionários da Casa, de todas as pessoas que nos cumprimentam com alegria e contam sobre as suas vidas, há aqueles que estão vendendo um paninho de chão no sinal ou a meninada pobre, que às vezes passa por situações terríveis na rodoviária. Isso porque Brasília não é só a ilha da fantasia: há os que trabalham, os que produzem, mas há os pobres, aqueles que passam por situações terríveis. Mas a imagem que mais passa é justamente a dessas malditas formas de se apropriar do dinheiro público, essas relações de gangues partidárias e essas outras coisas mais, que o povo de Brasília, como o povo de Alagoas, de Rondônia ou de qualquer outro Estado que esteja sendo denunciado por corrupção, acaba sofrendo, principalmente as pessoas mais simples, queridas e maravilhosas.

Às vezes, as pessoas sem querer acabam fazendo uma declaração ruim. Lembro-me de que, uma vez, eu disse: “É a cidade dos corações de pedra”. Eu estava falando do Parlamento, que não tem nada a ver com o povo de Brasília, que é um povo maravilhoso, generoso, acolhedor. A pessoa pode fazer uma colocação errada, mas tem a obrigação de se redimir. Às vezes, vêm aqui os estudantes e eu digo: “Vieram ver o templo dos rituais cínicos do Congresso Nacional”. Claro que não estamos dizendo que são todos os funcionários ou os Parlamentares. Então, é muito ruim que façamos esse tipo de colocação imprecisa,

porque uma generalização muito perversa acaba machucando as pessoas que querem trabalhar no Congresso ou na cidade.

Que todos nós sejamos capazes de reconhecer as afirmações erradas, como a própria Hebe fez de uma forma muito ativa e generosa. Ela se arrependeu e saudou com alegria esse povo da nossa segunda casa.

Portanto, Brasília, o meu beijo, o meu abraço e o meu profundo agradecimento por todas as coisas boas que já passei aqui. Passei muitas coisas tristes, mas não com o povo de Brasília.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senadora Heloisa Helena, fica o pedido para que se faça uma correção da visão de V. Ex^a para que possa ver o Congresso Nacional como ele é, um monumento bonito, onde trabalham milhares de brasilienses e que essa correção de visão se faça rapidamente, porque temos o compromisso de consertar esta Casa.

E acho que, realmente, estamos passando esta Casa a limpo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É por isso que estou aqui, senão já teria ido para casa, cuidar dos meus filhos. É porque tenho a esperança de que um dia isso mude.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senadora Heloisa Helena, sem dúvida, o Congresso de 2006 será muito melhor do que o Congresso de 2005.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tomara!

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Acho que nós fizemos um bom trabalho este ano e, certamente, a sua visão votará a ser o que era: um belo monumento de Niemeyer, um belo monumento da democracia, que é o Congresso Nacional.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ainda mais Niemeyer, que é uma pessoa maravilhosa. Em pleno ano de 2005, alguém que ainda se reivindica um comunista convicto ...

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo mais um minuto para que V. Ex^a conclua o seu discurso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ... que nunca abriu mão das suas convicções, sem dúvida, merece a admiração de todos nós, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Iris de Araújo, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim uma única vez à tribuna da Casa para tratar do referendo que ocorrerá no próximo domingo, quando todos

os brasileiros terão a oportunidade de se manifestar a respeito da proibição ou não da venda de armas de fogo no Brasil.

Fiz uma fala mais na linha da comparação entre direitos dos cidadãos, o cidadão rico e o cidadão pobre. Hoje vou me ater um pouco mais a alguns números, algumas estatísticas a respeito das armas.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que o meu voto será “sim”. Defendo o voto “sim” no referendo e vou apresentar mais algumas razões nessa direção:

1) O Brasil é o País do mundo com o maior número de pessoas mortas por arma de fogo. Em 2003, foram 108 mortes por dia, quase 40 mil mortes por ano. Arma de fogo é a primeira causa de morte de homens jovens no Brasil! Mata mais que acidente de trânsito, Aids ou qualquer outra doença ou causa externa.

2) Existem armas demais neste País. Estima-se que o número total de armas em circulação no Brasil seja de 17,5 milhões. Apenas 10% dessas armas pertencem ao Estado (Forças Armadas e polícias). O resto, ou seja, 90% estão em mãos de civis. Penso que está na hora de o Brasil se desarmar!

3) As armas foram feitas para matar. Quando se olha para um pão, sabe-se que ele serve para alimentar; uma roupa serve para vestir; um calçado serve para calçar; e existem instrumentos que, embora sejam utensílio de trabalho, podem ser utilizados também para matar. Cito o exemplo do campo: um machado, uma foice, um terçado ou outro instrumento de trabalho no campo pode ser utilizado como arma; mas, quando se trata de arma de fogo, não há dúvida, ela é para matar.

No Brasil, 63,9% dos homicídios são cometidos por arma de fogo, enquanto 19,8% são causados por arma branca, no caso um utensílio doméstico, como uma faca de cozinha. Por quê? Porque armas de fogo matam com eficácia e sem o menor ou nenhum risco para o agressor. Diante de uma faca, a pessoa pode correr, gritar, pedir socorro e até mesmo revidar, pegar uma pedra, um tijolo, um pedaço de madeira e, quem sabe, se livrar da agressão de faca. Mas, com uma arma de fogo, é muito mais complicado. As reações são danosas. Quando se reage a um assalto, geralmente acaba-se consumando uma agressão mais definitiva.

Vejam os dados. A chance de morrer em uma agressão com arma de fogo é muito maior: de cada quatro feridos, nos casos de agressão com arma de fogo, três morrem. As tentativas de suicídio com arma de fogo também são mais eficazes: 85% dos casos acabam em morte.

4) Ter armas em casa aumenta o risco, não a proteção. Usar armas em legítima defesa só dá certo nos filmes, no cinema. Segundo o FBI, instituição policial dos

Estados Unidos, “para cada sucesso no uso defensivo de arma de fogo em homicídio justificável, houve 185 mortes com arma de fogo em homicídios, suicídios ou acidentes”. É um dado absurdo: um para 185.

Os pais guardam armas para defender suas famílias, mas os próprios filhos acabam por encontrá-las, provocando-se, assim, trágicos acidentes. No Brasil, duas crianças entre 0 e 14 anos são feridas por tiros acidentais todos os dias.

5) A presença de uma arma pode transformar qualquer cidadão em criminoso. Armas de fogo transformam desavenças banais em tragédias irreversíveis. Em São Paulo, segundo a Divisão de Homicídios da Polícia Civil, o primeiro motivo para homicídios é vingança entre pessoas que se conhecem e que não possuem nenhum vínculo com o tráfico de drogas ou com outras atividades criminosas. Para se ter uma idéia, em São Paulo, as vítimas de latrocínio – matar para roubar – correspondem a menos de 5% das vítimas de homicídio.

6) Quando existe uma arma dentro de casa, a mulher corre muito mais risco de levar um tiro do que o ladrão. Nas capitais brasileiras, 44% dos homicídios de mulheres são cometidos com armas de fogo. Dois terços dos casos de violência contra a mulher têm como autor o próprio marido ou companheiro. De acordo com os dados do FBI, relativos a 1998, para cada vez que uma mulher usou uma arma em legítima defesa, 101 vezes essa arma foi usada contra ela.

7) Em caso de assalto à mão armada, quem reage com arma de fogo corre mais risco de morrer. É um mito considerar que, com uma arma, o cidadão está mais protegido. Na maioria dos assaltos, mesmo pessoas treinadas não têm tempo de reagir e sacar a sua arma. Quando o cidadão reage, corre mais riscos de se ferir ou ser morto. Uma pesquisa realizada no Estado do Rio de Janeiro mostra que: “a chance de se morrer numa reação armada a roubo é 180 vezes maior do que morrer quando não há reação”. A chance de ficar ferido é 57 vezes maior do que quando não há reação.

8) Controlar as armas legais ajuda na luta contra o crime. O mercado legal abastece o ilegal. Para se ter uma idéia, 80% das armas apreendidas pela Polícia do Estado do Rio de Janeiro (de 1993 a 2003) são armas curtas e 76% são armas fabricadas no Brasil; 30% delas tinham registro legal. As armas que mais matam no Brasil são armas fabricadas em nosso próprio País, principalmente os revólveres calibre 38.

9) As armas compradas legalmente correm o risco de cair em mãos erradas, seja por roubo, perda ou mesmo revenda. Só no Estado de São Paulo, segundo a Secretaria de Segurança Pública, entre 1993 e 2000,

foram roubadas, furtadas ou perdidas 100.146 armas (14.306 por ano). Ou seja, bandidos não compram armas em lojas, mas são as armas compradas em lojas que vão parar nas mãos dos criminosos.

10) O Estatuto do Desarmamento é uma lei que desarma o bandido.”

A maioria dos artigos do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 22/12/2003) dá meios à polícia para aprimorar o combate ao tráfico ilícito de armas e para desarmar os bandidos. Ele estabelece a integração entre a base de dados da Polícia Federal, sobre armas apreendidas, e a do Exército, sobre produção e exportação de armas. Agora, as armas encontradas nas mãos de bandidos podem ser rastreadas e as rotas do tráfico desmontadas. Pela nova lei, todas as novas armas serão marcadas na fábrica, o que ajudará a elucidar crimes e investigar as fontes de contrabando. Para evitar e reprimir desvios dos arsenais das forças de segurança pública, todas as munições vendidas para elas também vão ser marcadas. A implementação do Estatuto em sua totalidade é um dos principais instrumentos de que dispõe, hoje, a sociedade brasileira para desarmar os bandidos.

11) Controlar as armas salva vidas. As leis de controle de armas ajudam a diminuir os riscos para todos. Na Austrália, cinco anos depois de uma lei que praticamente proibiu a venda de armas de fogo, a taxa de homicídios por arma de fogo caiu 50%. Entre as mulheres, a diminuição foi de 57%. Um estudo da Unesco, publicado em 2005, mostra que Austrália, Inglaterra e Japão, onde as armas são proibidas, estão entre os países do mundo onde menos – frise-se – se mata com arma de fogo, enquanto os Estados Unidos, um dos países mais liberais com as armas, aparecem em 8º lugar, entre os mais violentos do mundo. No Brasil, comparando-se os sete primeiros meses de 2004 com os sete primeiros meses de vigência da Campanha do Desarmamento – agosto de 2004 a fevereiro de 2005 –, um estudo do Ministério da Saúde mostrou que o índice de redução de internações por lesões com arma de fogo no Rio de Janeiro foi de 10,5% e, em São Paulo, de 7%.

12) Desarmamento é o primeiro passo. A proibição do comércio de armas de fogo e munição, isoladamente, não é capaz de solucionar o problema da criminalidade, mas é um passo fundamental em direção a uma sociedade mais segura. Devemos continuar trabalhando por pactos internacionais pelo desarmamento, por melhorias no sistema de justiça e nas polícias, e, claro, pela redução da desigualdade social em nosso País. Para isso, é preciso dar o primeiro passo: no dia 23 de outubro, vai acontecer o primeiro referendo da história do Brasil. É a nossa oportunidade de mostrar

em que tipo de sociedade queremos viver. A vitória do “Sim” pode ser o início de uma nova história, o começo da “virada de página” na questão (in)segurança no Brasil!

Srª Presidente, em comentários passados, lembrei que Israel, Palestina, Iraque, Irã, Afeganistão e Paquistão são países que vivem instabilidades devido à disputa por território. Nesses casos em que há estado de guerra, pode-se pensar que o armamento da população compensa. Por isso, é comum ver-se, na televisão, crianças portando fuzis e armas de alta potência. No Brasil, porém, não há problema de fronteira, não existe guerra civil ou estado que se possa dizer que seja problema de segurança pública.

A lei é para todos. Assim, todos poderão, em condições que a lei permitir, adquirir uma arma de fogo – vamos pensar dessa forma. Agora, vamos para o poder aquisitivo: quem pode comprar uma 765 ou um 38 numa loja? Quem pode comprar uma caixa de bala, se há pessoas querendo comprar pão e lei para levar para casa? Então, haverá segurança para quem pode tê-la e insegurança para os que não podem. Nesse caso, digo, sem temer, que votar “não” é discriminar, mais uma vez, ricos e pobres no Brasil. Não posso aceitar isso, absolutamente! Isso é inaceitável.

Portanto, por tudo o que já foi dito, se arma resolvesse o problema, vamos distribuí-la para todos – todos –, no Brasil. Pessoas com 16 anos de idade terão o direito de possuir uma arma de fogo. Vamos armar todos – 170 milhões de pessoas. O Estado brasileiro comprará as armas e as porá nas mãos das pessoas.

Eu disse e vou repetir: além de o Estado brasileiro dar uma arma para cada pessoa acima de 16, deverá dar, também, escola para que se aprenda a atirar, porque alguém que tem arma e não sabe usá-la pode acabar atirando em si próprio. Serão colocadas escolas de tiro ao alvo em cada esquina, de cada cidade, e também serão criadas escolas de defesa pessoal ou coisa parecida.

Portanto, Srª Presidente, esse debate é muito complicado. Muito complicado. Infelizmente, acredito que não precisaríamos fazer um referendo dessa natureza. Isso é um absurdo, porque, se é para se reclamar da questão da segurança no Brasil, do poder das polícias, do comportamento dos policiais e das autoridades, da promiscuidade na relação com o crime ou coisa parecida, bastaria pegarmos os cabeças disso tudo e trancafiá-los em cadeias, isolados e sem comunicação. Dessa forma, seriam quebrados os seus elos e logo teríamos resultados importantes.

Algumas pessoas pensam que votando no “sim” estarão colaborando com o “não”. Esse é um negócio complicado e a explicação não ficou à altura do discer-

nimento das pessoas que não estão acompanhando as propagandas.

Não me lembro do enunciado da pergunta que deveremos responder, Sr^a Presidente – se V. Ex^a puder me ajudar, ficarei muito feliz –, mas as pessoas que votarem “não” estarão sendo favoráveis às armas e as que optarem pelo “sim” estarão votando contra o uso de armas de fogo no Brasil.

Em nome da paz do nosso País, eu faço um apelo a todas as pessoas: vamos votar “sim”, que é o nº 2, no próximo domingo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, por 15 minutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, desde o começo deste mês de outubro, o meu Estado, Mato Grosso do Sul, está envidando todos os esforços possíveis no sentido de minimizar os danos decorrentes da descoberta da febre aftosa. Assim que o novo foco foi encontrado, na Fazenda Vezozzo, localizada no Município de Eldorado, todas as providências foram tomadas de modo célere e transparente.

Nota técnica do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encarregou-se de notificar o evento à Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, aos países vizinhos e aos blocos econômicos com os quais o Brasil mantém relações comerciais. No mesmo sentido, as autoridades brasileiras e os órgãos de imprensa passaram a acompanhar, praticamente em tempo real, meu caro Presidente Sibá, as atividades de contenção sanitária da febre aftosa.

A rapidez das autoridades sanitárias em isolar o novo foco da doença, fato louvável, é fundamental para que o Estado de Mato Grosso do Sul se recupere o mais rapidamente possível desse trágico evento. Utilizo o termo tragédia para tentar ilustrar, Sr. Presidente, a exata dimensão desse novo foco para a economia do meu Estado, para as centenas de milhares de pessoas que dependem da renda do boi para a sua subsistência.

As notícias sobre a febre aftosa, doença cujo risco para o ser humano é praticamente nulo, caíram como uma bomba se analisarmos o impacto socioeconômico sobre frigoríficos, curtumes, fazendeiros e boiadeiros de um Estado considerado como modelo em tecnologia e em investimento na pecuária.

Vários Municípios de Mato Grosso do Sul dependem da produção e processamento de carne para sobreviver. No Município de Nova Andradina, por exem-

plo, distante cerca de 250 quilômetros de Eldorado, onde o primeiro foco foi descoberto, o frigorífico local abate aproximadamente mil animais por dia, quase todos destinados, Sr. Presidente, à União Européia. São 1.500 trabalhadores envolvidos na indústria do abate e do processamento da carne, mais centenas de outros trabalhando com couro e o transporte das mercadorias. Esse é apenas um exemplo. Há dezenas de outros, de importância similar.

O transtorno gerado pela febre aftosa não se restringe, infelizmente ao rebanho bovino. Nas áreas sob risco de contaminação, suínos, ovinos e caprinos têm de ser sacrificados também. E não é só, Sr. Presidente: os subprodutos desses rebanhos, como leite e queijo, também ficam impedidos de circular.

É por isso que a ajuda e a compreensão do Governo Federal são muito desejáveis, senão imprescindíveis para os produtores sul-mato-grossenses. Nesse contexto, o fundo emergencial do Governo, hábil a indenizar os produtores que estiverem com ficha sanitária em ordem, deve vir acompanhado de medidas compatíveis com o grau de importância que a indústria bovina adquiriu neste País.

Sr. Presidente, nosso *status* no comércio mundial de carne é, hoje, o de superpotência. No ano passado, por exemplo, o Brasil tornou-se o maior exportador mundial de carne bovina. Neste ano, as previsões da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação davam conta de que o Brasil responderia por mais de 23% do comércio bovino em todo o mundo. É válido frisar que tal crescimento brasileiro vem sendo obtido sem o risco de desabastecimento do mercado interno.

A produtividade da pecuária para o nosso País é referência mundial, o que faz de sua indústria setor estratégico da economia nacional. Respondendo por mais de US\$8 bilhões por ano, além de gerar centenas de milhares de empregos, a indústria da carne bovina é crucial para a inserção competitiva do Brasil no comércio mundial.

Mais de cem países consomem a carne brasileira. Se o elo mais fraco da cadeia produtiva se romper, as consequências são proporcionais à importância do setor: férias coletivas, desabastecimento, demissões, perda de competitividade interna e externa.

É por esses motivos, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, que defendemos, de forma enfática, o estabelecimento de mecanismos de controle e cooperação sanitária, tanto no âmbito interno quanto em relação aos países vizinhos. Neste sentido, o Governador de Mato Grosso do Sul propôs, de forma acertada, que o controle da febre aftosa se transforme em pauta permanente do Mercosul.

A luta para fazer da América do Sul região livre da febre aftosa é de responsabilidade de todos os países da região. Alcançar essa meta é algo perfeitamente exeqüível, Sr. Presidente!

Como afirmou, com muita propriedade, o chileno Eduardo Correa de Melo, Diretor do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, que funciona no Estado do Rio de Janeiro, os fazendeiros brasileiros fizeram “um grande esforço para eliminar a febre aftosa. Isso fez o País ter mais de 140 milhões de cabeças em áreas livres da enfermidade. É um grande feito, mas, lamentavelmente, enquanto houver áreas com problemas, haverá riscos para todos”.

A vacina contra a febre aftosa é eficaz, resolve o problema, desde que manuseada de modo correto. Portanto, está longe de ser utopia fazermos da nossa região área livre de aftosa. Afinal de contas, foi a cooperação entre os Estados Unidos, o México e o Canadá que permitiu a erradicação da doença na América do Norte. Na América Central, a doença nunca existiu.

O que falta para alcançarmos a meta de erradicação na América do Sul, Sr. Presidente? Sinergia entre as autoridades de todos os países interessados em fazer do subcontinente sul-americano área livre da febre aftosa.

No momento em que o Brasil negocia, de forma brilhante, a abertura da agricultura no comércio multilateral, na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, não podemos nos dar ao luxo – em hipótese alguma – de sofrer restrições de caráter sanitário na pecuária. A segurança alimentar é conceito crucial no comércio mundial, mesmo porque sabemos que medidas de caráter sanitário são tomadas, muitas vezes, para disfarçar a praga do protecionismo dos países ricos.

Como se diz no linguajar popular: eles não merecem essa “colher de chá”. Nesse ponto, refiro-me não apenas à febre aftosa, pois estou convencido de que nosso horizonte de preocupações é mais amplo. Refiro-me, também, ao mal da vaca louca, à ameaça da gripe aviária, à sigatoga negra na cultura da banana, à mosca branca na cultura do algodão, à pinta preta na cultura da laranja. O combate a esses problemas é de interesse e dever do Governo, bem como da iniciativa privada agropecuária.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vem trabalhando no sentido de modernizar a regulamentação de conceito-chave nesse processo: a rastreabilidade no setor agropecuário. Nas palavras do Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério, Dr. Márcio Portocarrero, trata-se de desenvolvermos a capacidade de identificar todas

as etapas no processo de produção, “da fazenda até a mesa do consumidor”.

Regulamentarmos, de forma eficiente, o rastreamento, o controle e a fiscalização do Poder Público em todas as etapas da produção alimentar significa garantirmos, aos olhos do mundo, que o setor agropecuário brasileiro observa padrões internacionais de respeito, por exemplo, ao meio ambiente. Significa, também, que as condições sociais, sanitárias e trabalhistas são compatíveis com as exigências globais mais rigorosas.

Quanto à proteção dos direitos humanos e trabalhistas, vale mencionar o valor que o mercado da União Européia passou a dar ao chamado *fair trade* que, por meio do mecanismo de certificação, fornece ao consumidor a certeza de que o produto foi produzido em consonância com padrões aceitáveis nas relações de trabalho.

Aprimorarmos a rastreabilidade permite, também, maior controle e punição do contrabando, que presta enorme desserviço aos produtores legalizados e a todos os países da região.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, em recente artigo na **Folha de S.Paulo**, levanta o seguinte questionamento: “Quanto vale a confiança no comércio internacional?”

É uma pergunta legítima, Sr^{as} e Srs. Senadores. É muito difícil mensurá-la, mas podemos ter a certeza de que vale muito. No comércio internacional, além dos critérios objetivos, técnicos, há as injunções políticas, os *lobbies* dos produtores daqueles países que vêm, no embargo ao produto brasileiro, oportunidade de ouro para incrementar seus negócios.

A credibilidade internacional do Brasil é inestimável. Nosso superávit na balança comercial, milhões de empregos e mesmo o desenvolvimento brasileiro dependem de nossa capacidade de administrar e solucionar problemas tais como a erradicação da febre aftosa.

Temos recursos e capacidade para alcançar essa meta. Nossos esforços e nossa dedicação têm de ser compatíveis com nossos interesses. No caso, sabemos que são imensos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade, principalmente em função das duas semanas em que sofremos bastante em consequência da febre aftosa.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, a Sra. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Siba Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Delcídio Amaral, esta Presidência se solidariza com o Estado de V. Ex^a pela situação da

economia local. Rogamos pela imediata solução dos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Romero Jucá, Sérgio Guerra, Papaléo Paes, Reginaldo Duarte, Arthur Virgílio, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Antero Paes de Barros e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula tenta minimizar as denúncias que envolvem parlamentares do Partido dos Trabalhadores e da base aliada, sob inspiração, quem sabe, do ex-tesoureiro Delúbio Soares, que vaticinou que dentro de poucos anos a atual crise fará parte do “anedotário de salão”. S. Ex^a afirmou que “vivemos uma situação muito engraçada”, em que se joga suspeição sobre todo mundo, mas se prova muito pouca coisa”.

Sr. Presidente, não há nenhum ingrediente na atual crise ética que denote ou revele graça. Mas agora o Presidente da República resolveu inovar, alternando bazófia e escárnio.

O axioma da crise em curso pode ser pinçado de uma máxima do Presidente Lula, dita em Moscou: “... e vamos continuar viajando”. Nesse contexto, Senhor Presidente, gostaria de tecer breves comentários com referência aos deslocamentos presidenciais ao exterior e sobre a política externa.

Qualificar como “excepcional” a viagem à Rússia (o 77º país visitado por sua excelência, desde a posse) é um exagero, a não ser pelo aspecto turístico da visita e pelas concessões e compromissos, que só beneficiam os russos. Como apoiar a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio – OMC -, e a possibilidade de ceder a base de Alcântara para os russos. Em momento algum o Presidente Vladimir Putin fez qualquer menção ao pleito do Brasil de obter apoio à reforma acelerada do Conselho de Segurança da ONU.

Talvez o contrato assinado para envio do cosmonauta brasileiro ao espaço, ao custo de US\$10 milhões, seja o ponto alto da visita, e a garantia que o embargo russo vai se limitar à carne proveniente do Mato Grosso do Sul.

No nosso entorno, seria temerário o Brasil celebrar acordo nuclear com o Presidente Hugo Chávez. Apesar dos desmentidos formais do governo, o próprio presidente venezuelano confirmou ontem ao jornal **Estado de S. Paulo**, que está negociando um acordo de cooperação nessa área.

As relações bilaterais com o nosso vizinho e parceiro do Mercosul, o Paraguai, também precisam receber mais atenção do Itamaraty. O grau de deterioração das relações bilaterais vem se ampliando a cada dia.

No episódio da febre aftosa diversas autoridades brasileiras, inclusive o próprio Governador do Mato Grosso do Sul, emitiram opinião, sem respaldo técnico, afirmando que o responsável pela contaminação do rebanho em nosso País era causada por vírus proveniente do Paraguai.

O Paraguai protestou pelo fato de o Brasil descumprir o acordo firmado em 2004, que prevê troca de informações logo após surgirem suspeitas da doença. Segundo a Embaixada do Paraguai, em Brasília, o Brasil comunicou a ocorrência do foco de aftosa dez dias após a suspeita (surgida em 26 de setembro).

Vale ressaltar, Sr. Presidente, o Paraguai tem certificação concedida em janeiro passado pela Organização Mundial de Saúde animal – de zona livre de febre aftosa sem vacinação.

Hoje, dia 20 de outubro, em Montevidéu, o Paraguai deve apresentar uma queixa formal durante reunião do Conselho Veterinário permanente do Mercosul. O Paraguai deverá exigir provas das suspeitas lançadas pelo Governador do Mato Grosso do Sul, de que a doença teria sido causada por bovinos vindos do país vizinho.

Talvez seja sintomática a alegação do Paraguai: há pouca transparência por parte do Governo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Land Rover também é caixa 2?”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de outubro do corrente ano.

A matéria destaca que o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Ferreira Mendes, afirmou que se faz necessário uma distinção entre irregularidade financeira e arrecadação de dinheiro de corrupção. Essa declaração foi dada após a o presidente eleito do PT, Ricardo Berzoini, ter dito que caixa 2 de campanhas eleitorais faz parte do folclore político. Segundo o ministro Gilmar Mendes, “o que é caixa 2 de campanha? Dinheiro vindo de corrupção é também caixa 2 de campanha? Land Rover oferecido a dirigente partidário também é caixa 2? Espero que façam as devidas distinções entre mera irregularidade financeira de campanha e dinheiro de corrupção”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo seja considerado como parte deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'Land Rover também é caixa 2?'

Gilmar Mendes, do STF e TSE, cobra as 'devidas distinções'

Mariângela Gallucci
BRASÍLIA

Um dia após o presidente eleito do PT, Ricardo Berzoini, ter dito que o caixa 2 das campanhas eleitorais faz parte do folclore político, Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que é necessário fazer distinção entre irregularidade financeira e arrecadação de dinheiro de corrupção. Além de integrante do STF, Mendes é vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Eu espero que façam as devidas distinções. O que é caixa 2 de campanha? Dinheiro vindo de corrupção é também caixa 2 de campanha? Land Rover oferecido a dirigente partidário

também é caixa 2?", disse Mendes, lembrando o carro que o ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira recebeu de presente de uma empreiteira. "Espero que façam as devidas distinções entre mera irregularidade finan-

"Um dos piores crimes é o eleitoral, porque atenta contra a democracia"

ceira de campanha e dinheiro de corrupção."

As declarações de Berzoini repercutiram negativamente no TSE e na comissão de juristas formada pelo tribunal para propor mudanças na legislação

eleitoral e tentar inibir a prática de crimes como o caixa 2. O entendimento da comissão é de que caixa 2 é uma irregularidade gravíssima, que caracteriza crime, além de ser um comportamento antiético.

Integrante da comissão e procurador-geral no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado disse que "um dos piores crimes é o eleitoral porque atenta contra a democracia". E acrescentou: "Não se pode considerar como normal algo que a legislação considera crime. A rigor, o crime eleitoral parece que não tem vítima. Esses crimes têm normalmente baixa reprovação social, mas não quer dizer que eles não sejam um dos crimes mais danosos à democracia." ●

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou recentemente um dos mais importantes estudos dos últimos anos sobre a economia e os problemas sociais do Brasil.

Trata-se de "BRASIL – o estado de uma nação: uma análise ampla e objetiva dos principais problemas e desafios do País".

Certamente, havia uma demanda nacional por um trabalho dessa magnitude, pois o que temos visto são estudos pontuais, não abrangentes e particulares de diversos tópicos de nossa complexa problemática social e econômica.

"BRASIL – o estado de uma nação" representa uma espécie de "volta às origens" do IPEA, como entidade encarregada de cumprir a missão de criticar, repensar e propor alternativas para o processo de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Não estamos reduzindo o valor de outros estudos e publicações do IPEA, mas é importante destacar o imenso valor de um trabalho que examina nossos problemas e desafios com grandes oculares, de uma

maneira ampla, com objetivos de longo prazo, sem desprezar os elementos conjunturais.

O Estado da Nação Brasileira, neste ano em que o Brasil completa 20 anos de sua redemocratização, "retrata o País em suas mais diversas dimensões" e procura aumentar nosso autoconhecimento como povo e nação e organizar os debates, os desafios e as oportunidades nas áreas de desenvolvimento econômico, social, cultural, político e institucional.

O tema central, foco principal das discussões, das análises, é: desenvolvimento e inclusão social hoje e no futuro.

Desenvolvimento social e econômico e inclusão social representam as maiores aspirações e necessidades do Brasil neste início de Terceiro Milênio, pois descurar de qualquer dessas prioridades representa a falência futura de nosso País como nação moderna e a negação de tudo aquilo que estabelecemos como meta suprema de nossa Constituição.

"Instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvi-

to, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social” são objetivos definidos em nossa Constituição que somente se concretizarão quando conseguirmos estabelecer mecanismos e políticas de desenvolvimento e inclusão social.

“BRASIL – o estado de uma nação” representa a busca desses mecanismos, desse conhecimento, dos métodos, das políticas e dos programas necessários para deixarmos de ser um país potencialmente rico e imensamente injusto.

Estabilidade e crescimento; Inovação e competitividade; Pobreza e exclusão social; Cidadania e participação; Território e nação; Amazônia: desenvolvimento e soberania; O Estado e a Federação; e Juventude no Brasil formam os oito capítulos em que se subdividem os estudos e pesquisas realizados por uma equipe multidisciplinar e competente para diagnosticar e propor cursos de ação para transformar os anseios de nosso povo em mais justiça, mais igualdade, mais democracia, mais desenvolvimento e mais inclusão social.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a importância, a abrangência, a complexidade e a dimensão deste trabalho do IPEA certamente requerem mais reflexão e maior tempo de análise e exame do conjunto dessa importante pesquisa.

O tempo de que disponho, certamente, não me permite analisar, com o grau de profundidade que o trabalho merece, a imensa gama de variáveis que são consideradas em todos os temas abordados.

Voltarei a esta Tribuna para analisar alguns dos relevantes temas estudados em “BRASIL – o estado de uma nação”, pois o assunto não se esgota, tanto pelo seu dinamismo como pelo caráter estrutural e de longo prazo de diversos vetores analisados e pesquisados.

Neste momento, gostaria de enfatizar apenas um dos muitos temas estudados por essa equipe comandada pelo Ministro Paulo Bernardo e por Glauco Arbix, presidente do IPEA, com a dedicação de Fernando Rezende e Paulo Tafner e um grande grupo de economistas, sociólogos, pesquisadores e cientistas sociais.

Ressalto a importância do capítulo referente à nossa Juventude, pois, ainda que todos os outros temas e assuntos mereçam elevado grau de prioridade, nenhum consegue rivalizar com o mais importante fator de nosso desenvolvimento atual e futuro: o papel da Juventude.

Se o Brasil perseverar no atual estado de coisas em que a prioridade para a juventude não passa de *boas intenções*, não há dúvida de que a profecia de Stephan Sweig, “*Brasil, país do futuro*”, continuará a ser mera figura de retórica.

Pior do que a não realização dessa profecia, estaremos legando aos pósteros um país dividido, um país dilacerado, um país injusto e um país derrotado, por incompetência de suas elites dirigentes.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o Brasil possui quase 35 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, o que representa quase 20% do total de nossa população.

São esses 35 milhões de jovens que irão definir o futuro do Brasil e tentar responder à célebre questão: *que País é este?*

Atualmente, muitos desses 35 milhões de jovens são vítimas de heranças trágicas, como a pobreza e a indigência de suas famílias, pela grande desigualdade de renda e da riqueza, pela falta de educação de qualidade, pela ausência de serviços adequados de habitação, saúde pública, transporte, saneamento básico e segurança pública, pela falta de oportunidades de trabalho.

Certamente, o Brasil ainda não está oferecendo aos jovens tudo aquilo que eles necessitam, merecem e podemos ofertar, como oportunidades adequadas de educação e condições de progresso individual e coletivo.

A violência é a causa maior de mortalidade entre os jovens de 10 a 29 anos.

Não podemos admitir que homicídios continuem a dizimar nossa juventude e tornar o Brasil um país numa espécie de guerra civil não declarada.

É para nossa juventude que dedico este meu pronunciamento, com um apelo para que todos nós que temos responsabilidade política adotemos as medidas urgentes de salvação de nossa juventude, pois sem ela o Brasil não subsiste como nação nem como país civilizado.

Aos técnicos e dirigentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) deixo os meus cumprimentos pela excelência do trabalho realizado, com a sugestão de sua permanente atualização, para que possamos retirar lições e importantes ensinamentos no campo das políticas públicas e de desenvolvimento e inclusão social.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o artigo intitulado “Oportunidade perdida”, de autoria do ex-embaixador do Brasil nos EUA e na Grã-Bretanha, Rubens Barbosa, publicado no jornal O Estado de S. Paulo do último dia 27 de setembro do corrente.

O autor, em seu artigo, ao tratar das relações entre Brasil e Estados Unidos, destaca que “nos dois últimos anos, poucos avanços efetivos foram registrados, refletindo a perda de prioridade dos EUA na política externa brasileira”. Ao afirmar que o Brasil deveria aproveitar melhor “o que o país mais importante e o maior mercado do mundo têm a oferecer”, destaca que “visões diferentes deste enfoque, ideologicamente motivadas, pertencem ao universo da retórica e – mais uma oportunidade perdida – deixam de maximizar os benefícios que o Brasil pode extrair desse relacionamento”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Oportunidade perdida

Rubens Barbosa

Em mais de 180 anos de relações diplomáticas, políticas, econômicas, comerciais e financeiras, o Brasil e os EUA mantiveram um intenso intercâmbio marcado por encontros e desencontros expressivos.

Tive o privilégio de acompanhar intimamente, por cinco anos, o desenvolvimento recente do relacionamento bilateral, como chefe da missão diplomática brasileira em Washington, até abril de 2004.

A política norte-americana em relação ao Brasil ainda se baseia em percepções pouco claras, mitos, estereótipos e distorções da realidade, derivados da falta de melhor conhecimento da nossa realidade política, econômica, social e cultural. O resultado é uma combinação de baixa prioridade, cálculo político por vezes superficial e imediatista, interesses econômicos e comerciais concretos, mas aquém de desenvolvimento potencial da relação. Não mencionando o paternalismo conservador e o evangelismo, marcas da atual administração Bush, a recíproca também é verdadeira – inclusive no que se refere à baixa prioridade.

Nos últimos cinco anos, de modo geral, as relações foram boas. Em alguns momentos, excelentes. Hoje são apenas corretas. Nunca, porém, foram livres de alguma tensão, geralmente motivada por conflitos comerciais ou preocupações com a segurança.

Durante o governo FHC e até a primeira visita do presidente Lula (junho de 2003), as relações estavam em expansão, como ficou demonstrado no curso da visita presidencial com histórica reunião entre dez ministros de cada país, com a criação de três grupos de trabalho nas áreas de macroeconomia, energia e agricultura e com a definição de uma agenda positiva. Nos dois últimos anos, poucos avanços efetivos foram registrados, refletindo a perda de prioridade dos EUA na política externa brasileira, segundo se infere de declarações oficiais.

Longe de ser nostalgia da subserviência, essas iniciativas representaram uma atitude pragmática e objetiva, visando a melhor aproveitar o que o país mais importante e o maior mercado do mundo têm a oferecer.

Visões diferentes deste enfoque, ideologicamente motivadas, pertencem ao universo da retórica e – mais uma oportunidade perdida – deixam de maximizar os benefícios que o Brasil pode extrair desse relacionamento.

As relações bilaterais experimentaram uma gradual transformação qualitativa, positiva para o Brasil, se forem entendidos os sinais que estão sendo dados. O Brasil começou a ser tratado de maneira diferenciada pelos EUA em diversas frentes, tais como a financeira, a do intercâmbio político-diplomático, sobretudo nos temas regionais. Nota-se clara disposição de Washington de minimizar e evitar diferenças e atritos.

Se os EUA estendessem tal tratamento à esfera mais ampla das relações internacionais, seria distinta a atitude americana, por exemplo, na consideração da incorporação do Brasil ao atual G-8 e ao Conselho de Segurança da ONU, na condição de membro permanente.

É sintomático que a Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, publicada em 2002, não inclua o Brasil nem entre as "grandes potências", categoria em que figuram Rússia, Índia e China, nem entre os "aliados".

Exemplo da gradual mudança de percepção é o trabalho elaborado pelo National Intelligence Council, instituto de pesquisa da CIA, sobre o *Panorama Mundial em 2020*, no qual o Brasil é projetado como uma das potências econômicas globais, como comentei em artigo de 8 de fevereiro.

Do lado americano, o Brasil foi incluído em 2002 pelo Departamento do Comércio como um dos seis principais parceiros, ao lado de China, Índia, México, Canadá e Turquia. Por outro lado, o Brasil é o único dos grandes países sem uma estratégia coerente junto à comunidade decisória em Washington.

Embora não se observe uma clara política de promoção co-

mercial que dê prioridade ao maior mercado importador do mundo, os EUA continuam sendo nosso maior parceiro comercial e o mercado mais importante para os produtos brasileiros. Dado o dinamismo das duas economias e dos respectivos setores privados, arrisco-me a prever que, nos próximos dez anos, o comércio bilateral deverá pelo menos dobrar, com ou sem a Alca.

O foco principal continuará a ser, no futuro previsível, a área comercial – ressalvada, é claro, a possibilidade de eventuais crises de maior gravidade, que nos envolvam nos planos bilateral, regional ou mundial.

No contexto hemisférico, somente o Brasil pode criar para si mesmo um espaço diplomático capaz de assegurar-lhe algum grau de autonomia como potência regional.

Apesar de reconhecer o papel efetivo e potencial de liderança que o Brasil pode desempenhar na América do Sul, começa a ganhar corpo em certos setores, da administração norte-americana a percepção dos que

O BRASIL É O ÚNICO DOS GRANDES PAÍSES SEM UMA ESTRATÉGIA COERENTE COM OS EUA

enxergam, do nosso lado, o projeto de "desafiar" a projeção dos EUA no continente, em razão do sentimento antiamericano por parte de setores do governo.

Trata-se, de longe, da mais importante relação bilateral do e para o Brasil. Por isso penso que deveríamos buscar, pragmaticamente, ampliar os campos de cooperação e os vínculos comerciais, ao mesmo tempo que devemos resguardar, de forma intransigente, o interesse nacional.

Ocorrem-me essas reflexões no momento em que está sendo publicado um livro, do qual sou co-organizador, no qual os diferentes ângulos do relacionamento bilateral, diplomático, econômico, comercial e de segurança são examinados por acadêmicos, políticos e diplomatas dos dois países.

O livro *Relações Brasil-Estados Unidos: Assimetrias e Convergências* (Editora Saraiva), que analisa, histórica e tematicamente, o conjunto das relações do Brasil com os EUA, incluindo a agenda de negociações em torno de uma área hemisférica de livre comércio, está sendo lançado hoje, com debate sobre as relações bilaterais, no Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Rubens Barbosa, consultor, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador do Brasil nos EUA e na Grã-Bretanha.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar o desaparecimento, na Polícia Federal, de cerca de R\$2 milhões – 667 mil euros, US\$63 mil e R\$22 mil – referentes à ação da polícia na chamada “Operação Caravelas”.

O dinheiro seria enviado de avião do Rio de Janeiro para sede da PF, em Goiânia, tendo em vista a redistribuição do inquérito, da 7ª Vara Federal de Justiça do Rio para 11ª Vara Federal Criminal de Goiânia.

Sr. Presidente, é imprescindível que se proceda a uma intensa investigação do Ministério Público

diante deste gravíssimo fato, uma vez que há indícios veementes da participação policiais federais na ação audaciosa ação dos criminosos. É nesse contexto que solicito que a matéria intitulada “Dinheiro seria enviado para Goiânia”, publicada no **Jornal do Brasil**, de 20 de setembro do corrente, seja inserida nos anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dinheiro seria enviado para Goiânia

O procurador da República Gi-nno Liccione, do grupo de Controle Externo da Atividade Policial, instaurou procedimento administrativo para apurar o desaparecimento do dinheiro na sede da PF e deu 24 horas para ser informado sobre os nomes e cargos de todos os policiais que participaram da Operação Caravelas. Em 48 horas, a PF terá que entregar também cópias dos documentos referentes às atividades policiais até a apreensão.

O procurador quer saber por que o montante não havia sido depositado em instituição bancária oficial. Os cerca de R\$ 2 milhões – 677 mil euros, US\$ 63 mil e R\$ 22 mil – seriam enviados hoje de avião para a sede da PF em Goiânia. A decisão só pôde ser tomada depois que a 7ª Vara Federal de Justiça do Rio passou todo o inquérito para a 11ª Vara Federal Criminal de Goiânia, onde o caso teve os processos unificados. A PF pediu à Justiça o seqüestro dos bens de todos os acusados.

Outros US\$ 490 mil encontrados em um Porsche do filho de José Antônio de Palinhos Jorge Pereira, acusado de ser o operador da quadrilha no Brasil, haviam sido mandados para Goiânia no sábado. Segundo Roberto Prel, esta parte do dinheiro foi enviada antes porque um acordo com a Justiça de Goiás havia sido feito especificamente para a apreensão do Porsche e os dólares encontrados nele. No mesmo voo em que foi enviada a quantia estava Sandra Tolpiakow, sócia da rede de restaurantes Satyricon e Capricciosa, hoje presa na carceragem da PF de Goiânia.

Além do modelo esportivo, outros 16 dos 20 carros de luxo da quadrilha sob custódia da PF serão transportados hoje em caminhões-cegonha para a PF de Brasília, segundo Ronaldo Magalhães. Dos cinco integrantes da quadrilha ainda presos no Rio, três iriam ontem à noite para Goiás e os outros dois hoje.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “O grande expurgo”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 12 de outubro do corrente.

Segundo o autor, “Lula está morto. Mas o petismo ainda sobrevive. Se soubermos aproveitar a morte política de Lula para enterrar definitivamente o petismo, o país sairá um pouco menos emburrecido

dessa enrascada em que se meteu. Prometo cumprir minha parte”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

O grande expurgo

Depois de derrubar Lula, não quero uma medalha, não quero uma estátua equestre, não quero que me cubram de dinheiro. Meus desejos são mais singelos. Quero que me chamem para comandar o grande expurgo do petismo na imprensa.

Minha primeira medida será eliminar, para sempre, qualquer notícia sobre figuras como Hélio Bicudo. Ele errou em todas as suas escolhas políticas. Não estou interessado em conhecer as atuais escolhas políticas de um velhinho que, até hoje, só errou. Claro que Hélio Bicudo é apenas um exemplo. Minha lista de personagens proscritos é longa e abrangente. Os petistas estão em todos os lugares. Tomaram conta de tudo. Os jornais cismam em perguntar o que eles pensam sobre os mais variados assuntos. Mesmo que, comprovadamente, eles não pensem nada que valha a pena. É o caso de Luiz Eduardo Soares. Qualquer reportagem sobre a criminalidade precisa contar com sua opinião, embora ele tenha fracassado em suas inúmeras passagens pelo governo, municipal, estadual ou federal. Não vejo o menor motivo para consultá-lo sobre o tema. Mas lá está ele, agora mesmo, pontificando sobre o desarmamento.

É um erro confundir o petismo com o PT. O petismo é muito mais danoso e muito mais antigo que o PT. Há pelo menos sete décadas ele atrofia o pensamento nacional. Há pelo menos sete décadas ele condena o país ao atraso. É preciso erradicar o petismo das cartilhas escolares, do comércio agrícola, da pesca submarina, da FiEsp, da Febraban, do PSDB. Do meu lado, posso ajudar a erradicá-lo da imprensa. Tenho olho para petistas. Consigo identificá-los até pelo cheiro. Mostre-

me um artigo de Luiz Garcia, e eu saberei lhe dizer exatamente como, quando e onde ele é petista. Outro

dia, um sindicato de jornalistas protestou porque, em tom de blague, eu disse que doaria dinheiro a Pat Robertson, o pastor americano que defendeu o assassinato de Hugo Chávez. Minha maior alegria, no campo profissional, é saber que estou tirando o emprego de um desses jornalistas petistas.

Não que a batalha seja fácil. O petismo contaminou todas as áreas da imprensa, das charges políticas às páginas esportivas. Até o horóscopo é petista. Marcelo Madureira me deu de

presente um livro intitulado *O Governo Lula e os Astros*. Foi publicado em 2003. Nele, a astróloga petista Bárbara Abramo, do jornal *Folha de S.Paulo*, fazia suas previsões sobre o futuro do Brasil. Ela garantia que Lula e José Dirceu conseguiriam “mudar o país”, promovendo melhorias “dignas de nota na educação, na saúde, no meio ambiente”. A entrada do Sol em Áries daria origem a “um novo jeito brasileiro de ser, resgatando ri-

quezas culturais da floresta, das populações esquecidas por este Brasilão de meu Deus”. Eu não quero o resgate das riquezas culturais da floresta. Quem quer o resgate das riquezas culturais da floresta é Aldo Rebelo.

Lula está morto. Mas o petismo ainda sobrevive. Se soubermos aproveitar a morte política de Lula para enterrar definitivamente o petismo, o país sairá um pouco menos emburrecido dessa enrascada em que se meteu. Prometo cumprir minha parte.

**“Lula está morto.
Mas o petismo
sobrevive.
Se soubermos
aproveitar a morte
política de Lula
para enterrar
definitivamente o
petismo, o país
sairá um pouco
menos emburrecido
dessa enrascada
em que se meteu”**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro de matéria intitulada “A fronteira do sucesso”, publicada na revista **ISTOÉ**, em sua edição de 12 de outubro do corrente.

A matéria mostra que o Governador de Roraima, Ottomar Pinto, do PSDB, está reconstruindo o Estado, investindo na área social e em infra-estrutura.

Segundo a matéria, “Ottomar Pinto tem priorizado a modernização de hospitais e escolas, além da recuperação das estradas para escoar as safras”.

Sr. Presidente, solicito, para que conste dos Anais do Senado Federal, que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que quero tratar é o seguinte:

Mais Grave Que A Aftosa é a Incompetência do Governo Lula, Responsável

Pela Ocorrência da Moléstia

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a melhor definição para essa história toda do surto de aftosa no Brasil veio em letra de forma, num editorial de **O Estado de S. Paulo** de hoje: *incompetência!*

Concordo e já tive ensejo de assinalar aqui, como enfatiza hoje o jornal paulista: *mais grave que a aftosa é outra doença que grassa no atual Governo petista: incompetência.*

É grave. O Governo Lula, que, quando está no Brasil, é notícia (Chegou ao Brasil o Presidente da República!), já intitulado de *Presidente Ausente*, jogou pela janela todo o esforço de controle sanitário realizado ao longo dos oito anos de Fernando Henrique Cardoso. Esta é que é a verdade. E para que isso fique gravado, estou anexando a este breve pronunciamento o editorial de hoje do **Estadão**.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAIS O ESTADO DE S. PAULO

Sexta-feira, 21 de outubro de 2005

Aftosa e incompetência

A doença menos grave exposta pelo surto de aftosa em Mato Grosso do Sul é a própria aftosa. A mais grave é a incompetência. Tanto em Brasília quanto em Campo Grande, o governo revelou-se, mais uma vez, incapaz de enfrentar as tarefas indispensáveis a um país moderno e com peso internacional. Pior que isso: jogou fora o esforço de controle sanitário realizado na última década.

Em vez de avançar, ao menos alguns passos, a administração pública retrocedeu. Ontem, o Ministério da Agricultura confirmou haver aumentado de 31 para

41 o número de países com restrição parcial ou total à importação de carne do Brasil. As autoridades brasileiras podem ser autocomplacentes. Mas não devem esperar do mundo a mesma tolerância às suas falhas.

A aftosa, nesse episódio, pode ter vindo ou não do Paraguai. Se não tiver vindo, terá sido por mera sorte. O controle na fronteira é quase nulo, como acaba de comprovar a imprensa. O contrabando de gado é comum na região, admitiu o delegado do Departamento de Operações de Fronteira, Antônio Carlos Videira, segundo reportagem do Estado.

O descontrole foi mostrado também, de forma inequívoca, pelo jornal Valor. Percorrendo 60 quilômetros de fronteira, uma repórter encontrou gado solto e circulando livremente entre os dois países. Fazendas brasileiras se estendem sobre a divisa, ocupando território do Brasil e do Paraguai. No fim do trajeto, um posto desativado do Ministério da Fazenda é um sinal de passagem do governo.

Segundo o governador do Departamento paraguaio de Amambay, Roberto Acevedo, o Brasil não fez sua parte e demorou a comunicar às autoridades paraguaias o aparecimento da aftosa em Mato Grosso do Sul.

Segundo o diretor do Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Animal do Paraguai, Hugo Corrales, a última vacinação contra aftosa, no país, ocorreu no fim de julho e 98% do rebanho está imunizado.

As autoridades paraguaias estão informadas sobre as falhas do governo brasileiro. O governador do Departamento de Amambay, fronteiro com o Estado de Mato Grosso do Sul, lembrou que o Brasil investiu apenas 2% do orçamento previsto para o combate à aftosa.

Enquanto não se comprova a origem da doença, os dois lados podem continuar trocando censuras e nenhum dos dois países lucrará com isso. Paraguai, Brasil e Argentina comprometeram-se há vários anos a desenvolver um trabalho conjunto de combate à aftosa para livrar a região da doença. Em 2001, o governo brasileiro ofereceu ajuda técnica ao Paraguai para a execução das tarefas.

No fim do ano passado, quando o governo paraguaio anunciou seu novo calendário de vacinação, o acordo entre os três países foi novamente mencionado. Se autoridades brasileiras, agora, manifestam dúvidas quanto à situação sanitária no Paraguai, é porque o acompanhamento conjunto dos trabalhos não se realizou ou foi abandonado.

O desleixo na fronteira, de toda forma, é uma demonstração bastante clara de como o programa de controle tem sido executado em Mato Grosso do Sul tanto pelas autoridades federais quanto pelas do Estado.

A multiplicação dos focos da doença, em poucos dias, é mais uma prova do descontrole. Diante do desastre, resta fazer, de imediato, o que o governo federal já começou: implantar um perímetro de segurança e sacrificar os animais nas áreas de infecção.

Mas há resistência à realização desse trabalho. Fazendeiros protestam contra a matança do gado e

exigem compensação antecipada. O caso mais grave é o de pequenos proprietários, instalados em assentamentos da política agrária. Faltou a esses assentados, tudo indica, o mínimo de assistência técnica e financeira para a defesa sanitária de seus animais.

Tem faltado às autoridades federais, assim como às do Estado de Mato Grosso do Sul, a visão necessá-

ria a quem pretende apresentar ao mundo uma agropecuária moderna e competitiva.

Quando se pretende exportar, os cuidados sanitários têm de valer tanto para os grandes quanto para os pequenos fazendeiros. A fiscalização de fronteiras tem de ser implacável e minuciosa, assim como os controles da vacinação e da qualidade das vacinas.

Os números de Roraima

Atuação do governo

Descrição	%
Excelente	7,6
Boa	29,4
Regular positiva	30,0
Regular negativa	13,1
Ruim	9,4
Péssima	7,9
NS/NR	2,6

Promessas de campanha

Descrição	%
Estão sendo cumpridas	46,6
Não estão sendo cumpridas	40,5
NS/NR	12,9

No atual governo, o Estado

Descrição	%
Melhorou	48,4
Está na mesma situação	37,5
Piorou	12,4
NS/NR	1,7

Desempenho pessoal do governador

Descrição	%
Excelente	7,8
Bom	38,6
Regular positivo	20,7
Regular negativo	11,4
Ruim	7,5
Péssimo	9,7
NS/NR	4,3

Nota média para o desempenho do governo na

Segurança - 6,91
Saúde - 6,76
Agricultura - 6,54
Educação - 6,50
Habitação - 6,35
Construção de estradas - 6,25
Industrialização - 5,92
Geração de empregos - 5,88

Pesquisa feita no Estado pelo Instituto Databrain com 1.112 pessoas, entre os dias 21 e 23 de setembro

A FRONTEIRA

BRASIL

PESQUISA

Disposto a reconstruir Roraima, Ottomar Pinto investe no social e em infra-estrutura

ANA CARVALHO – Boa Vista (RR)

Depois da passagem de uma nuvem de gafanhotos que devastou Roraima, a terra de Macunaima, é chegada a hora da reconstrução. Um desafio que cabe ao brigadeiro Ottomar de Souza Pinto (PSDB), 74 anos, que assumiu o Estado em novembro do ano passado. Governar Roraima não é novidade para o militar que já esteve à frente do Executivo estadual em duas outras oportunidades. Em 1979, quando nomeado para comandar o então território, e em 1989, quando tornou-se o primeiro governador eleito.

No dia 10 de novembro do ano passado, o pernambucano de Petrolina assumiu pela terceira vez o comando do que ele chama de “fronteira do sucesso”, graças à vocação agrícola de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela, com a Guiana e com o Amazonas e o Pará. Bom de briga, Ottomar decidiu entrar na Justiça para que 4,2 milhões de hectares – o que equivale a três Sergipes – passem do Incra para as mãos do Estado, como determina a Constituição, a fim de que o modelo agroindustrial planejado seja, de fato, desenvolvido.

O secretário de Planejamento, Haroldo Amor dos Santos, explica que com a questão fundiária resolvida será possível usufruir dos R\$ 120 milhões do FNO, um fundo de fomentos ligados ao Banco da Amazônia. “Sem titularidade não há terra. Sem terra não há garantia, sem garantia



DO SUCESSO

não há empréstimo e conseqüentemente investimento para aumento de produção e geração de riquezas”, explica. Haroldo ressalta que 93% das terras do Estado – 22 milhões de hectares – pertencem ao Ibama, ao Exército, ao Incra e às reservas indígenas.

Dívidas – Mas os problemas, que são muitos, não abalam a determinação do brigadeiro e menos ainda a sua popularidade, conforme demonstra a pesquisa ISTOÉ/Databrain, realizada entre os dias 21 e 23 de setembro com 1.112 eleitores. Para os entrevistados (somados excelente, bom e regular positivo), tanto a atuação do governo como o desempenho do governador chegam a 67%. Ottomar, segundo colocado nas eleições, assumiu a chefia do Executivo há 11 meses, no lugar do então governador Flamarion Portela e seu vice Salomão Cruz, cassados pelo TSE por abuso do poder econômico nas eleições de 2002. O brigadeiro conta que herdou uma dívida de R\$ 400 milhões, uma estrutura viária destruída, sem contar com as áreas de saúde e educação abandonadas. E são esses os setores prioritários. Com o estio, que começou este mês, já pôs as poucas máquinas em funcionamento para tirar do atoleiro os mais de três mil quilômetros de estradas vicinais. Elas são vitais para atender não só aos grandes produtores, mas principalmente aos agricultores familiares.

A área da saúde, menina-dos-olhos de Ottomar, tem recebido atenção especial. O coeficiente de mortalidade geral por dez mil habitantes é de 46,03. Já o infantil é de 16,1 por dez mil nascidos vivos. Para aplacar os números, foram reformados o Hospital Geral, a Unidade de Tratamento Intensivo e o centro cirúrgico. O governo adquiriu equipamentos automatizados para o laboratório de

análises clínicas, que realiza, em média, 28 mil exames por mês. Na Maternidade Nossa Senhora de Nazaré, a única do Estado com capacidade de atendimento para bebês prematuros, foram incrementados a UTI neonatal e o berçário, e construído um banco de leite.

Nos mais de dez leitos, todos lotados, está o pequeno Alquimã, nascido em 30 de agosto na Serra do Sol, aldeia Ingaricó, que fica próxima ao monte Roraima. No colo da mãe, Manon, 19 anos, ele é tratado para adquirir peso e sair da área de risco. Manon (que

PRIORIDADES
Ottomar Pinto
tem priorizado
a modernização
de hospitais
e escolas,
além da
recuperação
das estradas
para escoar
as safras

significa vem cá menina) olha desconfiada, mas ao ver sua foto no visor da câmera digital sorri e conta que foi transferida às pressas porque Alquimã, seu segundo filho, “nasceu antes da lua certa”. Mas o que lhe conforta é que o sol da serra dos ingaricós não deixou de brilhar para o caçula da sobrinha do pajé da tribo. O governo quer implementar um novo modelo de gestão para tirar a saúde de Roraima da UTI. Apesar dos atritos gerados com a terceirização, Ottomar está determinado a contratar a empresa Pró-Saúde, que administra a rede São Camilo, em São Paulo, para compartilhar a administração

do setor. Na educação, ele turbinou a merenda escolar, melhorou a qualidade do material, principalmente dos livros didáticos, e passou a distribuir uniformes e tênis para os estudantes da rede.

O que pode transformar Roraima num grande pólo exportador de grãos, capaz de impulsionar o Estado, que comemorou 17 anos na quarta-feira 5, são as terras. Nas proximidades de Boa Vista encontram-se os grandes plantadores de soja. Eles conseguem obter safras maiores e melhores do que as registradas em Mato Grosso e no Sul do País. Daniel Gianluppi, presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e pesquisador da Embrapa, ressalta que a ponta-de-lança para começar o desenvolvimento e a industrialização é o agronegócio. "O governo federal vai completar a rodovia até o porto de Georgetown, na Guiana. Estaremos a 400 quilômetros dele e dez horas mais perto do comércio internacional do que o Sul do País", aposta.

Quanto ao arroz irrigado, avaliado por Gianluppi como um dos melhores do País, o problema se torna maior por envolver as terras indígenas, como a reserva São Marcos e a Raposa Serra do Sol, homologada em abril pelo governo Lula. Nessas regiões é possível colher 6,5 toneladas por hectare. Dos 25 mil hectares de fazendas de arroz em Roraima, 17 mil estão em áreas indígenas. "E agora, com a homologação, os fazendeiros terão que deixar suas terras e a produção cairá. O problema dessa crise não é o índio. A prova disso foi a la-

voura em parceria que eles fizeram com os arrozeiros na reserva São Marcos, na maloca do Contão, habitada por macuxis, taurepang e wapixanas. Ignorando as recomendações da Funai, eles *prestaram as terras e receberam dinheiro* como parte do lucro da safra de 40 mil sacas", lembra Gianluppi.

Ilegal – Essa é mais uma briga comprada pelo brigadeiro com Brasília. Ele, além de criar um dia de luto pela homologação da Raposa Serra do Sol, contesta a forma como o processo foi feito. Ao disparar contra a Funai, afirmou que o presidente Lula foi enganado e "não soube de tudo que ocorreu no processo de demarcação, que excluiu os fazendeiros. A Funai usou métodos ilegais e cometeu um estelionato ideológico", disparou. A reação de Ottomar agradou aos entrevistados, conforme mensurou o instituto Databrain em seu estudo: 70,1% apoiaram sua posição, contra 20,3% e 9,6% que não souberam responder à pergunta. O céu, quando o assunto é Raposa Serra do Sol, não é de brigadeiro, mas Ottomar assegura que não desistirá de tentar alterar o decreto a fim de livrar as áreas produtivas que, para ele, integram o desenvolvimento de Roraima. ■

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Saga dos alvos mutantes”, de autoria do jornalista Otávio Cabral, publicada na revista *Veja* em sua edição de 12 de outubro do corrente.

A referida matéria mostra como o discurso do Presidente Lula mudou ao longo dos últimos cinco meses dessa crise ético-política que assola o seu governo.

Segundo o autor, “Ao procurar desmoralizar as denúncias e investigações, embora tenha, em outro momento, prometido apurações rigorosas, o presidente Lula provoca uma desorientação na opinião pública, tal a sua oscilação de foco. Afinal, no que o presidente realmente acredita?”

A matéria traz, ainda, análise do filósofo Roberto Romano, professor da Unicamp: “Lula é um mestre da demagogia populista, da arte de arengar. Ele muda seu discurso na tentativa de desviar as pessoas da realidade”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SAGA DOS ALV

Agora, Lula tenta desprezar as denúncias, mas é tamanha sua mudança de foco que até os áulicos têm dificuldade de saber em que Lula acredita

Otávio Cabral

O presidente da República entrou numa nova fase na semana passada. Depois de incorporar em público figurinos tão díspares quanto o do líder autista, alheio à crise e a seus desdobramentos, e o da autoridade diligente, fiadora de investigações rigorosas e punições exemplares “doa a quem doer”, o presidente Lula deu agora para desdenhar das denúncias que sangram seu governo. Entusiasmado com a tré-gua de novas acusações, e fortalecido pela eleição do deputado Aldo Rebelo ao comando da Câmara, Lula abriu uma temporada de declarações depreciativas. Primeiro, ao falar a empresários paulistas, disse que o país ficara à deriva do “denuncismo” por “quatro ou cinco meses”. Depois, ironizou o trabalho da CPI dos Bingos, dizendo que ela nunca convocara “um bingueiro”. Nesse caso, o presidente estava irritado com o fato de que a CPI chamara seu secretário Gilberto Carvalho para uma acareação

O presidente: Helmut Kohl e Bettino Craxi tiveram um pouco mais de compostura

OS MUTANTES

Afinal, em que Lula acredita?

Em cinco meses de crise, o discurso do presidente Lula sofreu intensas mutações. Ao lado, as principais fases

FASES

DURAÇÃO

PONTO ALTO

FASE 1 Crise? Que crise?

É o período em que Lula mostra indiferença em relação às denúncias e pede a abertura de investigações em tom protocolar

24 dias (de 14 de maio, quando VEJA divulga o vídeo da corrupção nos Correios, até 6 de junho, quando o então deputado Roberto Jefferson denuncia o mensalão em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*)

No dia 20 de maio, cercado por jornalistas que lhe pediam que comentasse a crise, o presidente debocha e diz: "Olha para minha cara para você ver se eu estou preocupado com isso"

FASE 2 Doa a quem doer

Nesse período, o presidente reconhece que existe uma crise e passa a prometer investigações rigorosas e punições exemplares "doa a quem doer". José Dirceu é demitido da Casa Civil

16 dias (de 7 de junho, quando o governo passa a reagir às denúncias de Jefferson, até 22 de junho, quando inaugura a fase seguinte)

No dia 7 de junho, Lula, ao discursar num evento promovido pela ONU, promete "cortar na própria carne" e levar as investigações até as "últimas consequências"

FASE 3 "Eu fui traído"

É a época em que o presidente se diz vítima de traição e passa a culpar o PT pela crise. Nessa fase, cai a cúpula do partido, inclusive seu presidente, José Genoíno

29 dias (de 23 de junho, quando Lula diz que não há "governo mais honesto" que o seu, até 21 de julho, quando começa a fase seguinte)

No dia 15 de julho, Lula dá entrevista em Paris na qual culpa o PT pela crise e diz que caixa dois é uma prática sistemática no Brasil

FASE 4 "Vão ter que me engolir"

É quando Lula passa a atacar as elites. Diz que é vítima de preconceito, que não vai se matar nem renunciar e que políticos e mídia são "aves de mau agouro"

43 dias (de 22 de julho, quando ataca as elites em discurso em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, até 2 de setembro, quando entra numa fase de silêncio)

No dia 3 de agosto, em discurso exaltado na sua terra natal, Garanhuns (PE), acusa a imprensa e as elites de conspirar contra seu governo e, imitando o técnico Zagallo, diz que terão de engoli-lo num segundo mandato

FASE 5 Ah, esse Congresso...

É o período em que o presidente fica num silêncio discreto, aproveitando que as atenções se voltaram para a prisão de Paulo Maluf e as investigações sobre o mensalinho de Severino Cavalcanti

30 dias (de 3 de setembro, quando VEJA publica a denúncia do mensalinho de Severino, até 2 de outubro, quando começa a fase seguinte)

No dia 18 de setembro, quando o PT fazia a eleição mais importante de sua história, Lula fica em sua casa em São Bernardo do Campo assistindo ao jogo entre Corinthians e Figueirense

FASE 6 Era tudo mentira

Aliviado com a entressafra de denúncias, Lula passa a desqualificar o que veio a público até agora

Começou na semana passada

Num dia, Lula disse que o país ficou quatro meses submetido a denúncias que não se comprovaram e, no dia seguinte, desdenhou da CPI dos Bingos afirmando que ela nunca convocou um "bingueiro"

sobre o assassinato do prefeito de Santo André. No outro caso, mais grave, Lula aderiu ao coro dos que pelejam para fabricar na opinião pública a impressão de que todas as denúncias são infundadas e as motivações dos investigadores — CPI, polícia, imprensa — são espúrias.

É natural que um presidente acossado por suspeitas, como tem acontecido com Lula, tente defender a si mesmo e a seu governo — mas é raro que, nesse afã, saia atirando contra instituições cuja missão é justamente investigar. Nas democracias mais sólidas, os chefes de governo, mesmo aqueles enlameados por suspeitas de corrupção, tendem a ter mais compostura. Helmut Kohl, ex-chanceler alemão, foi acusado de receber ilegalmente 1 milhão de dólares para seu partido e enfrentou as investigações fazendo tudo para provar sua inocência — em vão, ao final —, mas sem jamais desmerecer quem o investigava. Até Bettino Craxi, o ex-primeiro-ministro da Itália pilhado num monumental esquema de corrupção, esperneou quanto pôde se dizendo vítima de perseguição política e fugindo depois para a Tunísia, onde morreu, mas nunca acusou aqueles encarregados de investigá-lo. Aqui, é diferente. E olha que as “denúncias infundadas” já ceifaram a cabeça de um ministro, nove funcionários do governo e catorze executivos de estatais, além de ameaçar dezesseis deputados de cassação, fora um que já foi cassado e outros três que renunciaram...

Ao procurar desmoralizar denúncias e investigações, embora tenha, em outro momento, prometido apurações rigorosas, o presidente Lula provoca uma desorientação na opinião pública, tal a sua oscilação de foco. Afinal, no que o presidente realmente acredita? Acredita, como ele próprio já disse, que as denúncias são motivadas por preconceito da elite, que conspira para derrubá-lo? Ou acredita, como ele também já disse, que foi

traído pelos próprios companheiros? Ou, como diz agora, que as denúncias são levianas e tudo não passa de jogo político? “Se eu fosse caridoso, diria que a mudança nos discursos de Lula é uma técnica de controle da opinião pública, comum na política, praticada com maior ou menor competência, dependendo do governante”, analisa o filósofo Roberto Romano, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Como não sou caridoso, digo que Lula é um mestre da demagogia populista, da arte de arengar. Ele muda seu discurso na tentativa de desviar as pessoas da realidade.”

A nova estratégia do desdém começou a ser posta em prática na semana passada, mas o presidente Lula não foi seu único ativista. Houve outros, dentro e fora do governo. O ministro Jaques Wagner, das Relações Institucionais, querendo aliviar a culpa do PT, que comprovadamente mantinha um caixa com dinheiro clandestino, disse que caixa dois é algo inofensivo como “jogo do bicho” ou “dólar paralelo”. Esqueceu-se de combinar com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que antes dissera que caixa dois é coisa de

“bandidos”. O ministro da Justiça também apresentou uma criação de sua própria lavra para desacreditar as denúncias. Disse que a Polícia Federal já está investigando um “comércio da delação premiada”, pelo qual advogados estimulariam seus clientes a superfaturar acusações em troca de redução de pena. A única suspeita de “comércio” da qual o ministro se lembrou foi o caso do doleiro Toninho da Barcelona, que — coincidentemente — acusou o próprio ministro. Em tempo: a Polícia Federal, desmentindo o ministro, informa que não há investigação sobre o assunto. Há apenas uma pesquisa — procedimento estranho à rotina da polícia — sobre casos de delação premiada no país.

Fora do governo, mas em seu auxílio, apareceu o presidente do Senado, Renan Calheiros, para dizer que as CPIs estariam “patinando” e “sem foco”. Até o deputado José Dirceu, aquele que está “cada vez mais convencido” da própria inocência, resolveu pontificar, dizendo que as “CPIs perderam o foco” — e o mais espantoso, além da ironia de seu diagnóstico, é o fato de Dirceu supor que está autorizado a mudar de lugar no meio do jogo, trocando o banco dos réus pela cadeira dos jurados... O ex-ministro Tarso Genro é outro que enveredou para o caminho da crítica às CPIs na semana passada. Disse que haverá fundadas suspeitas de que as CPIs estão fazendo corpo mole caso não investiguem a origem do dinheiro que irrigou o valerioduto. Ora, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares jura que o dinheiro veio dos tais empréstimos contraídos por Marcos Valério nos bancos BMG e Rural. Ninguém acredita nisso, e agora se descobre que nem Tarso Genro acredita, mas é bom lembrá-lo, ele que cobra tanto resultado das CPIs, de que Delúbio Soares — o mentiroso, certo? — ainda não foi nem expulso do PT. Tarso Genro preside o PT. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 8 de outubro de 2005, intitulada “Presidente da Biblioteca Nacional pede demissão”.

A matéria destaca que o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, aceitou o pedido de demissão de Pedro Corrêa do Lago, que deixou ontem a Presidência da Fundação Biblioteca Nacional. Após se tornar alvo de suspeitas de irregularidades, a gestão de Pedro Corrêa, começou a ser investigada pela comissão formada

por representantes da Controladoria Geral da União, Ministério Público e Polícia Federal.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CULTURA *Pedro Corrêa do Lago diz sair por possuir poucos recursos; sua gestão é investigada por supostas irregularidades*

Presidente da Biblioteca Nacional pede demissão

DA SUCURSAL DO RIO

O colecionador Pedro Corrêa do Lago deixou ontem a presidência da Fundação Biblioteca Nacional, que dirigia desde o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003.

Corrêa do Lago formalizou, ontem, por carta, seu pedido de demissão, aceito ontem pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil. Alvo de suspeitas de irregularidades, a gestão de Corrêa do Lago está sendo investigada desde segunda-feira por comissão formada por representantes da Controladoria Geral da União, do Ministério Público e da Polícia Federal.

Na quarta-feira, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, Gil disse que havia “suspeita de quebra de confiança, irregularidades, eventualmente dolo”.

Ontem, o ministro divulgou nota conciliatória. “Acolhi seu desejo de que uma auditoria completa fosse conduzida com a CGU para esclarecer e apurar quaisquer suspeitas de irregularidades”, Gil dizia ainda, na nota, que lamentava sua saída e que ele havia inovado na gestão da Biblioteca.

Corrêa do Lago diz que sua saída estava acertada havia dois meses. “Saio por projetos pessoais e pela decepção com as limitações orçamentárias”, afirmou, negando todas as irregularidades e dizendo que poderá provar sua inocência.

Ele acreditava que a Biblioteca Nacional não podia ser só um depósito de livros, jornais e fotos, mas precisava produzir idéias. Por isso, saiu com projetos, prêmios e abriu o prédio para exposições. “Minha contribuição está dada. E não fui eu quem fui convidado. Nós fizemos muita coisa lá. O ministro Gilberto Gil luta para aumentar o orçamento e consegue pouco”, declarou Corrêa do Lago.

O ex-presidente demitiu funcio-

nários e terceirizou funções, o que fez com que passasse sua gestão em conflito com os servidores da biblioteca, que fizeram várias manifestações pedindo a sua saída.

Com a morte de Waly Salomão, em maio de 2003, Corrêa do Lago passou a ser o homem-forte do governo na área de livros. Era responsável pela distribuição de volumes para as bibliotecas criadas pelo projeto Fome de Livro.

“Nossa História”

Uma das iniciativas das quais Corrêa do Lago mais orgulhava, a revista “Nossa História”, tornou-se um problema. Em maio último, o procurador Maurício Mamberti entrou com uma denúncia acusando-o de improbidade administrativa porque a publicação fora criada em novembro de 2003 sem licitação e sem um contrato de parceria com a editora Vera Cruz, proprietária legal da revista.

Corrêa do Lago, então, rompeu de vez com a editora e criou a “Revista de História”, com o mesmo projeto gráfico da “Nossa História”. Depois de ação judicial da Vera Cruz (empresa do banqueiro Aloísio Faria), o projeto gráfico foi mudado. A época, a assessoria de Corrêa do Lago mudou o projeto original da revista pertencente à Biblioteca Nacional e que a Vera Cruz é quem deveria alterar a sua publicação.

Ontem, horas antes do anúncio da demissão, o Ministério Público Federal pediu pela segunda vez o afastamento de Corrêa do Lago — a primeira vez foi neste ano, por causa de ação judicial que contestava a contratação da Biblioteca Nacional com a Vera Cruz.

O fato novo foi a descoberta de que ele teria usado o dinheiro de 2002, registrar em nome da Livraria Corrêa do Lago a marca “Nossa História”, o que configuraria mistura de interesses públicos e particulares. A marca “Revista de História” também tem registro no

INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) em nome da livraria Corrêa do Lago.

Pedro Corrêa do Lago diz que o pedido de registro foi feito ao INPI antes de ele assumir o cargo da Biblioteca Nacional e que ele já abriu mão dos direitos sobre as duas marcas.

PF apura suposto uso de influência

JOSÉ MESSIAS XAVIER
DA SUCURSAL DO RIO

A Polícia Federal diz que instalará na terça-feira inquérito para apurar se o ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional Pedro Corrêa do Lago usou sua influência quando estava no cargo para pressionar fiscais da Alfândega a retirar do país, sem serem vistoriadas, caixas com obras de arte para exposição em Paris.

O embarque ocorreu no dia 26 de setembro. Uma funcionária da Biblioteca Nacional levou para o Aeroporto Internacional Tom Jobim caixas com gravuras e quadros para serem expostos no Museu do Louvre, em Paris, a partir do dia 28. Ao passar pela Alfândega, um fiscal solicitou que as caixas fossem abertas. A polícia investiga se o ex-presidente da Biblioteca impediu que a inspeção ocorresse e se houve intimação de funcionários da Alfândega.

Pedro Corrêa do Lago afirmou à **Folha** desconhecer qualquer tipo de pressão exercida sobre a Alfândega do aeroporto do Rio para que as caixas não fossem abertas e disse que, no dia do embarque das

peças, já se encontrava em Paris.

“Ele será investigado sob suspeita de prevaricação, e o fiscal também será responsabilizado em inquérito. As caixas tinham de ser vistoriadas. Nada pode sair do país sem sabermos o que é”, afirmou o delegado Deuval Rêgo, da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico da PF do Rio. Segundo ele, obras do Lago, estavam sendo embarcadas 18 gravuras do acervo da Biblioteca Nacional e três quadros de colecionadores particulares para serem expostos no Louvre. “É a primeira vez que o Brasil tem um espaço no Louvre. Por que acontece isso agora? Eu nem estava no Rio, estava em Paris. Como poderia interferir? Nem sei se houve vistoria ou não”, disse Corrêa do Lago.

O ex-presidente da Biblioteca Nacional também afirmou que os papéis para o envio das obras para a França estavam regulares.

“As caixas foram abertas no aeroporto de Paris, e estava tudo certo. As obras foram expostas e retornarão ao Brasil intactas. Tenho tranquilidade para dizer que tudo foi feito corretamente”, diz.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Relator do processo decide pedir a cassação de Dirceu”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 6 de outubro do corrente.

A matéria trata do processo de cassação do ex-Ministro José Dirceu pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e mostra que “o Relator recomendará a cassação de mandato devido a um conjunto de evidências que ligam Dirceu ao esquema do ‘mensalão’”.

A matéria mostra ainda que, nesse conjunto de evidências, o Relator, Deputado Júlio Delgado, “dará destaque às idas do publicitário Marcos Valério à Casa Civil. Duas delas para tratar com Dirceu. Outra deze-

na para falar com Sandra Cabral, assessora do então Ministro da Casa Civil, encarregada da nomeação de cargos”. As idas do publicitário à Casa Civil servirão de argumento para mostrar que o Deputado José Dirceu, apesar de se dizer afastado da coordenação política do Governo, exercia, na prática, essa função.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO” / HORA DAS CASSAÇÕES

Deputado Júlio Delgado (PSB-MG) deve encerrar hoje fase de apurações sobre ex-ministro

Relator do processo decide pedir a cassação de Dirceu

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Relator do processo no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados contra o deputado federal José Dirceu (PT-SP), Júlio Delgado (PSB-MG) pedirá a cassação do mandato parlamentar do ex-ministro da Casa Civil. Hoje, Delgado deverá encerrar a fase de instrução (investigação) do processo, o que levará o relatório a ser finalizado no prazo de cinco sessões do Conselho de Ética. Ou seja, o processo entrará na reta final.

Segundo apurou a Folha junto a colegas de Delgado no Conselho de Ética, o relator recomendará a cassação de mandato devido a um conjunto de evidências que ligam Dirceu ao esquema do “mensalão”. O ex-ministro nega seu envolvimento e argumenta que não existem provas contra ele.

Em conversas informais no conselho, o relator avaliou que esse conjunto de evidências é suficiente para responsabilizar politicamente o ex-ministro pelo “mensalão” —esquema ilegal de financiamento ao PT e a partidos da base aliada montado pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e pelo publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza.

Procurado pela Folha, Delgado afirmou ontem que não consentia o teor do relatório. Disse apenas que deverá finalizá-lo em breve. “Se eu tiver a convicção da inocência do deputado José Dirceu, não recomendaré a cassação. Se eu tiver a convicção de sua responsabilidade, recomendarei”, limitou-se a dizer.

No entanto, a Folha apurou que Delgado acha que Dirceu não terá escapatória e que o conselho aprovará o envio do processo de cassação ao plenário da Câmara. No plenário, dificilmente escapará, apesar de o ex-ministro estar ligando para membros das bancadas partidárias a fim de medir sua chance de não ser cassado.

Com o fim da fase de instrução (investigação), será acelerado o desfecho da situação de Dirceu no Conselho de Ética, o que ajuda a explicar por que ele recorreu ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo que seu processo tivesse a tramitação suspensa. Como há o feriado na próxima quarta-feira, dia 12, o relatório só deverá ser submetido ao conselho no dia 17, o prazo final das cinco sessões do Conselho.

Relatório

A Folha apurou que, no conjunto de evidências, Delgado dará destaque às idas do publicitário Marcos Valério à Casa Civil. Duas delas para tratar com Dirceu. Outra deze-

Cabral, assessora do então ministro da Casa Civil encarregada da nomeação de cargos. Essas passagens de Valério pela Casa Civil servirão de argumento para mostrar que Dirceu, apesar de se dizer afastado da coordenação política, exercia na prática essa função.

O empréstimo do banco BMG à ex-mulher de Dirceu Maria Angéla Saragoça para a compra de um apartamento também deverá aparecer no relatório como evidência de tráfico de influência. Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério, já disse que comprou o apartamento por saber que ele pertencia à ex-mulher de Dirceu. Saragoça também obteve emprego no BMG por meio de Valério.

Apesar de o presidente do BMG, Ricardo Guimarães, ter dito à CPI dos Correios que Valério intermediou audiência da direção do banco com Dirceu, informações de bastidor que chegaram ao conhecimento do Conselho de Ética contestam essa versão.

De acordo com membros do Conselho de Ética, foi Delúbio Soares quem pediu ao BMG que desse o empréstimo de R\$ 2,4 milhões ao publicitário Marcos Valério. Ou seja, não foi Valério que disse a Delúbio que podia tomar a quantia emprestada e dá-la ao PT. Simultaneamente, Delúbio, e não Valério, marcou a audiência do BMG com Dirceu.

Seria a evidência de uma triangulação de Delúbio para obter do BMG uma concessão de um empréstimo por meio de Valério e dar à instituição financeira uma contrapartida (abertura de portas no governo). Essa triangulação ajudará o relator a formar a convicção da responsabilidade de Dirceu no mensalão.

Outra informação de bastidor que chegou ao relator Delgado dá conta de que o Roberto Marques que sacou R\$ 50 mil das contas de empresas de Valério é mesmo um amigo e antigo assessor de Dirceu. Se confirmada até a apresen-

tação do relatório, ela complicará mais a situação do ex-ministro. Dirceu e Marques negam.

Por último, a passagem de Dirceu pelo conselho administrativo da Petrobras no início de 2003 será usada para justificar a competência do Conselho de Ética para julgá-lo. Dirceu nega que era ministro à época do mensalão e que, por isso, não pode ser cassado porque não exercia o mandato.

A Constituição proíbe que um congressista receba como conselheiro de estado, sob pena de perder o mandato. Tanto que Dirceu se afastou da Petrobras. Na avaliação do Conselho de Ética, isso mostra que a condição de ministro não exclui a de congressista e que o órgão pode processar Dirceu. Mais: há jurisprudência na Câmara que diz que pode haver cassação por ato praticado fora do mandato. A passagem pela Petrobras poderia ser utilizada como motivo para cassação, mas o relator não deve usá-la para isso.

Deputado vai ao STF contra cassação

ANA FLOR

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O deputado José Dirceu entrou ontem com um mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo o arquivamento do processo disciplinar da Câmara dos Deputados que pode resultar em sua cassação.

Dirceu pediu ainda, por meio de liminar, a suspensão do procedimento na Câmara até que o Supremo julgue o caso. O relator dos dois pedidos será o ministro Sepúlveda Pertence.

A ação, "por ato ilegal e abusivo", é movida contra a Mesa Diretora da Câmara, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e contra seu relator, Júlio Delgado (PSB-MG).

O pedido, protocolado ontem no STF pelo advogado do deputado José Luís Oliveira Lima, foi feito com base em um único argumento: o de que Dirceu era ministro da Casa Civil na época em que ocorreram os fatos dos quais é acusado. Por isso, não poderia ser julgado por falta de decoro parlamentar na Comissão de Ética da Casa.

Dirceu é acusado pelo deputado cassado Roberto Jefferson de ser

um dos comandantes do suposto "mensalão" — esquema de pagamento de mesada a parlamentares da base aliada em troca de apoio na Câmara. A representação foi feita pelo PTB. O deputado nega.

Segundo Lima, a liminar é importante porque o processo contra Dirceu na Câmara está em fase de finalização da instrução. "A qualquer momento poderá o impetrante [Dirceu] ser submetido a julgamento pela Câmara dos Deputados por atos que lhe são inverificadamente imputados e que teriam sido praticados quando não estava no exercício de seu mandato", escreveu.

O pedido ao STF não chega a discutir a não-comprovação do "mensalão" denunciado por Jefferson (PTB).

O texto prefere enfatizar a necessidade de um julgamento jurídico e não político.

"A questão que se pretende ver apreciada é de natureza jurídica, e não política". "Em um Estado Democrático de Direito, o poder político encontrar-se submetido a limites jurídicos, sobretudo quando estejam em jogo direitos fundamentais".

Os advogados combatem a tese conhecida como "interna corporis", em que a questão deveria ser decidida apenas pelo Legislativo, por se tratar da falta ou não de decoro de um deputado.

A defesa do ex-ministro cita como precedente o caso de três ex-deputados cassados — Aloysio Nunes Ferreira, Hildebrando Pascoal e Feres Nader.

Os advogados citam ainda que Dirceu foi "eleito por mais de meio milhão de votos". Segundo eles, estariam em jogo, além dos direitos do deputado, os direitos de seus eleitores.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para dizer que este é um País que surpreende de forma positiva. Mesmo diante de todas as suas dificuldades o nosso povo dá o máximo de si para o futuro da Nação. Há inúmeros brasileiros, Sr. Presidente, que dedicam o precioso tempo para voluntariamente ajudar aos mais necessitados e, em especial, aos jovens a prepararem-se para o ingresso ao mercado de trabalho.

São milhares de pessoas que merecem ter seus nomes citados nesta Casa, mas em nome deles, eu gostaria de citar pessoas como Mário Amato, Ozires Silva — fundador da Embraer, Otto Beiser, Fernando Fontana, Lucilo Varejão, Oswaldo de Miranda, Adir Bachour, Mércio Felsky, Antenor Barros e Paulo Nathanael e muitos outros, que dirigem, sem receber qualquer remuneração, ao lado de profissionais como Luís Gonzaga Bertelli e Jossyl Nader, uma das maiores organizações não governamentais de assistência social do País. Estou falando, Sr. Presidente, do Centro de

Integração Empresa-Escola — CIEE, que tive o prazer de conhecer as suas instalações há alguns dias.

Organização, com mais de 41 anos de trabalho intenso, de qualidade, voltada para a promoção da integração ao mercado de trabalho dos jovens estudantes através de vários projetos sociais. É um verdadeiro movimento social que tem, atualmente, mais de 300 mil jovens em estágio; já qualificou para o mercado de trabalho mais de cinco milhões de estudantes; através deste instituto, promove a alfabetização de jovens e adultos e a chamada alfabetização digital.

Mantido pelo empresariado nacional, propicia o aprimoramento da formação das futuras gerações de profissionais. Promove para os estudantes, gratuitamente, o Programa de Desenvolvimento Estudantil, que já orientou mais de 530 mil jovens. No Espírito Santo, executa o Programa Adolescência e Cidadania que faz parte das suas propostas filantrópicas e que atende a mais de um milhão de jovens por ano.

Todas as suas unidades são dotadas de estrutura moderna, equipamentos de ponta, o que permite

a comunicação com mais de oito mil jovens por dia, para inscrevê-los em seu banco de dados, convidá-los e encaminhá-los para estágio. Esse trabalho hercúleo usa tecnologia de informação própria, comunicação com os destinatários de seus serviços sociais via central telefônica, **Internet** e telefonia celular. O estudante não precisa se deslocar de sua casa para o CIEE – economiza a passagem, ao consultar via telefone ou a **Internet**, as vagas disponíveis para ele.

Embora os trabalhos e resultados sociais do CIEE sejam conhecidos, nenhum de seus fundadores e dirigentes, que são dezenas de educadores, executivos e empresários, têm qualquer pretensão de aparecer. Preocupam-se exclusivamente fazer o bem muito bem feito! Por isso, Sr. Presidente, tomei a iniciativa de homenageá-los nesta Casa.

Por tudo isso, ao congratular-me com os conselheiros, dirigentes e funcionários dessa importante Organização brasileira, sei que presto uma homenagem a todas associações de educação, serviços e

assistência social, que fazem resplandecer o nosso grande Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando a próxima sessão em dia e horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos.)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL
21-10-2005
sexta-feira**

10:00 - Solenidade Militar alusiva ao Dia do Aviador e Dia da Força Aérea


Brasileira, com a entrega de Comendas da Ordem do Mérito Aeronáutico Base Aérea de Brasília.

**(*) ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3728, de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar servidora **CARMENCITA RODRIGUES DE DEUS**, matrícula **35042**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, símbolo **FC-06**, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício no Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **1º de setembro de 2005**.

Senado Federal, 11 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

* Republicado por haver saído com incorreções.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3794, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 015812/05-7,

RESOLVE dispensar o servidor **BALTAZAR DE OLIVEIRA GOMES**, matrícula 46908, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do PL, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 10 de outubro de 2005.

Senado Federal, 21 de outubro de 2005.

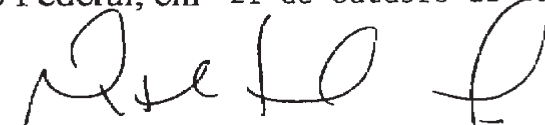

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL/
N.º 3795 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016299/05-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KÊNIA GONDIM BORGES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3796 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016299/05-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VÂNIA ARAÚJO MACIEL TASSY** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2005.



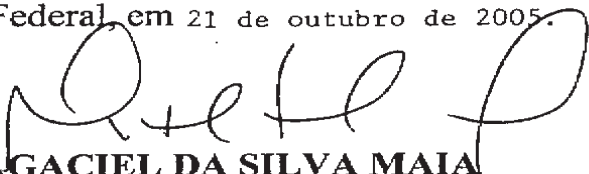
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3797 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016293/05-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO BATISTA DE ARRUDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Osmar Dias.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3798 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016240/05-7,

RESOLVE dispensar o servidor **JOÃO BATISTA SOARES DE SOUSA**, matrícula 46120, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Projetos de Instalações da Subsecretaria de Obras, a partir de 15 de setembro de 2005.

Senado Federal, 21 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3799 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 016290/05-4,

RESOLVE dispensar o servidor FABIO ANDRE PINTO E SILVA, matrícula 24196, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 19 de outubro de 2005.

Senado Federal, 21 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3800 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 016046/05-6,

RESOLVE dispensar a servidora ELISABETH CRISTINA ALVES DOS SANTOS, matrícula 28803, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 13 de outubro de 2005.

Senado Federal, 21 de outubro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3801 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016411/05-6**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VILMAR ZOLNER**, matrícula n.º 189756, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 20 de outubro de 2005.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3802 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016416/05-8**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLAUDIOMIRO COLOMBO**, matrícula n.º 187310, do cargo, em comissão, de Motorista do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 20 de outubro de 2005.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2005.



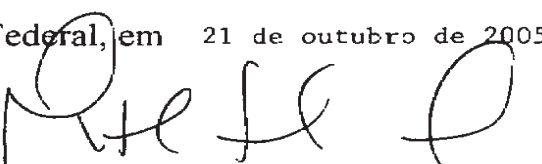
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3803 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016409/05-1**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VILMAR GOBI**, matrícula n.º 188739, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 20 de outubro de 2005.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2005.



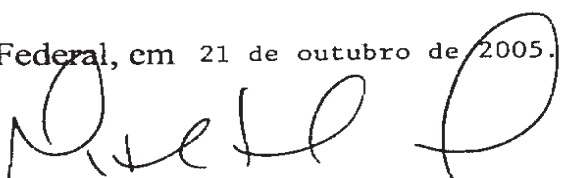
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3804, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016413/05-9**.

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FELIPE PASQUALOTTO**, matrícula n.º 185027, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 20 de outubro de 2005.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2005.



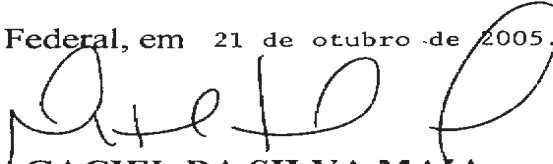
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3805 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016410/05-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GILBERTO ANTÔNIO SOMENSI DE MORAES**, matrícula n.º 178424, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 20 de outubro de 2005.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2005.



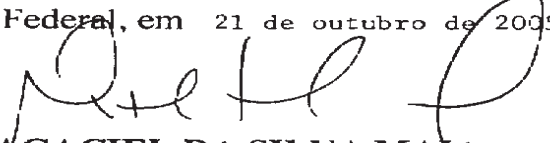
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3806 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016412/05-2**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDENILSON DO NASCIMENTO PETTER**, matrícula n.º 179039, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 20 de outubro de 2005.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



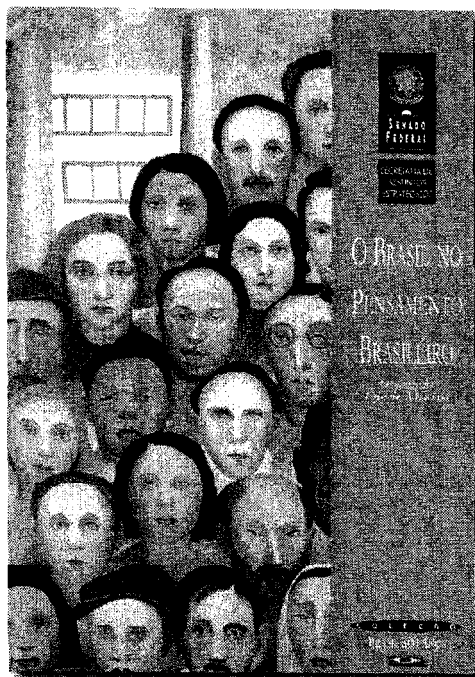
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 106 PÁGINAS